

Diário do Legislativo de 14/05/2008

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho - PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana - DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique - PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Roberto Carvalho - PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro - PSDB

2º-Secretário: Deputado Tiago Ulisses - PV

3º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr. - PDT

LIDERANÇAS

LIDERANÇA DO BLOCO SOCIAL DEMOCRATA – BSD (PSDB--PTB--PHS-PMN-PR-PRTB)

Líder: Deputado Luiz Humberto Carneiro

Vice-Líderes: Deputados Ademir Lucas (PSDB) e Célio Moreira (PSDB) e Deputada Ana Maria Resende (PSDB)

LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR SOCIAL – BPS (PV-PSB-PPS-PSC)

Líder: Agostinho Patrús Filho

Vice-Líder:

LIDERANÇA DO DEM

Líder: Deputado Jayro Lessa

Vice-Líder: Deputada Maria Lúcia Mendonça

LIDERANÇA DO PMDB:

Líder: Deputado Gilberto Abramo

Vice-Líder: Deputado Adalclever Lopes

LIDERANÇA DO PT:

Líder: Deputada Elisa Costa

Vice-Líder: Deputado Almir Paraca

LIDERANÇA DO PDT

Líder: Deputado Sebastião Helvécio

Vice-Líder: Deputado Carlos Pimenta

LIDERANÇA DO PP

Líder: Deputado Dimas Fabiano

Vice-Líder: Deputado Pinduca Ferreira

LIDERANÇA DO GOVERNO:

Líder: Deputado Mauri Torres

Vice-Líderes: Deputado Gil Pereira (PP) e Deputado Paulo Cesar (PDT)

LIDERANÇA DA MAIORIA

Líder: Deputado Domingos Sávio

LIDERANÇA DA MINORIA:

Líder: Deputado Paulo Guedes

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 16 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Elmiro DEM Presidente
Nascimento

Deputado Ademir BSD Vice-Presidente
Lucas

Deputado Domingos Sávio BSD

Deputado Inácio PV
Franco

Deputado Ivair PMDB
Nogueira

Deputado André PT
Quintão

Deputado Chico BSD
Uejo

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Delvito Alves DEM

Deputado Mauri Torres BSD

Deputado Dalmo Ribeiro BSD
Silva

Deputado Luiz Humberto BSD
Carneiro

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputada Elisa Costa PT

Deputado Juninho Araújo BSD

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 16 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Weliton PT Presidente
Prado

Deputado Ronaldo BSD Vice-Presidente

Magalhães

Deputado Ademir BSD
Lucas

Deputado Padre PT
João

Deputado Wander BSD
Borges

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Paulo PT
Guedes

Deputado Eros BSD
Biondini

Deputado Sebastião BSD
Costa

Deputado Durval PT
Ângelo

Deputado Doutor BSD
Rinaldo

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Dalmo BSD Presidente
Ribeiro Silva

Deputado Gilberto PMDB Vice-Presidente
Abramo

Deputado BSD
Sebastião Costa

Deputado Delvito DEM
Alves

Deputado Neider PP
Moreira

Deputado Hely PV
Tarquínio

Deputado PDT
Sargento Rodrigues

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Ademir BSD
Lucas

Deputado Adalclever PMDB
Lopes

Deputado Zé Maia BSD

Deputado Gustavo Valadares DEM

Deputado Dimas Fabiano PP

Deputado Délio Malheiros PV

Deputado Sebastião Helvécio PDT

COMISSÃO DE CULTURA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Gláucia Brandão BSD Presidente

Deputado Dimas Fabiano PP Vice-Presidente

Deputado Antônio Genaro BSD

Deputada Maria Lúcia Mendonça DEM

Deputada Rosângela Reis PV

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Dalmo Ribeiro Silva BSD

Deputado Vanderlei Jangrossi PP

Deputada Ana Maria Resende BSD

Deputado Ruy Muniz DEM

Deputado Hely Tarquínio PV

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Délio Malheiros PV Presidente

Deputado Carlos Pimenta PDT Vice-Presidente

Deputado Célio BSD

Moreira

Deputado Walter BSD
Tosta

Deputado Antônio PMDB
Júlio

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Inácio Franco PV

Deputado Sebastião PDT
Helvécio

Deputado Ronaldo BSD
Magalhães

Deputado Neider Moreira BSD

Deputado Sávio Souza PMDB
Cruz

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras – 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Durval PT Presidente
Ângelo

Deputado Luiz PMDB Vice-Presidente
Tadeu Leite

Deputado João BSD
Leite

Deputado Zé Maia BSD

Deputado Ruy DEM
Muniz

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Weliton Prado PT

Deputado Vanderlei PMDB
Miranda

Deputado Djalma Diniz BSD

Deputado Walter Tosta BSD

Deputado Antônio Carlos BSD
Arantes

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INFORMÁTICA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Deiró BSD Presidente
Marra

Deputada Maria DEM Vice-Presidente
Lúcia Mendonça

Deputada Ana BSD
Maria Resende

Deputado Vanderley PP
Jangrossi

Deputado Carlin PCdoB
Moura

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Wander BSD
Borges

Deputado Ruy Muniz DEM

Deputado Lafayette de BSD
Andrada

Deputado Gil Pereira PP

Deputado Almir Paraca PT

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras - 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Zé Maia BSD Presidente

Deputado Jayro DEM Vice-Presidente
Lessa

Deputado Lafayette BSD
de
Andrada

Deputado Antônio PMDB
Júlio

Deputada Elisa PT
Costa

Deputado Agostinho PV
Patrús
Filho

Deputado Sebastião PDT
Helvécio

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Arlen Santiago BSD

Deputado Antônio Carlos BSD
Arantes

Deputado Célio Moreira BSD

Deputado Ivair Nogueira PMDB

Deputado André Quintão PT

Deputado Rômulo PV
Veneroso

Deputado Carlos Pimenta PDT

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Sávio PMDB Presidente
Souza Cruz

Deputado Fábio BSD Vice-Presidente
Avelar

Deputado Almir PT
Paraca

Deputado Inácio PV
Franco

Deputado Wander BSD
Borges

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputado Ronaldo BSD
Magalhães

Deputado Padre João PT

Deputado Rômulo PV
Veneroso

Deputado Deiró Marra BSD

COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado André PT Presidente
Quintão

Deputado Eros BSD Vice-Presidente
Biondini

Deputado João BSD
Leite

Deputado Gustavo DEM
Valadares

Deputado Carlin PCdoB
Moura

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Padre João PT

Deputado Fábio Avelar BSD

Deputado Domingos BSD
Sávio

Deputado Elmiro DEM
Nascimento

Deputado Adalclever PMDB
Lopes

COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Vanderlei PP Presidente
Jangrossi

Deputado Padre PT Vice-Presidente
João

Deputado Getúlio PMDB
Neiva

Deputado Antônio BSD
Carlos Arantes

Deputado Chico BSD
Uejo

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Gil Pereira PP

Deputada Cecília PT
Ferramenta

Deputado Gilberto PMDB
Abramo

Deputado Delvito Alves DEM

Deputado Deiró Marra BSD

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Lafayette de Andrada BSD Presidente

Deputado Agostinho Filho Patrús PV Vice-Presidente

Deputada Gláucia Brandão BSD

Deputado Gilberto Abramo PMDB

Deputado Vanderlei Jangrossi PP

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado João Leite BSD

Deputado Veneroso Rômulo PV

Deputado Ademir Lucas BSD

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputado Dimas Fabiano PP

COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 9h15min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Carlos Mosconi BSD Presidente

Deputado Tarquínio Hely PV Vice-Presidente

Deputado Muniz Ruy DEM

Deputado Pimenta Carlos PDT

Deputado Rinaldo Doutor BSD

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Arlen Santiago BSD

Deputada Rosângela PV
Reis

Deputado Elmiro DEM
Nascimento

Deputado Paulo Cesar PDT

Deputado Juninho Araújo BSD

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Reuniões Ordinárias – segundas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PDT Presidente
Sargento Rodrigues

Deputado Paulo PDT Vice-Presidente
Cesar

Deputado Délio PV
Malheiros

Deputado PMDB
Adalclever Lopes

Deputado DEM
Leonardo Moreira

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Carlos Pimenta PDT

Deputado Sebastião PDT
Helvécio

Deputado Rômulo PV
Veneroso

Deputado

Deputado Jayro Lessa DEM

COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada PV Presidente
Rosângela Reis

Deputada Elisa PT Vice-Presidente
Costa

Deputado Walter BSD
Tosta

Deputado BSD
Domingos Sávio

Deputado Antônio BSD
Carlos Arantes

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Inácio Franco PV

Deputado Almir Paraca PT

Deputado Bráulio Braz BSD

Deputado Carlos Mosconi BSD

Deputada Maria Lúcia DEM
Mendonça

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Gustavo DEM Presidente
Valadares

Deputado Juninho BSD Vice-Presidente
Araújo

Deputado Paulo PT
Guedes

Deputado Djalma BSD
Diniz

Deputado Gil PP
Pereira

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Elmiro DEM
Nascimento

Deputado Chico Uejo BSD

Deputado Inácio Franco PV

Deputado Zezé Perrella BSD

Deputado Vanderlei PP
Jangrossi

COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PMDB Presidente
Vanderlei Miranda

Deputado Bráulio BSD Vice-Presidente
Braz

Deputado Eros BSD
Biondini

Deputado Zezé BSD
Perrella

Deputada Cecília PT
Ferramenta

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Getúlio Neiva PMDB

Deputado Célio Moreira BSD

Deputado Luiz Humberto BSD
Carneiro

Deputado Neider Moreira BSD

Deputado Almir Paraca PT

OUIDORIA PARLAMENTAR

OUIDOR-GERAL: Deputado Inácio Franco (PV)

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - 16ª Reunião Especial da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura - Destinada a Homenagear o Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de Belo Horizonte e Região Metropolitana - Sindhorb - pelos 75 Anos de Sua Fundação

1.2 - Reunião de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

3.2 - Comissão

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATAS

ATA DA 16ª REUNIÃO ESPECIAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 8/5/2008

Presidência do Deputado Vanderlei Miranda

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Composição da Mesa - Registro de presença - Destinação da reunião - Execução do Hino Nacional - Palavras do Deputado Neider Moreira - Entrega de placa - Palavras do Sr. Paulo César Marcondes Pedrosa - Apresentação musical - Palavras do Sr. Presidente - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Ademir Lucas - Neider Moreira - Vanderlei Miranda.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Vanderlei Miranda) - Às 20h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O Deputado Ademir Lucas, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. Paulo César Marcondes Pedrosa, Presidente do Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de Belo Horizonte e Região Metropolitana - Sindhorb -; Juiz Cel. PM Rúbio Paulino Coelho, Presidente do Tribunal de Justiça Militar; Raphael Andrade, Secretário Adjunto da Secretaria de Desenvolvimento Econômico; José Carlos de Mattos, Presidente da Companhia de Gás de Minas Gerais - Gasmig -; e Deputado Neider Moreira, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem.

Registro de Presença

O locutor - Gostaríamos de registrar a presença dos Exmos. Srs. Antônio Henriques Branco, Vice-Presidente do Sindicato de Hotéis e Restaurantes de São Paulo; Fernando Elias, representando a Vereadora Sílvia Helena; Vicente Maia do Prado, Vice-Presidente do Sindicato das Empresas de Turismo no Estado de Minas Gerais; Eujácio Antônio Silva, Diretor do jornal "Edição do Brasil"; Waldiney Gonçalves, Prefeito Municipal de Rio Acima; e Paulo César Oliveira, Diretor-Presidente da revista "Encontro".

Destinação da Reunião

O locutor - Destina-se esta reunião a homenagear o Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de Belo Horizonte e Região Metropolitana - Sindhorb - pelos 75 anos de sua fundação.

Execução do Hino Nacional

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir o Hino Nacional, que será executado pelo Quarteto de Cordas da Orquestra Sinfônica da PMMG.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

Palavras do Deputado Neider Moreira

Exmo. Sr. Deputado Vanderlei Miranda, hoje representando o Deputado Alberto Pinto Coelho, Presidente desta Assembléia; meu amigo Paulo César Marcondes Pedrosa, Presidente do Sindhorb; Exmo. Sr. Juiz Cel. Rúbio Paulino Coelho, Presidente do Tribunal de Justiça Militar; Exmo. Sr. Raphael Andrade, Secretário Adjunto da Secretaria de Desenvolvimento Econômico; Sr. José Carlos de Mattos, Presidente da Gasmig; senhores associados, público presente, boa noite. Estamos todos nós aqui reunidos no espaço do povo de Minas, no grande Plenário da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, para comemorar um momento muito significativo: a homenagem aos 75 anos de fundação do Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de Belo Horizonte e Região Metropolitana, considerado hoje o maior sindicato patronal de Minas Gerais. Tal fato, por si só, já justificaria a homenagem que hoje prestamos, Sr. Deputado Vanderlei Miranda, ao Sindhorb, aqui representado pelo seu Presidente Paulo César Marcondes Pedrosa, homem dinâmico, que, em seu quinto mandato, presta relevantes serviços à entidade, assim como pelos membros da diretoria e pelos associados que aqui estão.

No dia 2/5/33, numa reunião presidida pelo saudoso empresário Arcângelo Maletta, tinha início a Associação dos Proprietários de Hotéis, Pensões, Bares e Restaurantes, que, mais tarde, viria a se transformar no Sindhorb, ou seja, a história do Sindhorb confunde-se com a própria história de Belo Horizonte. Ao longo de todo esse tempo, 15 Presidentes já emprestaram seu trabalho, juntamente com seus Diretores, para a solidificação e fortalecimento da entidade, que hoje abrange 173 Municípios mineiros, onde existem aproximadamente 70 mil empresas do ramo, que, por sua vez, geram cerca de 250 mil empregos diretos. De um lado, o Sindhorb luta incessantemente por garantir direitos e melhores condições de trabalho aos comerciantes associados, seja por meio de ampla assistência jurídica a eles prestada, seja por facilitar o acesso a serviços de saúde, educação, capacitação, por meio de convênios e parcerias, seja, ainda, por lutar, junto aos governos estadual e federal, por legislação justa para as categorias associadas. Prova disso foi a redução do ICMS incidente nas refeições de 18% para 8,4%, já na gestão do Presidente Paulo Pedrosa, assim como a liminar que concede aos associados a continuidade da venda de bebidas na margem de rodovias - como se esta venda fosse responsável pelas estatísticas alarmantes que temos em nossas estradas, e não a irresponsabilidade de nossos motoristas e a falta de uma lei penal mais severa. A cidade de Belo Horizonte é, em especial, uma grande beneficiária das ações do Sindhorb. Se hoje nossa Capital é referência, sendo chamada de "Capital nacional de bares e restaurantes", muito se deve à primazia do Sindicato na assistência aos associados e na promoção de ações que visam qualificar os serviços prestados à população. A vocação mineira e belo-horizontina de acolher bem os visitantes encontrou sustentação e representatividade no Sindhorb.

Ao tempo de júbilo, quando homenageamos os 75 anos de fundação do Sindhorb, sabemos também que a diretoria e seus associados deparam com enormes desafios à frente, que são a transformação definitiva de Belo Horizonte em Capital do Turismo de Negócios - situação esta propiciada pelo magnífico espaço de eventos, feiras e mostras, chamado Expominas, como também pela revitalização do Aeroporto Internacional Tancredo Neves e pela construção do corredor chamado Linha Verde - e a preparação da nossa Capital para sediar uma das chaves da Copa do Mundo em 2014, num trabalho que deverá ser feito de maneira multissetorial, com a coordenação fundamental dos poderes públicos estadual e federal. Finalizando, quero deixar claro que esta Casa Legislativa, como não poderia deixar de ser, não se furtará de emprestar seu apoio, dentro dos ditames legais e das normas institucionais, a essas empreitadas, que tornarão nosso Estado de Minas Gerais

ainda mais respeitado. Parabéns a toda a diretoria e a todos os associados. Muito Obrigado.

Entrega de Placa

O locutor - Neste instante o Deputado Vanderlei Miranda, representando o Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Alberto Pinto Coelho, fará a entrega ao Sr. Paulo César Marcondes Pedrosa, representante do Sindhorb, de placa alusiva a esta homenagem. A placa a ser entregue contém os seguintes dizeres: "Fundado em maio de 1933, o Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de Belo Horizonte e Região Metropolitana - Sindhorb - representa mais de 50 mil empresas do ramo, distribuídas por 178 Municípios do Estado e responsáveis pela geração de mais de 200 mil empregos diretos. Nas comemorações dos seus 75 anos de fundação, a homenagem da Assembléia Legislativa ao Sindhorb, entidade que, utilizando todo o grande suporte oferecido a seus associados, muito tem contribuído para o desenvolvimento socioeconômico e para a consolidação do turismo em Minas Gerais."

O Sr. Presidente - Convido o Deputado Neider Moreira para, juntos, fazermos a entrega da placa.

- Procede-se à entrega da placa.

Palavras do Sr. Paulo César Marcondes Pedrosa

Exmo. Sr. Deputado Vanderlei Miranda, representando o Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, Deputado Alberto Pinto Coelho; Exmo. Sr. Juiz Cel. Rúbio Paulino Coelho, Presidente do Tribunal de Justiça Militar, meu amigo pessoal; Exmo. Dr. Raphael Andrade, Secretário Adjunto da Secretária de Desenvolvimento Econômico; Exmo. Sr. José Carlos de Mattos, Presidente da Gasmig, amigo pessoal de longa data; Exmo. Deputado Neider Moreira, amigo e autor do requerimento que deu origem a esta homenagem; senhoras e senhores, associados, Diretores, familiares e amigos, boa noite. Esta é uma noite de muita alegria para a nossa entidade, são 75 anos completados no último 2 de maio. Nesse tempo, no ano de 1933, uma terça-feira, foi fundado o nosso Sindicato, tendo à frente o empresário Arcângelo Maletta, que presidiu a primeira reunião que deu início a essa jornada. Muitas coisas aconteceram nesse ano de 1933. Juscelino Kubitschek, de quem este Plenário do povo honrosamente leva o nome, ingressou na sua vida política como Secretário de Governo, através de Benedito Valadares, Interventor em Minas Gerais do governo provisório de Getúlio Vargas. Foi a primeira vez que uma mulher pôde dar seu voto nas eleições da Assembléia Nacional Constituinte, e a primeira Deputada brasileira foi eleita, a paulista Dra. Carlota Pereira de Queiroz. Foi criada, em 1933, a Justiça Eleitoral, que conseqüentemente acabou com as fraudes que eram rotina nas eleições nacionais. Foi fundado o jornal "Diário do Comércio", importante veículo de comunicação, e o Leão do Bonfim, o Vila Nova, foi campeão mineiro, tempos bons esses.

Gostaria, neste momento, de mencionar os nomes de todos os nossos ex-Presidentes: o primeiro Presidente foi José Teodoro Alves, que assumiu de maio de 1933 a março de 1934; depois veio Honório Hermeto Pádua Costa, de março de 1934 a dezembro de 1935; depois Demóstenes Roriz Filho, de dezembro de 1935 a dezembro de 1936; posteriormente Pedro de Carvalho Mendes, de dezembro de 1937 a dezembro de 1938; Augusto Rocha, de dezembro de 1938 a dezembro de 1940; Francisco Augusto de Ulhoa Cintra, de dezembro de 1940 a março de 1952; Sezinando Marinho, de março de 1952 a agosto de 1954; Pierino Carlos Ernesto Falci, de agosto de 1954 a novembro de 1962; Levy Dias Teixeira, de novembro de 1962 a novembro de 1964; Alaor Assunção Teixeira - grande amigo, está enfermo, recuperando-se de uma grave doença, nosso saudoso Dr. Alaor, proprietário do Hotel São Bento -, de novembro de 1964 a novembro de 1966, sendo eleito novamente de dezembro de 1977 a dezembro de 1983; José Aprígio Duarte - infelizmente ele não pode comparecer, pois não estava passando bem -, de novembro de 1966 a dezembro de 1971; Francisco de Castro Córtes, de dezembro de 1961 a dezembro de 1967, também sendo eleito novamente de dezembro de 1983 a dezembro de 1989; e, assim sendo, eu, Paulo César Marcondes Pedrosa, desde dezembro de 1989.

Muitos dos nossos 12 ex-Presidentes infelizmente não estão conosco, e alguns, felizmente, sim, mas o legado que nos deixaram é o mesmo que o Sindhorb defende e sempre defendeu: os interesses da categoria. Muitos acordos, mas muitas lutas; muito se conquistou, mas muito se perdeu; muito se resumiu, mas muito se prolongou; foram muitos os esforços para conseguirmos chegar até aqui, neste dia honroso, 8/5/2008, para recebermos esta justa homenagem, que para mim, após quatro mandatos, e no exercício do quinto, é uma honra. Como já dizia o filósofo grego Sócrates: "Só sei que nada sei". Essa é uma frase que usamos no nosso escritório. Sabemos que estamos engatinhando para adquirirmos a maturidade certa, mas somos também como o gladiador Espártaco: lutamos para, em todas as circunstâncias, melhorar, cada dia mais, a vida dos empresários da nossa classe. Muito se especula hoje sobre as verbas dos sindicatos. O nosso atual Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, como não nega a sua origem de sindicalista, recusou o pedido do Congresso para que o Tribunal de Contas da União fiscalizasse e retirasse do Ministério do Trabalho esse encargo, limitando os recursos para os sindicatos crescerem. Mas apresentamos, de ano a ano, o nosso balanço, e ele está aberto para que todos possam vê-lo, até mesmo o TCU. Sou empresário do ramo hoteleiro, advogado e jornalista, e é com a visão que obtive após esses cursos e a longa experiência de vida que administro o maior sindicato patronal de Minas Gerais. Tenho muito a agradecer a minha família por me entender nos momentos de ausência: a minha esposa, que muitas vezes queria passear, mas entendeu perfeitamente a minha nobre causa de dirigente sindical; aos meus amigos, por me apoiarem sempre; aos associados e Diretores do Sindicato, que também são proprietários do ramo, por nos ajudarem a traçar as metas certas; aos funcionários, por jogarem carvão nesse trem, como o mineiro gosta de usar, mas aqui bem definido por essa metáfora. Não é fácil ser Presidente de uma entidade de classe como o Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de Belo Horizonte e Região Metropolitana, representando 178 Municípios, com 45 mil empresas sindicalizadas. Atender a essa demanda é difícil, mas prazeroso. Prazeroso ter o reconhecimento dos associados, que vêm e dizem que os ajudamos quando recolhem suas mesas e cadeiras - e há os fiscais que multam os nossos comerciantes, que estão gerando empregos e recolhendo seus impostos. O Sindicato, sempre atento, recupera isso tudo, defende os interesses, procura as autoridades e faz defesas no dia-a-dia. Somente uma vez por ano, reunimos nossa categoria. Isso acontece após o carnaval, quando fazemos nossa festa de confraternização. Prazeroso quando reunimos nossa diretoria para as eleições e ganhamos mais uma vez da chapa de oposição, sendo reeleitos com 91% dos votos. Prazeroso também é atender aos pedidos dos nossos clientes, arrumando as camas, fazendo o "check-in" e o "check-out" e fechando as contas nos hotéis. Ao longo dessa jornada, adquirimos muitos meios de renda para que nosso Sindicato andasse com suas próprias pernas e não dependesse da verba de ninguém e de nenhum órgão. Estou há 18 anos à frente dele e afirmo que nunca recebi, Deputados Neider Moreira e Vanderlei Miranda, um centavo sequer de órgão público, seja municipal, seja estadual, seja federal. É bom frisar isto: o Sindicato de Hotéis, de que tenho a honra de ser Presidente, nunca teve um centavo do governo municipal, estadual ou federal. Administramos com respeito ao sindicalizado, que, uma vez por ano, recolhe sua contribuição sindical obrigatória para podermos continuar na luta de dirigir essa entidade que se chama Sindhorb. Não fazemos isso para ter uma posição de Presidente de entidade de classe e desfrutarmos dos benefícios que isso nos traz, mas sim porque amamos essa entidade, amamos o que fazemos, sem procrastinar em um dia sequer o esforço para ajudá-la a crescer e a ser mais representativa. Respeitamos a lei, respeitamos os Poderes Judiciário, Legislativo e Executivo. Agradeço aqui, mais uma vez, à Casa do povo, à Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, que, por meio do amigo Deputado Neider Moreira, nos presta esta enriquecedora homenagem. Aqui me despeço, fazendo uma menção do que sempre defendi: continuaremos trabalhando e lutando, cada dia mais e mais, para defender o direito da classe e dos nossos associados. Muito obrigado. Boa noite.

Apresentação Musical

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir o Quarteto de Cordas da Orquestra Sinfônica da PMMG, que executará a música "Moonlight Serenade", de Glenn Miller.

- Procede-se à apresentação musical.

Srs. Paulo César Pedrosa, Presidente do Sindhorb; Juiz Cel. Rúbio Paulino Coelho, Presidente do Tribunal de Justiça Militar; Raphael Andrade, Secretário Adjunto da Secretaria de Desenvolvimento Econômico; José Carlos de Mattos, Presidente da Gasmig; Deputado Neider Moreira, autor deste requerimento; senhoras e senhores presentes nesta solenidade e todos que nos acompanham pela TV Assembléia, uma vez que esta solenidade é transmitida ao vivo para centenas de Municípios do nosso Estado, o Presidente que me antecedeu disse que às vezes falar da tribuna nos deixa um pouco nervosos. Eu dizia dali que falar para amigos é muito fácil. Esta tribuna hoje vive uma oportunidade muito rara: a da unanimidade em torno de um assunto. Normalmente o que se fala daqui, desta tribuna, muitas vezes não tem a concordância dali. Mas, com certeza, em relação à homenagem que é prestada hoje, a concordância é plena. E quero dizer, como já disse alguém, que essa unanimidade não é uma unanimidade burra, é uma unanimidade inteligente. Ao completar 75 anos de atividade, o Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de Belo Horizonte e Região Metropolitana representa hoje o maior sindicato patronal de Minas Gerais. Congrega em torno de 50 mil empresas, que geram 250 mil empregos, defendendo uma categoria econômica relacionada ao cada vez mais importante segmento do turismo e do lazer. Nossa rede hoteleira reflete o potencial de Belo Horizonte para o turismo de negócios, sobretudo pelos valores e pelos vários eventos de âmbito nacional e mesmo internacional, também largamente atendidos pelo ótimo padrão de nossos restaurantes. Nesse aspecto, Minas Gerais apresenta uma das culinárias mais representativas do País e uma forte tradição gastronômica, também presente no grande número de bares que vêm promovendo concursos de grande aceitação popular, como o "Comida di Buteco", envolvendo democraticamente os mais diversos bairros e praticamente quase todas as classes sociais, provocando a criatividade de seus proprietários e funcionários pela escolha dos melhores petiscos. Se toda essa atividade é tão importante no cotidiano da nossa região metropolitana, a categoria precisa de ter seus interesses convenientemente defendidos. É assim que o Sindhorb, além de exercer seu poder de influência junto a organismos de âmbito estadual e nacional, tem um forte papel social, prestando aos associados importantes serviços nas áreas de saúde, jurídica e assistencial. Apesar do momento de estabilidade da moeda, o setor é um dos que ressentem a alta taxa de juros e sofre os efeitos da falta de capital de giro, por isso necessitando da assessoria sindical como suporte empresarial e meio de estabilidade dos negócios. Vem o Sindhorb atuando decisivamente na luta pela redução de impostos como o ICMS e o ISS, em permanente diálogo com os setores públicos em defesa dos interesses da classe. Novos empregos certamente virão com a expansão do setor, quando for mais bem explorada a vocação cultural de Belo Horizonte. Para isso, todos precisamos defender um calendário cultural fixo e relevante, que prestigie nossos talentos cênicos, no teatro e na dança, literários ou das artes plásticas e da música erudita e popular. Novos circuitos culturais se tornam ansiosamente aguardados, pois criarão outra modalidade de turismo que se somará ao uso da infra-estrutura da Capital como ponto de partida para as diversas atrações históricas ou ecológicas no seu entorno. Também é tempo de pensar que as transformações sociais e econômicas em curso poderão levar ao turismo e ao lazer grande parte da população ainda fora deste mercado específico. Políticas públicas atraindo camadas menos favorecidas para o turismo e o lazer e direcionando forças para o turismo social contribuirão com o desenvolvimento regional como um todo.

Esta Casa, reunindo os representantes do povo mineiro, está aberta para apoiar a classe e o sindicato fundado por Arcângelo Maletta, modelo histórico de empresário, e dirigido nas últimas décadas pelo braço competente e dinâmico de Paulo César Marcondes Pedrosa, sempre ético e agregador em sua gestão. Belo Horizonte e Minas Gerais precisam das empresas do setor, que garantem renda e trabalho, ao mesmo tempo que favorecem e amenizam a vida não só dos turistas mas também de todos os nossos cidadãos. É assim que formulamos votos de que esta significativa história prossiga pelos anos vindouros com o mesmo ou maior sucesso. Muito obrigado.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a especial de segunda-feira, dia 12, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 1ª REUNIÃO Conjunta das Comissões de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo e de Meio Ambiente e Recursos Naturais NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 1º/10/2007

Às 14 horas, comparecem na Sala das Comissões o Deputado Vanderlei Miranda, membro da Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo. Estão presentes também os Deputados Antônio Carlos Arantes, Dalmo Ribeiro Silva, Domingos Sávio e Carlos Mosconi. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Vanderlei Miranda, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata e considera-a aprovada. A Presidência informa que a reunião se destina a debater os desafios e as oportunidades para o desenvolvimento socioeconômico dos Municípios do entorno do Lago de Furnas, em especial aqueles relacionados às potencialidades turísticas locais, tendo em vista a sustentabilidade ambiental da região. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir as Sras. Érica Campos Drumond, Secretária de Estado de Turismo; Denise Marília Bruschi, Gerente de Saneamento da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; e os Srs. Pompílio de Lourdes Carnavez, Prefeito Municipal de Alfenas e Presidente da Associação dos Municípios do Lago de Furnas; Luiz Paulo Fernandez Conde, Presidente de Furnas Centrais Elétricas; Fernando Antônio Costa Jannotti, Vice-Diretor-Geral do DER-MG; Roberto Bandeira de Mello Filho, Chefe da Associação de Promoção da Cidadania Empresarial, representando Luis Alberto Dias Mendes, Diretor de Operações do DER-MG; e Wagner Caetano, Secretário Nacional de Estudos e Pesquisas Político-Institucionais, os quais são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Antônio Carlos Arantes, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 8 de maio de 2007.

Vanderlei Miranda, Presidente - Fábio Avelar - Sávio Souza Cruz.

ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 23/4/2008

Às 16 horas, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Weliton Prado, Ademir Lucas, Padre João e Wander Borges, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Weliton Prado, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Wander Borges, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 2.170, 2.187, 2.202 e 2.204/2008. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Carlos Pimenta, Ana Maria Resende, Paulo Guedes, Gil Pereira e Luiz Tadeu Leite em que solicitam seja realizada audiência pública para debater a atuação da Sudene no Estado de Minas Gerais; Almir Paraca em que solicita seja realizada audiência pública no Município de Brasópolis, com o objetivo de conhecer e debater o projeto de construção de um sistema de barramentos para a contenção de enchentes ao longo do curso do Rio Sapucaí; Wander Borges em que solicita seja realizada audiência pública para debater a necessidade de constituição de uma entidade reguladora, no âmbito estadual, destinada ao planejamento, regulação e fiscalização dos serviços públicos de saneamento básico, conforme a Lei nº 11.445, de 2007. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de maio de 2008.

Weliton Prado, Presidente - Ronaldo Magalhães - Padre João.

ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 29/4/2008

Às 9h30min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Dalmo Ribeiro Silva, Gilberto Abramo, Hely Tarquínio, Sargento Rodrigues e Sebastião Costa, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Sargento Rodrigues, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: 2.274, 2.277, 2.280 e 2.290/2008 (Deputado Gilberto Abramo); 2.267, 2.271, 2.282, 2.285, 2.287 e 2.291/2008 (Deputado Sebastião Costa); 2.276, 2.281 e 2.286/2008 (Deputado Delvito Alves); 2.283, 2.284 e 2.292/2008 (Deputado Dalmo Ribeiro Silva); 2.270 e 2.288/2008 (Deputado Hely Tarquínio); 2.273, 2.275 e 2.279/2008 (Deputado Sargento Rodrigues); 2.268, 2.272, 2.278 e 2.289/2008 (Deputado Neider Moreira). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. São convertidos em diligência à Secretaria de Planejamento e Gestão o Projeto de Lei Complementar nº 39/2008 e os Projetos de Lei nºs 2.058, 2.243 e 2.256/2008. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela antijuridicidade, inconstitucionalidade e ilegalidade, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 1.455/2007 e 1.984/2008 (relator: Deputado Sebastião Costa); 1.898/2007 (relator: Deputado Hely Tarquínio); 2.217/2008 (relator: Deputado Gilberto Abramo). Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 1.927/2007 (relator: Deputado Sargento Rodrigues); 699/2007 e 2.215/2008, este com a Emenda nº 1 (relator: Deputado Dalmo Ribeiro Silva). Na fase de discussão do parecer do relator, Deputado Sebastião Costa, que conclui pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma do Substitutivo nº 1 do Projeto de Lei nº 1.181/2007, no 1º turno, o Presidente defere o pedido de vista do Deputado Gilberto Abramo. Os Projetos de Lei nºs 1.628 e 1.886/2007 são retirados da pauta, atendendo-se a requerimento do Deputado Gilberto Abramo, aprovado pela Comissão. É convertido em diligência à Secretaria de Transportes e Obras Públicas o Projeto de Lei nº 2.095/2008. O Projeto de Lei nº 1.849/2008 é retirado da pauta, atendendo-se a requerimento do Deputado Sargento Rodrigues, aprovado pela Comissão. O Deputado Sebastião Costa apresenta requerimento em que solicita seja redistribuído o Projeto de Lei nº 2.179/2008 em virtude de sua renúncia à relatoria deste projeto. Solicita, ainda, a retirada de pauta do referido projeto. Submetido a votação, é aprovado o requerimento. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os pareceres pela constitucionalidade, legalidade e juridicidade dos Projetos de Lei nºs 1.652, 1.933/2007, 2.244 e 2.254/2008, este com a Emenda nº 1 (relator: Deputado Dalmo Ribeiro Silva); 1.868 e 2.249/2008 (relator: Deputado Gilberto Abramo); 2.169, 2.181 e 2.264/2008 (relator: Deputado Sebastião Costa); 2.247 e 2.259/2008 (relator: Deputado Gilberto Abramo, em virtude de redistribuição); 2.250, 2.253 e 2.258/2008, este com a Emenda nº 1 (relator: Deputado Sargento Rodrigues); 2.251 e 2.257/2008 (relator: Deputado Hely Tarquínio). Após discussão e votação, é aprovado, em turno único, o parecer pela inconstitucionalidade, ilegalidade e antijuridicidade do Projeto de Lei nº 2.210/2008 (relator: Deputado Hely Tarquínio, em virtude de redistribuição). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os requerimentos que solicitam sejam baixados em diligência ao DER-MG o Projeto de Lei nº 2.245; à Secretaria de Educação, o Projeto de Lei nº 2.262/2008; e ao autor, os Projetos de Lei nºs 2.246, 2.248, 2.261 e 2.266/2008. Neste momento, o Deputado Sargento Rodrigues apresenta requerimento em que solicita seja formulado apelo à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão com vistas a que seja agilizada a resposta à diligência desta Comissão relativa ao Projeto de Lei nº 1.759/2007. Submetido a votação, é aprovado o requerimento. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 6 de maio de 2008.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente - Sargento Rodrigues - Hely Tarquínio - Neider Moreira - Delvito Alves.

ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 29/4/2008

Às 14h33min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Gustavo Valadares, Juninho Araújo e Paulo Guedes, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Gustavo Valadares, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Juninho Araújo, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. Registra-se a presença dos Deputados Eros Biondini e Inácio Franco. A Presidência informa que a reunião se destina a debater o atraso das obras da Linha Verde na Avenida Cristiano Machado, a apreciar matéria constante na pauta e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios do Sr. Waldemar Pedro Filho, coordenador da Comissão Comunitária Linha Verde Humana, que parabeniza o Presidente da Comissão pela iniciativa desta reunião, e do Maj. Daniel Castelo Branco Avelar, Comandante da Companhia de Polícia Militar Rodoviária, justificando sua ausência nesta reunião, e de correspondência publicada no "Diário do Legislativo", na data mencionada entre parênteses: ofício do Sr. Fabrício Torres Sampaio, Subsecretário de Transportes, prestando informações relativas ao Requerimento nº 1.573/2007 (26/4/2008). A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir os Srs. Aroldo Carlos Costa, Diretor de Infra-Estrutura Rodoviária, e Cláudio Lima, coordenador da Linha Verde, representando os Srs. Fuad Jorge Noman Filho, Secretário de Transportes e Obras Públicas, e José Elcio Santos Montez, Diretor-Geral do DER-MG, que são convidados a tomar assento à mesa. O Presidente, Deputado Gustavo Valadares, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Registra-se a presença do Deputado Domingos Sávio. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.999/2008 (relator: Deputado Juninho Araújo). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 1.871/2007 (relator: Deputado Paulo Guedes), que recebeu parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 2.220, 2.232, 2.239, 2.246, 2.247, 2.248, 2.250, 2.251, 2.252 e 2.260/2008. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 6 de maio de 2008.

Gustavo Valadares, Presidente - Inácio Franco - Neider Moreira.

ATA DA 11ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 29/4/2008

Às 19h15min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Durval Ângelo, Luiz Tadeu Leite e João Leite, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Roberto Carvalho e Carlin Moura. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Luiz Tadeu Leite, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se

destina a realizar audiência pública para lembrar o holocausto praticado contra o povo judeu durante a Segunda Guerra Mundial. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir a Sra. Adriana Dias, professora e Mestre em Antropologia Social pela Unicamp, e o Sr. Sílvio Musman, Presidente da Federação Israelita do Estado de Minas Gerais, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado João Leite, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais; logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos da Deputada Ana Maria Resende e dos Deputados Durval Ângelo, Carlin Moura e Luiz Tadeu Leite em que solicitam seja realizada reunião da Comissão no Município de Montes Claros, para em audiência pública, discutir com a comunidade e autoridades locais o incidente ocorrido em 24/4/2008, em frente à Prefeitura desse Município, quando estudantes numa manifestação pacífica, reivindicavam o "meio-passe" e foram reprimidos pela Polícia Militar de forma violenta e arbitrária; dos Deputados Durval Ângelo (2) em que solicita seja realizada reunião da Comissão, para, em audiência pública, discutir a punição de 14 trabalhadores da Cemig que tiveram 15 dias de suspensão, por terem participado da campanha de paralisação do acordo coletivo de trabalho; e em que solicita seja formulado apelo ao Presidente do Tribunal de Justiça, com vistas a que tome providências com relação ao crescimento exorbitante do acervo processual da Vara de Execuções Criminais de Ribeirão das Neves, que duplicou no último ano; Carlin Moura em que solicita seja realizada reunião da Comissão, para, em audiência pública, debater com o escritor Bernardo Jofily a histórica guerrilha do Araguaia, o qual na oportunidade estará lançando o livro "O Gigante da Guerrilha - Osvaldão e a Saga do Araguaia", com convidados que menciona; Durval Ângelo e João Leite em que solicitam seja formulada manifestação de aplauso ao Promotor de Justiça da Comarca de Contagem, Mário Antônio da Conceição, pela sua brilhante atuação à frente da 7ª Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público, dos Portadores de Deficiência e dos Idosos e, em especial, pela abertura de inquérito civil pela Portaria nº 19/2007, para apurar em tese de irregularidades na publicação do resultado final do concurso para a guarda municipal da Prefeitura de Contagem. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 8 de maio de 2008.

João Leite, Presidente - Paulo Guedes - Lafayette de Andrada.

ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 30/4/2008

Às 9h30min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Carlos Mosconi, Carlos Pimenta, Doutor Rinaldo e Ruy Muniz, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Durval Ângelo e Célio Moreira. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Carlos Mosconi, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Carlos Pimenta, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a obter informações sobre as providências tomadas pela Fhemig em relação aos problemas no Hospital Júlia Kubitschek, apontados pela população do Barreiro, em audiência pública realizada naquele bairro, no dia 4/12/2007 e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios do Sr. Aníbal Arantes Júnior publicada no "Diário do Legislativo" de 26/4/2008 e ofício do Gabinete do Deputado Antônio Júlio encaminhado documentos da Câmara Municipal de Igaratinga, acerca da reclamação de cidadãos deste Município sobre o atendimento médico e os procedimentos realizados nessas parturientes, ocasionando a morte de seus filhos recém-nascidos. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 17/2007 em 1º turno (Deputado Carlos Pimenta) e 2.238/2008, em turno único (Deputado Hely Tarquínio). A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir os Srs. Luís Márcio Araújo Ramos, Presidente da Fhemig, representando o Sr. Marcus Pestana, Secretário de Saúde; Helvécio Miranda Magalhães Júnior, Secretário Municipal de Saúde de Belo Horizonte; Henrique Timo Luz, Diretor-Geral do Hospital Júlia Kubitschek; Dionísio do Carmo Silva, Pároco da Paróquia Cristo Redentor; Maria Inês Ribeiro Oliveira, representando o Secretário de Administração Municipal Regional Barreiro; Alcy Moreira dos Santos Pereira, Diretor Assistencial da Fhemig; Wellington Bessa, Presidente do Conselho Municipal de Saúde Barreiro-BH, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra aos Deputados Célio Moreira e Durval Ângelo, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Célio Moreira e Durval Ângelo em que solicitam sejam encaminhadas as notas taquigráficas desta reunião às seguintes entidades: Comissão de Moradores do Conselho do Hospital Júlia Kubitschek, Conselho Municipal de Saúde do Ministério Público- CAO-Saúde e Paróquia Cristo Redentor, contendo compromisso firmado entre os moradores da Região do Barreiro, a Secretaria Municipal de Saúde e a direção da Fhemig; Carlos Mosconi em que solicita audiência pública em conjunto com a Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social, para discutir, com os convidados que menciona, as relações de trabalho no contexto das cooperativas médicas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos convidados, dos parlamentares e do público em geral, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de maio de 2008.

Carlos Mosconi, Presidente - Hely Tarquínio - Carlos Pimenta - Doutor Rinaldo.

ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 30/4/2008

Às 10h3min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Sávio Souza Cruz, Inácio Franco e Wander Borges, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Sávio Souza Cruz, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Wander Borges, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante da pauta. Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a discussão e a votação, é aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 2.118/2008. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento do Deputado Délio Malheiros em que solicita a realização de audiência pública com o intuito de debater a atividade mineradora na Serra da Moeda. A Presidência recebe os seguintes requerimentos, que serão apreciados oportunamente: do Deputado Padre João em que solicita a realização de audiência pública para discutir mecanismos e ações com vistas a prevenir e combater incêndios e queimadas nas florestas do Estado; e dos Deputados Almir Paraca e Padre João em que pleiteiam seja solicitada ao Prefeito Municipal de Caldas a regulamentação da Lei Municipal nº 1.973, de 29/12/2006, que cria a APA Santuário Ecológico Pedra Branca. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de maio de 2008.

Sávio Souza Cruz, Presidente - Fábio Avelar - Wander Borges - Inácio Franco.

ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 30/4/2008

Às 10h15min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Elisa Costa e os Deputados Zé Maia, Jayro Lessa, Antônio Júlio, Lafayette de Andrada e Sebastião Helvécio, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Gustavo Valadares e Inácio Franco. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Zé Maia, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e solicita aos membros da Comissão presentes que a subscrevam. Suspende-se a reunião. Às 10h30min são reabertos os trabalhos. Os Deputados Gustavo Valadares e Inácio Franco se retiram da reunião. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e comunica o recebimento da seguinte correspondência publicada no "Diário do Legislativo", na data mencionada entre parênteses: ofícios dos Srs. Ronaldo Mota, Secretário de Ensino Superior do Ministério da Educação (24/4/2008); Luiz Antônio Souza da Eira, Secretário Executivo do Ministério da Integração Nacional, e Daniel Silva Balaban, Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (26/4/2008). O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 1.489/2007 (Deputada Elisa Costa); 2.133/2008 (Deputado Antônio Júlio); 1.022/2007 (Deputado Jayro Lessa); 1.949/2007 (Deputado Agostinho Patrús Filho); 1.973/2007 (Deputado Lafayette de Andrada), no 1º turno; e 1.329/2007 (Deputado Jayro Lessa), no 2º turno. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação é aprovado o parecer pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.329/2007 na forma do vencido no 1º turno (relator: Deputado Jayro Lessa); e pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.022/2007 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, com as Emendas nºs 1 a 3, da Comissão de Cultura, com a Subemenda nº 1 à Emenda nº 4, e com a Emenda nº 5 (relator: Deputado Jayro Lessa). O Deputado Zé Maia se retira da reunião. O Deputado Jayro Lessa assume a Presidência. O parecer sobre o Projeto de Lei nº 1.959/2007, no 1º turno, deixa de ser apreciado em virtude de solicitação de prazo regimental pelo relator, Deputado Antônio Júlio. Na fase de discussão do parecer do relator, Deputado Lafayette de Andrada, que conclui pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.973/2007, no 1º turno, com as Emendas nºs 1 a 4, da Comissão de Constituição e Justiça, e com a Emenda nº 5, o Presidente defere o pedido de vista da Deputada Elisa Costa. Os Projetos de Lei nºs 1.566 e 1.949/2007 são retirados da pauta por determinação do Presidente da Comissão por não cumprirem pressupostos regimentais. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de maio de 2008.

Jayro Lessa, Presidente - Antônio Júlio - Lafayette de Andrada - Sebastião Helvécio.

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INFORMÁTICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 30/4/2008

Às 10h40min, comparecem na Sala das Comissões as Deputadas Maria Lúcia Mendonça e Ana Maria Resende e os Deputados Carlin Moura e Vanderlei Jangrossi, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Maria Lúcia Mendonça, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Vanderlei Jangrossi, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante da pauta e a deliberar sobre proposições da Comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, com as Emendas nºs 2 e 3 e pela rejeição da Emenda 1, da Comissão de Constituição e Justiça, do Projeto de Lei nº 1.716/2007 (relator: Deputado Vanderlei Jangrossi). Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de maio de 2008.

Maria Lúcia Mendonça, Presidente - Ana Maria Resende - Carlin Moura.

ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 30/4/2008

Às 14h35min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Rosângela Reis e os Deputados Antônio Carlos Arantes, Walter Tosta e Ademir Lucas (substituindo este ao Deputado Domingos Sávio, por indicação da Liderança do BSD), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Rosângela Reis, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Antônio Carlos Arantes, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e comunica o recebimento de ofício do Sr. Robinson Correa Gontijo, Diretor Regional do Sesc no Estado, publicado no "Diário do Legislativo", em 24/4/2008. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 2.127, 2.136, 2.223, 2.226, 2.227, 2.228/2008 (Deputado Walter Tosta); 2.241/2008 (Deputado Domingos Sávio); 1.765, 1.894/2007, 2.109, 2.240/2008 (Deputada Elisa Costa); 2.225, 2.235 e 2.236/2008 (Deputado Antônio Carlos Arantes), todos em turno único. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, em turno único, do Projeto de Lei nº 2.128/2008, com a Emenda nº 1, que apresenta (relator: Deputado Walter Tosta). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 2.060, 2.151/2008 (relatora: Deputada Elisa Costa); 2.144/2008 (relator: Deputado Antônio Carlos Arantes); 2.156, 2.161/2008 (relator: Deputado Walter Tosta), que receberam parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 2.268 e 2.270/2008. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 1.965/2007 e 2.002/2008. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento do Deputado Antônio Carlos Arantes em que solicita se peça ao Ministro da Educação para que envide esforços para manter os repasses direcionados ao Sistema "S", evitando a transferência desses recursos para outros órgãos e entidades governamentais. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de maio de 2008.

Rosângela Reis, Presidente - Antônio Carlos Arantes - Cecília Ferramenta.

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL DA REFORMA TRIBUTÁRIA, EM 7/5/2008

Às 11h5min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Sebastião Helvécio, Antônio Júlio e Zé Maia, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Lafayette de Andrada. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Sebastião Helvécio, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e solicita aos membros da Comissão presentes que a subscrevam. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da Comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Antônio Júlio, Lafayette de Andrada, Sebastião Helvécio e Zé Maia em que solicitam que o Deputado Federal Virgílio Guimarães seja ouvido na reunião extraordinária do dia 8/5/2008; em que solicitam que o Sr. Ricardo Luiz Oliveira de Souza, Coordenador de Política Tributária, e a Sra. Sarah Costa Félix Teixeira, Assessora da Superintendência Tributária da Secretaria de Fazenda,

sejam convidados permanentes desta Comissão; e em que solicitam sejam convidados auditores das Receitas Federal e Estadual, representantes do Siamig, empresários do setor sucroalcooleiro, o Presidente da Fiemg-MG e de Juiz de Fora, representantes do Sindifisco Federal e Estadual, para participarem da próxima reunião ordinária. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião extraordinária, do dia 8/5/2008, às 15 horas, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 8 de maio de 2008.

Sebastião Helvécio, Presidente - Antônio Júlio - Jayro Lessa - Paulo Guedes.

ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 39ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 14/5/2008

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Votação do Requerimento nº 523/2007, da Comissão de Segurança Pública, que solicita ao Comandante Geral da PMMG e ao Chefe de Polícia Civil informações sobre quais providências e procedimentos estão sendo adotados pelas corporações para coibir a violência e o aumento da criminalidade na região da Savassi. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 695/2007, da Comissão de Segurança Pública, que solicita ao Delegado Regional de Bom Despacho e ao Comandante do 7º Batalhão da PMMG informação sobre estatísticas da criminalidade nos últimos 5 anos no Município de Nova Serrana. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.024/2007, das Comissões de Direitos Humanos e de Segurança Pública, que solicitam ao Conselho Estadual de Defesa Social, à Chefia da Polícia Civil, ao Comando-Geral da PMMG e ao Comando-Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado informações sobre as providências tomadas com vistas à edição de uma norma conjunta, com instrução de conduta operacional, para o cumprimento do disposto no art. 1º da Lei nº 13.764, de 30/11/2000, que trata da busca de pessoa desaparecida menor de 16 anos ou portadora de deficiência. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.449/2007, do Deputado Alberto Pinto Coelho, que solicita a inserção, nos anais da Casa, das matérias alusivas à trajetória política e ao falecimento do Embaixador José Aparecido de Oliveira, ocorrido no dia 19/10/2007, em Belo Horizonte. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.462/2007, da Comissão de Segurança Pública, que solicita ao Secretário de Desenvolvimento Regional e Política Urbana informações sobre os conjuntos habitacionais construídos pela Cohab e sobre o Programa Lares Gerais, nos termos que especifica. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.463/2007, da Comissão de Turismo, que solicita à Secretária de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável informações sobre as ações tomadas em relação aos assuntos debatidos em audiência pública da Comissão, realizada na localidade de Peirópolis, relativos à viabilização do Projeto Uberaba - Terra dos Dinossauros. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 1.464/2007, da Comissão de Turismo, que solicita à Secretária de Turismo informações sobre as ações tomadas em relação aos assuntos debatidos em audiência pública da Comissão, realizada na localidade de Peirópolis, relativos à viabilização do Projeto Uberaba - Terra dos Dinossauros. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 1.651/2007, da Comissão de Participação Popular, que solicita ao DER-MG informações sobre o cumprimento das leis, que menciona, que tratam da concessão de passe livre aos deficientes físicos e visuais no transporte coletivo intermunicipal de passageiros do Estado, além de outras que especifica. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.683/2007, da Comissão de Educação, que solicita à Uemg e à Unimontes cópias dos seus estatutos, bem como informações acerca do número de alunos pagantes e isentos de mensalidades em cada curso e câmpus. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 1.690/2007, da Comissão de Direitos Humanos, que solicita ao Secretário de Defesa Social informações sobre a previsão da construção de nova cadeia pública no Município de Piranga ou de reforma da cadeia atual, interdita pelo Corpo de Bombeiros Militar. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 22/2007, do Deputado Gilberto Abramo e outros, que acrescenta inciso ao art. 76 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 37/2007, do Governador do Estado, que extingue cargos de provimento em comissão do Quadro Específico de Pessoal da Advocacia-Geral do Estado e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.583/2007, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 14.940, de 29/12/2003, que institui o Cadastro Técnico Estadual de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais e a Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental do Estado de Minas Gerais - TFAMG - e dá outras providências. A Comissão de Meio Ambiente opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 89/2007, do Deputado Alencar da Silveira Jr, que proíbe a venda e o consumo de bebida alcoólica nas dependências de estádios de futebol das administrações públicas direta e indireta do Estado nos dias de jogos. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Segurança Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Segurança Pública.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.677/2007, do Governador do Estado, que disciplina o Acordo de Resultados e o Prêmio por Produtividade no âmbito do Poder Executivo, e dá outras providências. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou. A Comissão de Administração Pública opinou pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com as Emendas nºs 1 e 2, que apresentou. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Administração Pública. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Administração Pública, que opina pela aprovação do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Justiça, com as Emendas nºs 1, 2, e 10 a 17; e pela rejeição das Emendas nºs 3 a 9.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.978/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Estado a pagar compensação e pensão indenizatória por danos materiais e morais às famílias das vítimas que perderam a vida nos incêndios ocorridos nas cadeias públicas localizadas nos Municípios de Ponte Nova e de Rio Piracicaba. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Direitos Humanos opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto, e pela rejeição da Emenda nº 1, da Comissão de Direitos Humanos.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.096/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID -, destinada ao financiamento do Programa de Universalização do Acesso a Serviços de Telecomunicações em Minas Gerais - Minas Comunica -, e dá outras providências. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Prosseguimento da discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.973/2007, do Governador do Estado, que altera as Leis nº 15.462, de 13/1/2005, nº 15.786, de 27/10/2005, a Lei Delegada nº 175, de 26/1/2007 e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela juridicidade do projeto com as Emendas nºs 1 a 4, que apresenta. A Comissão de Administração Pública perdeu prazo para emitir parecer. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 a 4, da Comissão de Justiça, e com a Emenda nº 5, que apresenta.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 714/2007, do Deputado Padre João, que oficializa no Estado o Hino à Negritude. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Cultura opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 15/2007, do Deputado Eros Biondini, que autoriza o Poder Executivo a implantar na rede pública hospitalar do Estado o programa de prevenção e tratamento de distúrbios alimentares para portadores de anorexia e bulimia nervosa e dá outras providências. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.402/2007, do Deputado Dinis Pinheiro, que altera o disposto no parágrafo único do art. 1º da Lei nº 16.566, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pavão o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 725/2007, do Deputado Doutor Viana, que dá nova redação ao art. 2º da Lei nº 10.883, de 2/10/92, que declara de preservação permanente, de interesse comum e imune de corte, no Estado, o pequizeiro e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. A Comissão de Meio Ambiente opina pela rejeição do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.420/2007, da Deputada Maria Lúcia Mendonça, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Senador Cortes o imóvel que especifica e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.440/2007, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que altera a Lei nº 16.322, de 4/9/2006, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Frutal o imóvel que especifica, e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.959/2007, do Deputado Ivair Nogueira, que autoriza o Poder Executivo do Estado a alienar imóveis que especifica, de propriedade do Ipsemg, com reversão dos recursos decorrentes desta alienação à área de saúde do Ipsemg. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.048/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Leopoldina o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.133/2008, do Deputado Adalclever Lopes, que autoriza o Estado a fazer reverter o imóvel mencionado ao Município de Caiana. A Comissão de Justiça perdeu prazo para emitir parecer. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9h15min DO DIA 14/5/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: discutir a realização de transplante renal pelo Hospital Felício Rocho em convênio com o Sistema Único de Saúde, com convidados mencionados na pauta.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INFORMÁTICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 horas DO DIA 14/5/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 2º turno: Projetos de Lei nºs 1.203/2007, do Deputado Paulo Guedes; 1.680/2007, da Deputada Maria Lúcia Mendonça.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 1.895/2007, do Deputado Padre João; 2.212 e 2.213/2008, do Governador do Estado.

Requerimentos nºs 2.275, 2.293, 2.294, 2.295, 2.317, 2.353, 2.366, 2.370, 2.381 e 2.399/2008, do Deputado Leonardo Moreira.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 horas DO DIA 14/5/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.269/2007, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 2.283, 2.284, 2.361, 2.364, 2.365, 2.380 e 2.385/2008, do Deputado Leonardo Moreira; e 2.330/2008, da Comissão de Direitos Humanos.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 horas DO DIA 14/5/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 2º turno: Projetos de Lei nºs 521/2007, do Deputado Dinis Pinheiro; 1.431/2007, do Deputado Alberto Pinto Coelho; 1.504/2007, do Deputado Leonardo Moreira; 1.686/2007, do Deputado Domingos Sávio.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.973/2007, do Governador do Estado; 37/2007, do Deputado André Quintão; 578/2007, da Comissão de Participação Popular; 1.398/2007, do Deputado Dinis Pinheiro; 1.447/2007, do Deputado Luiz Tadeu Leite; 1.566/2007, do Deputado Lafayette de Andrada; 1.949/2007, da Deputada Ana Maria Resende; 1.999/2008, do Deputado Wander Borges; 2.267/2008, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL DA REFORMA TRIBUTÁRIA, A REALIZAR-SE ÀS 11 horas DO DIA 14/5/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: ouvir convidados e discutir e votar proposições da Comissão.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14h30min DO DIA 14/5/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições em fase de redação final.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14h30min DO DIA 14/5/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14h30min DO DIA 14/5/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 1.990/2008, do Deputado Fahim Sawan.

Requerimentos nºs 2.291, 2.305 a 2.315, 2.327, 2.338, 2.339, 2.346, 2.359, 2.363, 2.367, 2.374, 2.383, 2.392, 2.394 e 2.398/2008, do Deputado Leonardo Moreira; e 2.405/2008, do Deputado Domingos Sávio.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 horas DO DIA 14/5/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 2.280/2008, do Deputado José Henrique; 2.281, 2.282, 2.292 e 2.382/2008, do Deputado Leonardo Moreira; 2.331/2008, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 2.333/2008, do Deputado Dinis Pinheiro; 2.401/2008, do Deputado Agostinho Patrús Filho; 2.408/2008, do Deputado Doutor Viana; e 2.409/2008, do Deputado Inácio Franco.

Discussão, em audiência pública, do Projeto de Lei nº 1.880/2007, do Deputado Wander Borges, que estabelece normas gerais para a instituição de loteamentos fechados e condomínios urbanísticos no Estado, nos termos do parágrafo 3º do art. 24 da Constituição da República.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reuniões Extraordinárias da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reuniões extraordinárias da Assembléia para as 9 e 20 horas do dia 14/5/2008, destinadas, na 1ª Parte, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos, e, na 2ª Fase, à apreciação da Proposta de Emenda à Constituição nº 22/2007, do Deputado Gilberto Abramo e outros, que acrescenta inciso ao art. 76 da Constituição do Estado; do Projeto de Lei Complementar nº 37/2007, do Governador do Estado, que extingue cargos de provimento em comissão do Quadro Específico de Pessoal da Advocacia-Geral do Estado e dá outras providências; e dos Projetos de Lei nºs 15/2007, do Deputado Eros Biondini, que autoriza o Poder Executivo a implantar na rede pública hospitalar do Estado o programa de prevenção e tratamento de distúrbios alimentares para portadores de anorexia e bulimia nervosa e dá outras providências; 89/2007, do Deputado Alencar da Silveira Jr, que proíbe a venda e o consumo de bebida alcoólica nas dependências de estádios de futebol das administrações públicas direta e indireta do Estado nos dias de jogos; 714/2007, do Deputado Padre João, que oficializa no Estado o Hino à Negritude; 725/2007, do Deputado Doutor Viana, que dá nova redação ao art. 2º da Lei nº 10.883, de 2/10/92, que declara de preservação permanente, de interesse comum e imune de corte, no Estado, o pequizeiro, e dá outras providências; 1.402/2007, do Deputado Dinis Pinheiro, que altera o disposto no parágrafo único do art. 1º da Lei nº 16.566, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pavão o imóvel que especifica.; 1.420/2007, da Deputada Maria Lúcia Mendonça, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Senador Cortes o imóvel que especifica e dá outras providências; 1.440/2007, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que altera a Lei nº 16.322, de 4/9/2006, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Frutal o imóvel que especifica, e dá outras providências; 1.583/2007, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 14.940, de 29/12/2003, que institui o Cadastro Técnico Estadual de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais e a Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental do Estado de Minas Gerais - TFAMG - e dá outras providências; 1.677/2007, do Governador do Estado, que disciplina o Acordo de Resultados e o Prêmio por Produtividade no âmbito do Poder Executivo, e dá outras providências; 1.959/2007, do Deputado Ivair Nogueira, que autoriza o Poder Executivo do Estado a alienar imóveis que especifica, de propriedade do Ipsemg, com reversão dos recursos decorrentes desta alienação à área de saúde do Ipsemg; 1.973/2007, do Governador do Estado, que altera as Leis nº 15.462, de 13/1/2005, nº 15.786, de 27/10/2005, a Lei Delegada nº 175, de 26/1/2007 e dá outras providências; 1.978/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Estado a pagar compensação e pensão indenizatória por danos materiais e morais às famílias das vítimas que perderam a vida nos incêndios ocorridos nas cadeias públicas localizadas nos Municípios de Ponte Nova e de Rio Piracicaba; 2.048/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Leopoldina o imóvel que especifica; 2.096/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, destinada ao financiamento do Programa de Universalização do Acesso a Serviços de Telecomunicações em Minas Gerais - Minas Comunica -, e dá outras providências; e 2.133/2008, do Deputado Adalclever Lopes, que autoriza o Estado a fazer reverter o imóvel mencionado ao Município de Caiana; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 13 de maio de 2008.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Elisa Costa e os Deputados Antônio Carlos Arantes, Domingos Sávio e Walter Tosta, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 14/5/2008, às 9h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei nº 2.064/2008, do Deputado Walter Tosta; de discutir e votar, em turno único, os Projetos de Lei nºs 1.894/2007, do Deputado Padre João, 2.225/2008, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, 2.235/2008, da Deputada Maria Lúcia Mendonça, 2.236/2008, do Deputado Eros Biondini; de votar, em turno único, os Requerimentos nºs 2.304, 2.318, 2.319, 2.325, 2.341, 2.345, 2.362, 2.393/2008, do Deputado Leonardo Moreira; de discutir a situação dos profissionais da optometria no Estado; e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 13 de maio de 2008.

Rosângela Reis, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 1.868/2007

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do Deputado Antônio Júlio, o projeto de lei em tela visa a declarar de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Estrela do Indaiá - Apae -, com sede no Município de Estrela do Indaiá.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 1.868/2007 pretende declarar de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Estrela do Indaiá, associação filantrópica e assistencial, prestadora de serviços na área educacional, cultural, desportiva, de saúde, de estudo e pesquisa, que tem como objetivo principal promover a melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência, especialmente mental, em seus diversos períodos de vida, para lhes assegurar o pleno exercício da cidadania. Com esse propósito, executa, em sua área de jurisdição, os objetivos, os programas e a política da Federação das Apaes do Estado e da Federação Nacional das Apaes; participa da definição da política municipal de atendimento à pessoa portadora de deficiência e fiscaliza sua execução; promove e divulga estudos e pesquisas relacionadas com seus assistidos, buscando o avanço científico e a permanente formação e capacitação de seus profissionais e voluntários.

Diante dessas considerações, entendemos que a instituição merece o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.868/2007, em turno único.

Sala das Comissões, 13 de maio de 2008.

Antônio Carlos Arantes, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 1.895/2007

Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática

Relatório

De autoria do Deputado Padre João, o projeto de lei em tela visa a declarar de utilidade pública o Viçosa Esporte e Lazer, com sede no Município de Viçosa.

A matéria foi examinada preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade. Cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 1.895/2007 pretende declarar de utilidade pública o Viçosa Esporte e Lazer, que tem como finalidade proporcionar a difusão de civismo e da cultura física, principalmente o futebol. Estimula a prática de esportes e participa de competições em todas as suas modalidades amadoras, inclusive o futebol feminino. Além disso, a entidade realiza diversos eventos sociais e culturais com a finalidade de integrar seus associados na comunidade do Município de Viçosa.

Isto posto, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.895/2007, em turno único.

Sala das Comissões, 12 de maio de 2008.

Vanderlei Jangrossi, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 2.212/2008

Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática

Relatório

De autoria do Governador do Estado, o projeto de lei em tela tem por objetivo dar denominação a escola estadual localizada no Município de Carmo do Paranaíba.

A proposição foi enviada à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade. Vem agora a matéria a esta Comissão, para deliberação conclusiva, nos termos do art. 103, I, "b", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 2.212/2008 pretende dar a denominação de Escola Estadual Juca Cardoso à escola estadual situada na Rua São Pedro, 544, no Bairro Lagoinha, no Município de Carmo do Paranaíba.

A pretensão da proposição em tela fundamenta-se em pedido formulado pelo colegiado escolar da referida unidade de ensino, que, em reunião realizada em 12/9/2003, homologou, pela maioria dos votos de seus membros, a indicação do nome de Juca Cardoso para denominá-la.

O homenageado, nascido José Cardoso Teixeira, foi um cidadão de destaque em Carmo do Paranaíba, pois se dedicou à cidade e se notabilizou especialmente por sua árdua e memorável luta em favor da educação no Município.

Diante dessas considerações, é meritória a homenagem que lhe está sendo prestada com a denominação de Escola Estadual Juca Cardoso para o educandário estadual situado no Bairro Lagoinha, no Município de Carmo do Paranaíba.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.212/2008, em turno único.

Sala das Comissões, 13 de maio de 2008.

Maria Lúcia Mendonça, relatora.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 2.250/2008

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do Deputado Wander Borges, o projeto de lei em tela visa declarar de utilidade pública o Centro Integrado de Ação Social Comunitária – Ciasc –, com sede no Município de Belo Horizonte.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 2.250/2008 pretende declarar de utilidade pública Ciasc, com sede no Município de Belo Horizonte, que tem como finalidade precípua a melhoria da qualidade de vida da população residente no Bairro Nazaré.

Dessa maneira, desenvolve atividades assistenciais, sociais, educacionais e culturais, promove ações na área de saúde e zela pelo interesse comum de seus associados nos diversos assuntos tratados pela entidade.

Isto posto, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.250/2008 em turno único.

Sala das Comissões, 13 de maio de 2008.

Antônio Carlos Arantes, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 2.253/2008

Comissão de Saúde

Relatório

De autoria do Deputado Célio Moreira, o projeto de lei em tela visa declarar de utilidade pública a Associação dos Familiares e Usuários da Saúde Mental de Caeté, com sede no Município de Caeté.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 2.253/2008 pretende declarar de utilidade pública a Associação dos Familiares e Usuários da Saúde Mental de Caeté, que tem por finalidade precípua proporcionar a seus assistidos uma melhor qualidade de vida.

Na consecução de seus propósitos, promove atividades nas áreas de cultura, esporte e lazer; ampara a saúde da família na maternidade, na infância, na adolescência e na velhice; proporciona a habilitação e a reabilitação de pessoas portadoras de deficiência e orienta sobre a preservação do meio ambiente.

Isto posto, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.253/2008, em turno único.

Sala das Comissões, 13 de maio de 2008.

Doutor Rinaldo, relator.

Parecer sobre o Requerimento Nº 523/2007

Mesa da Assembléia

Relatório

De autoria da Comissão de Segurança Pública, a proposição em análise requer à Mesa da Assembléia seja encaminhado ofício ao Comandante-Geral da Polícia Militar e ao Chefe da Polícia Civil, solicitando-lhes informações sobre quais providências e procedimentos estão sendo adotados pelas duas corporações para coibir a violência e o aumento da criminalidade na região da Savassi, em Belo Horizonte.

Após sua publicação no "Diário do Legislativo" de 11/5/2007, vem a matéria à Mesa da Assembléia para receber parecer, nos termos do art. 79, VIII, "c", do Regimento Interno.

Fundamentação

Conforme o disposto no art. 100, IX, do Regimento Interno, entre outras atribuições, compete às Comissões:

"Art. 100 - (...)

IX - encaminhar, por intermédio da Mesa da Assembléia, pedido escrito de informação a Secretário de Estado, a dirigente de entidade da administração indireta, ao Comandante-Geral da Polícia Militar e a outras autoridades estaduais".

A proposição em epígrafe tem por objetivo solicitar ao Comandante-Geral da Polícia Militar e ao Chefe da Polícia Civil informações sobre quais providências estão sendo tomadas pelas duas corporações para coibir a violência e o aumento da criminalidade na região da Savassi.

De fato, é público e notório que o incremento dos índices de criminalidade vem alarmando os cidadãos, levando o temor ao seio das famílias e exigindo das autoridades responsáveis a aplicação de medidas eficazes para fazer frente a esse grave problema social.

Como o governo do Estado tem investido no reaparelhamento das forças policiais, com a compra de viaturas, armas, computadores e sistemas de monitoramento por câmeras de televisão, cumpre saber quais efetivos e equipamentos estão sendo instalados na região da Savassi, para a cobertura e a proteção dessa área comercial nevrálgica da Capital.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Requerimento nº 523/2007.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 12 de maio de 2008.

Alberto Pinto Coelho, Presidente - Tiago Ulisses, relator - Doutor Viana - José Henrique - Roberto Carvalho - Dinis Pinheiro - Alencar da Silveira Jr.

Parecer sobre o Requerimento Nº 695/2007

Mesa da Assembléia

Relatório

A Comissão de Segurança Pública requer, por meio da proposição em epígrafe, seja encaminhado ofício ao Delegado Regional de Bom Despacho e ao Comandante do 7º Batalhão da Polícia Militar, solicitando informações sobre as estatísticas de criminalidade nos últimos cinco anos no Município de Nova Serrana.

Após a sua publicação no "Diário do Legislativo" de 14/6/2007, vem a matéria à Mesa da Assembléia para receber parecer, nos termos do art. 79, VIII, "c", do Regimento Interno.

Fundamentação

A Comissão de Segurança Pública, valendo-se da prerrogativa que lhe confere o art. 102 do Regimento Interno, deve lançar mão do pedido de informações às autoridades estaduais visando a assegurar que os diversos órgãos do Poder Executivo pautem sua conduta pelos princípios conformadores da administração pública.

A proposição em análise tem por objetivo solicitar informações às autoridades policiais de Bom Despacho sobre as estatísticas de criminalidade no Município de Nova Serrana, tendo em vista o aumento dos índices de violência nessa cidade.

Durante audiência pública realizada pela Comissão de Segurança Pública desta Casa para debater a violência em Nova Serrana, foram apresentadas as seguintes informações: o Município é o 24º mais violento do Estado, não há Defensores Públicos e a delegacia conta com apenas um Delegado, sendo que no ano de 2006 foram instaurados 790 inquéritos policiais. As autoridades presentes na audiência solicitaram atenção especial para o Município nas ações de segurança pública, fundamentalmente em virtude do crescimento anual de 8,2% de sua população.

A nossa Carta Magna preconiza que a segurança pública é dever do Estado e direito e responsabilidade de todos, e as atividades voltadas para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio competem à Polícia Civil, à Polícia Militar e ao Corpo de Bombeiros Militar. Assim, faz-se necessário envidar esforços para que os ditames constitucionais sejam cumpridos.

Diante da competência do Poder Legislativo para fiscalizar e acompanhar as atividades desenvolvidas por órgãos ou instituições públicas, sempre que considerar conveniente, julgamos oportuna a solicitação de informações proposta no requerimento em análise. Além disso, conforme prerrogativas regimentais, entendemos que a Comissão de Segurança Pública deve oferecer sua colaboração para o combate à violência e à criminalidade, contribuindo positivamente para a política de segurança pública.

Conclusão

Em face do exposto, somos pela aprovação do Requerimento nº 695/2007.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 12 de maio de 2008.

Alberto Pinto Coelho, Presidente - José Henrique, relator - Doutor Viana - Roberto Carvalho - Dinis Pinheiro - Tiago Ulisses - Alencar da Silveira Jr.

Parecer sobre o Requerimento Nº 1.024/2007

Mesa da Assembléia

Relatório

De autoria das Comissões de Direitos Humanos e de Segurança Pública, a proposição em epígrafe requer sejam encaminhados ofícios ao Conselho Estadual de Defesa Social, à Chefia da Polícia Civil, ao Comando-Geral da Polícia Militar e ao Comando-Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado, solicitando informações sobre as providências tomadas para a edição de uma norma conjunta, com instruções de conduta operacional, para o cumprimento do disposto no art. 1º da Lei nº 13.764, de 30/11/2000.

Publicada no "Diário do Legislativo" em 30/8/2007, vem a matéria à Mesa da Assembléia para receber parecer, nos termos do art. 79, VIII, "c", do Regimento Interno.

Fundamentação

O requerimento em tela tem por objetivo obter informações sobre as providências tomadas para a regulamentação, pelo Poder Executivo, em atendimento ao previsto no art. 90, VII, da Constituição do Estado, do disposto na Lei nº 13.764, de 2000, que trata da busca de pessoa desaparecida menor de 16 anos ou portadora de deficiência.

Trata-se de proposição inserta na esfera fiscalizadora do Poder Legislativo. Nos termos do art. 62, XXXI, da Constituição Estadual, compete a esta Assembléia fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, entre os quais os de expedição de decretos e regulamentos para a fiel execução das leis.

A Lei nº 13.764 determina que, nos casos de desaparecimento de menor de 16 anos ou portador de deficiência física, mental ou sensorial, a autoridade policial competente e os órgãos de segurança pública darão início à busca imediatamente após a comunicação do desaparecimento. A norma fornece especial proteção a essas pessoas, pressupondo sua maior vulnerabilidade.

Verifica-se contudo que, por envolver uma ação coordenada entre diferentes órgãos e agentes, a busca determinada pela lei citada necessita de regulamentação, a fim de definir os papéis das várias instâncias em sua realização. As Comissões autoras da proposição em análise assinalaram tanto que não há a regulamentação exigível quanto que existem problemas decorrentes dessa lacuna, os quais comprometem a efetividade da norma. É que, adstrito ao princípio da legalidade e constrangido pela lacuna normativa, especialmente no que tange à forma e à competência dos atos a serem praticados, o agente, nessa circunstância, fica, por vezes, impedido de agir imediatamente, como estabelece a lei.

A atividade regulamentadora exercida pelo Poder Executivo é medida que se impõe sempre que a execução das leis reclama regras adicionais para a definição do ato administrativo. É o que ocorre na situação em estudo, na qual a lei já determina o dever da administração de empreender imediatamente as buscas nos casos que especifica, todavia não explicita de que maneira deverá ser cumprido tal dever. A iniciativa das Comissões autoras do requerimento em tela está, portanto, consoante o direito e atinge uma necessidade pública evidente.

Conclusão

Em face do exposto, concluímos pela aprovação do Requerimento nº 1.024/2007.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 12 de maio de 2008.

Alberto Pinto Coelho, Presidente - Roberto Carvalho, relator - Doutor Viana - José Henrique - Dinis Pinheiro - Tiago Ulisses - Alencar da Silveira Jr.

Parecer sobre o Requerimento Nº 1.449/2007

Mesa da Assembléia

Relatório

Por intermédio da proposição em epígrafe, o Deputado Alberto Pinto Coelho requer ao Presidente da Assembléia Legislativa sejam consignadas nos anais da Casa as matérias alusivas à trajetória política e ao falecimento do Embaixador José Aparecido de Oliveira, ocorrido no dia 19/10/2007, em Belo Horizonte, publicadas nos jornais "Estado de Minas", no caderno de Política, nos dias 20 e 21/10/2007; "Hoje em Dia", no

caderno de Política, nos dias 20 e 21/10/2007; "Jornal do Brasil", na coluna Além do Fato, autoria de Mauro Santayana, no dia 20/10/2007; "Diário do Comércio", no dia 21/10/2007.

O requerimento foi publicado no "Diário do Legislativo" de 10/11/2007 e encaminhado a este órgão colegiado para receber parecer, nos termos dos arts. 79, VIII, "b" e 234, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Requerimento nº 1.449/2007 pretende sejam consignadas nos anais da Assembléia Legislativa as matérias mencionadas, alusivas à biografia e ao falecimento, ocorrido recentemente, do político José Aparecido de Oliveira, mineiro de São Sebastião do Rio Preto.

O inciso XIII do art. 233 do Regimento Interno prevê a inserção nos anais desta Casa de documento ou pronunciamento não oficial, especialmente relevante para o Estado. Assim, a matéria a ser transcrita deve narrar um fato ou exprimir uma manifestação política ou cultural que sejam relevantes para o estudo histórico de Minas Gerais.

As mencionadas matérias jornalísticas constituem não só uma homenagem prestada por amigos e políticos de todos os matizes ideológicos e de diferentes gerações ao saudoso político, ex-Governador, ex-Ministro e ex-Embaixador José Aparecido de Oliveira, como também um levantamento sucinto acerca de sua biografia. Nelas destacam-se sua participação no processo de redemocratização do País e sua especialidade na arte de buscar consenso, além de sua natureza afável, companheira e amiga.

O teor de tais publicações se nos afigura oportuna e justa homenagem a um dos mais importantes políticos do cenário mineiro e nacional, e, por isso mesmo, estas devem ser inseridas nos registros oficiais desta Casa.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Requerimento nº 1.449/2008.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 12 de maio de 2008.

Alberto Pinto Coelho, Presidente - Alencar da Silveira Jr., relator - Doutor Viana - José Henrique - Roberto Carvalho - Dinis Pinheiro - Tiago Ulisses.

Parecer sobre o Requerimento Nº 1.462/2007

Mesa da Assembléia

Relatório

A Comissão de Segurança Pública, por intermédio da proposição em análise, requer à Mesa da Assembléia seja enviado ao Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional pedido de informações sobre os conjuntos habitacionais construídos pela Cohab e sobre o Programa Lares Gerais, nos termos que especifica na proposição.

Após sua publicação no "Diário do Legislativo" de 15/11/2007, vem a matéria à Mesa da Assembléia, para receber parecer, nos termos do art. 79, VIII, "c", do Regimento Interno.

Fundamentação

O objeto da proposição em análise encontra-se respaldado pelo comando previsto no art. 54, § 2º, da Constituição Estadual, segundo o qual "a Mesa da Assembléia poderá encaminhar ao Secretário de Estado pedido escrito de informação, e a recusa, ou o não-atendimento no prazo de trinta dias, ou a prestação de informação falsa importam crime de responsabilidade".

Portanto, entendemos que a solicitação deve ser encaminhada à autoridade destinatária, tendo em vista que as informações requeridas são do interesse parlamentar, no exercício da representação e das demais prerrogativas do Poder Legislativo, podendo qualquer um de seus membros ou de suas comissões temáticas solicitá-las por intermédio da Mesa da Assembléia.

Conclusão

Tendo em vista o exposto, opinamos pela aprovação do Requerimento nº 1.462/2007.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 12 de maio de 2008.

Alberto Pinto Coelho, Presidente - Doutor Viana, relator - José Henrique - Roberto Carvalho - Dinis Pinheiro - Tiago Ulisses - Alencar da Silveira Jr.

Parecer sobre o Requerimento Nº 1.463/2007

Mesa da Assembléia

Relatório

A Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo, por meio da proposição em exame, requer ao Presidente da Assembléia Legislativa o envio de ofício à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável solicitando informações sobre as ações tomadas em relação aos assuntos debatidos em audiência pública da Comissão, realizada na localidade de Peirópolis, relativos à viabilização do Projeto Uberaba - Terra dos Dinossauros.

Publicada no "Diário do Legislativo" de 15/11/2007, a matéria vem à Mesa da Assembléia para receber parecer, nos termos do art. 79, VIII, "c", do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposição em exame é um desdobramento da reunião realizada pela Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo em 17/9/2007, na localidade de Peirópolis, Município de Uberaba, que teve por finalidade debater, em audiência pública, a viabilização do Projeto Uberaba – Terra dos Dinossauros, Turismo e Sustentabilidade Sócioambiental.

O objeto da presente solicitação de informações é conhecer as ações empreendidas pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente em relação aos assuntos debatidos na citada reunião. Entretanto, ao verificarmos o resultado dessa audiência, constatamos que, apesar de terem sido convidados representantes da Secretaria, eles não estiveram presentes. A partir dessa constatação, entendemos não ser adequado encaminhar o pedido de informações na forma proposta.

Como o interesse da solicitante é obter apoio e saber que ações o Governo está desenvolvendo para auxiliar a implementação do referido projeto, apresentamos proposição substitutiva solicitando esclarecimentos à Secretaria de Estado de Meio Ambiente Desenvolvimento Sustentável.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Requerimento nº 1.463/2007, na forma do seguinte Substitutivo nº 1.

SUBSTITUTIVO Nº 1

Excelentíssimo Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ofício à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável solicitando informações sobre as ações empreendidas ou planejadas com a finalidade de auxiliar a implementação do Projeto Uberaba – Terra dos Dinossauros, Turismo e Sustentabilidade Sócioambiental, conduzido pelo Centro de Pesquisas Paleontológicas Llewelly Ivor Price em conjunto com a Fundação Municipal de Ensino Superior de Uberaba, no distrito de Peirópolis, Município de Uberaba.

Requer, ainda, seja solicitada à mesma Secretaria o seu apoio institucional, técnico e financeiro para a implementação do citado projeto.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 12 de maio de 2008.

Alberto Pinto Coelho, Presidente - Dinis Pinheiro, relator - Doutor Viana - José Henrique - Roberto Carvalho - Tiago Ulisses - Alencar da Silveira Jr..

Parecer sobre o Requerimento Nº 1.464/2007

Mesa da Assembléia

Relatório

A Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo, por meio da proposição em exame, requer ao Presidente da Assembléia Legislativa o envio de ofício à Secretaria de Estado de Turismo solicitando informações sobre as ações tomadas em relação aos assuntos debatidos em audiência pública da Comissão, realizada na localidade da Peirópolis, relativos à viabilização do Projeto Uberaba – Terra dos Dinossauros.

Publicada no "Diário do Legislativo" de 15/11/2007, a matéria vem à Mesa da Assembléia para receber parecer, nos termos do art. 79, VIII, "c", do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposição em exame é um desdobramento da reunião realizada pela Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo em 17/9/2007, na localidade de Peirópolis, Município de Uberaba, que teve por finalidade debater, em audiência pública, a viabilização do Projeto Uberaba – Terra dos Dinossauros, Turismo e Sustentabilidade Socioambiental.

O objeto da presente solicitação de informações é conhecer as ações empreendidas pela Secretaria de Estado de Turismo em relação aos assuntos debatidos na citada reunião. Entretanto, ao verificarmos o resultado daquela audiência, constatamos que, apesar de terem sido convidados representantes da Secretaria, eles não estiveram presentes. A partir dessa constatação, entendemos não ser adequado encaminhar o pedido de informações na forma proposta.

Como o interesse da solicitante é obter apoio e saber que ações o Governo está desenvolvendo para auxiliar a implementação do citado projeto, apresentamos proposição substitutiva ao final deste parecer solicitando esclarecimentos à Secretaria de Estado de Turismo.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Requerimento nº 1.464/2007 na forma do Substitutivo nº 1, a seguir apresentado.

SUBSTITUTIVO Nº 1

Excelentíssimo Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ofício à Secretaria de Estado de Turismo solicitando informações sobre as ações empreendidas ou planejadas com a finalidade de auxiliar a implementação do Projeto Uberaba – Terra dos Dinossauros, Turismo e Sustentabilidade Sócioambiental, conduzido pelo Centro de Pesquisas Paleontológicas Llewelly Ivor Price em conjunto com a Fundação Municipal de Ensino Superior de Uberaba, no Distrito de Peirópolis, Município de Uberaba.

Requer, ainda, seja solicitada à mesma Secretaria o apoio institucional, técnico e financeiro para a implementação do citado projeto.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 12 de maio de 2008.

Alberto Pinto Coelho, Presidente - Dinis Pinheiro, relator - Doutor Viana - José Henrique - Roberto Carvalho - Tiago Ulisses - Alencar da Silveira Jr.

Parecer sobre o Requerimento Nº 1.651/2007

Mesa da Assembléia

Relatório

De autoria da Comissão de Participação Popular, a proposição em tela tem por objetivo solicitar seja encaminhado ofício ao Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais – DER-MG –, com pedido de informações sobre o cumprimento do disposto nas Leis nºs 9.760, de 1989, e 10.820, de 1992, que tratam respectivamente de concessão de passe livre aos deficientes físicos e visuais no transporte coletivo intermunicipal de passageiros do Estado e da obrigatoriedade de se fazerem adaptações nos coletivos intermunicipais visando a facilitar o acesso e a permanência de portadores de deficiência física.

Publicada no "Diário do Legislativo" do dia 7/12/2007, vem a matéria à Mesa da Assembléia para receber parecer, nos termos regimentais.

Fundamentação

A Constituição do Estado, no seu art. 54, § 3º, confere a este Parlamento a prerrogativa de encaminhar pedido de informação a dirigente de entidade da administração indireta. A recusa ou o não - atendimento ou a prestação de informação falsa constituem infração administrativa, sujeita a responsabilização.

A Lei nº 11.403, de 1994, que dispõe sobre a estrutura orgânica do DER-MG e fixa suas competências, destaca entre estas, no seu art. 2º, assegurar soluções adequadas de transporte rodoviário de pessoas e bens, no âmbito do Estado, bem como conceder ou explorar diretamente os serviços de transporte coletivo rodoviário intermunicipal e metropolitano de passageiros.

Mais recente, o art. 2º da Lei Delegada nº 164/2007, que alterou vários dispositivos da Lei nº 11.403, de 1994, reafirma que o DER-MG tem por finalidade "assegurar soluções adequadas de transporte rodoviário de pessoas e bens, no âmbito do Estado, observadas as diretrizes definidas pela Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas".

Por sua vez, a Lei nº 9.760, de 1989, assegura, em seu art. 1º, a concessão do passe livre aos deficientes físicos, mentais e visuais e às pessoas com idade superior a 65 anos no transporte coletivo intermunicipal.

Já a Lei nº 10.820, de 1992, dispõe em seu art. 1º que "As empresas concessionárias de transporte coletivo intermunicipal ficam obrigadas a promover adaptações em seus veículos, a fim de se facilitar o acesso e a permanência de portadores de deficiência física e de pessoas com dificuldade de locomoção". Tais adaptações correspondem, na prática, à instalação de portas largas e de elevadores hidráulicos para acesso ao interior dos veículos e à eliminação de obstáculos internos.

As leis a que se refere a proposição ora em comento representam significativa conquista social para determinadas parcelas da sociedade, como os idosos, os portadores de deficiência, os obesos e as gestantes. Dessa forma, o acompanhamento por esta Casa das providências tomadas pelo Poder Executivo para a efetiva execução das garantias legalmente previstas a esse segmentos da população, mais que desejável, é fundamental.

A proposição em análise, assim, por constituir ferramenta para o exercício da função fiscalizadora do Legislativo, só tem a contribuir, devendo prosseguir sua tramitação.

Conclusão

Em face do exposto, somos pela aprovação do Requerimento nº 1.651/2007.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 12 de maio de 2008.

Alberto Pinto Coelho, Presidente - Doutor Viana, relator - José Henrique - Roberto Carvalho - Dinis Pinheiro - Tiago Ulisses - Alencar da Silveira Jr.

Parecer sobre o Requerimento Nº 1.683/2007

Mesa da Assembléia

Relatório

De autoria da Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática, o Requerimento nº 1.683/2007 pleiteia sejam solicitadas à Universidade do Estado de Minas Gerais – Uemg – e à Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes – cópias dos seus estatutos, bem como informações acerca do número de alunos pagantes e isentos de mensalidades em cada curso e nos "câmpus".

Publicada no "Diário do Legislativo" de 15/12/2007, a proposição foi distribuída a este órgão colegiado para receber parecer, nos termos do art. 234, combinado com o art. 79, VIII, "c", do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposição em tela visa a obter informações sobre a estrutura organizacional da Uemg e da Unimontes, bem como sobre o número de alunos que gozam ou não de isenção da mensalidade.

No segundo semestre de 2007, a comissão autora da proposição em comento realizou audiência pública no Município de Montes Claros, para tratar da situação administrativa, educacional e financeira da Unimontes. Na oportunidade, algumas informações relevantes sobre essa instituição de ensino superior não puderam ser repassadas aos senhores parlamentares por falta de documentação atualizada. Assim, foi aprovada a proposição em análise, acrescentando-se ao pedido de informação os dados da Uemg, para fins de comparação.

A alínea "a" do inciso VI do art. 102 do Regimento Interno dispõe que é matéria de competência da Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática a política e o sistema educacionais. Dessa forma, ao apresentar a proposição em tela, essa Comissão cumpre o papel que lhe cabe, contribuindo com a missão fiscalizadora do Executivo, cabível ao Poder Legislativo.

Parece-nos, no entanto, que o pedido de cópia dos estatutos é desnecessário, na medida em que um simples acesso aos sítios das citadas universidades na internet permite visualizar, na íntegra, esses documentos. A bem da verdade, uma instituição de ensino superior é regida pelo seu Regimento Geral, e não por um estatuto.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Requerimento nº 1.683/2007 na forma do Substitutivo nº 1, a seguir apresentado.

SUBSTITUTIVO Nº 1

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática, atendendo a requerimento do Deputado Ruy Muniz, aprovado na 34ª Reunião Ordinária de 5/12/2007, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado às Reitorias da Universidade do Estado de Minas Gerais – Uemg – e da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes – ofício requerendo o envio de relatório contendo o número de alunos matriculados por curso e por câmpus, especificando se pagam mensalidade ou estudam de forma gratuita.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 12 de maio de 2008.

Alberto Pinto Coelho, Presidente - José Henrique, relator - Doutor Viana - Roberto Carvalho - Dinis Pinheiro - Tiago Ulisses - Alencar da Silveira Jr.

Parecer sobre o Requerimento Nº 1.690/2007

Mesa da Assembléia

Relatório

A Comissão de Direitos Humanos, por meio da proposição em epígrafe, requer ao Presidente desta Assembléia Legislativa seja encaminhado ofício ao Secretário de Estado de Defesa Social, solicitando informações sobre a previsão para construção de nova cadeia pública no Município de Piranga ou de reforma da cadeia atual, interdita pelo Corpo de Bombeiros Militar.

Publicada no "Diário do Legislativo" de 15/12/2007, vem a matéria à Mesa da Assembléia para receber parecer, nos termos do art. 79, VIII, "c", do Regimento Interno.

Fundamentação

Segundo informações constantes do Relatório de Fiscalização e Vistoria nº 1.748, datado de 13/11/2007, elaborado em virtude da visita realizada pelo Corpo de Bombeiros Militar ao prédio em que estão localizadas a Delegacia de Polícia Civil e a Cadeia Pública do Município de Piranga, as irregularidades encontradas justificaram a interdição imediata desses estabelecimentos.

O auto de interdição apontou o descumprimento da Lei nº 14.130, de 2001, que "dispõe sobre a prevenção contra incêndio e pânico no Estado e dá outras providências", o que coloca em risco "a vida, a integridade física, o bem-estar e a saúde das pessoas e o patrimônio próprio e/ou alheio". Concluiu determinando que os estabelecimentos permanecerão interditados pelo tempo em que perdurarem as irregularidades apontadas ou até decisão ulterior do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG.

A sanção administrativa aplicada encontra respaldo no inciso III, combinado com o § 4º do art. 4º da lei citada, haja vista a constatação de risco iminente de incêndio ou pânico. O auto de infração menciona a existência de fiação elétrica fora de eletrodutos por toda a edificação e, em todas as celas, a existência de fiação elétrica em contato direto com os leitos dos detentos, instalada sem observância dos preceitos básicos de segurança, em franco desacordo com o disposto na NBR nº 5.410, norma federal que disciplina as instalações elétricas de baixa voltagem. A fiação irregular existente nas celas foi improvisada para permitir a utilização, pelos presos, de aparelhos como televisores, aquecedores e chuveiros elétricos.

Às razões já destacadas, acrescente-se a violação dos direitos constitucionais e legais assegurados aos detentos, em especial o direito à vida, à saúde, e portanto, à integridade física, enfim, ao tratamento digno de que é titular todo ser humano.

Ademais, a precariedade da estrutura física dos estabelecimentos interditados colocava em risco, também, os próprios funcionários da Delegacia de Polícia local e a comunidade da região, pois, diante da situação degradante em que se encontravam os presos, estes poderiam ser compelidos, a qualquer momento, a tentar uma rebelião ou uma fuga em massa.

Diante dessa realidade, é justa, meritória e necessária a construção de uma nova cadeia pública para o Município de Piranga ou, em última instância, a reforma da cadeia atual.

Portanto, os fatos apresentados nesta fundamentação justificam plenamente a proposição em tela.

Lembramos que, com fulcro no § 3º do art. 54 da Constituição do Estado, "a Mesa da Assembléia poderá encaminhar pedido de informação a dirigente de entidade da administração indireta, ao Comandante-Geral da Polícia Militar e a outras autoridades estaduais, e a recusa, ou o não-atendimento no prazo de trinta dias, ou a prestação de informação falsa constituem infração administrativa, sujeita a responsabilização".

Conclusão

Em face do exposto, concluímos pela aprovação do Requerimento nº 1.690/2007.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 12 de maio de 2008.

Alberto Pinto Coelho, Presidente - Alencar da Silveira Jr., relator - Doutor Viana - Roberto Carvalho - Dinis Pinheiro - Tiago Ulisses.

Parecer sobre o Requerimento Nº 1.720/2007

Mesa da Assembléia

Relatório

De autoria do Deputado Irani Barbosa, a proposição em epígrafe requer seja solicitado à Secretaria de Estado de Fazenda – SEF – uma relação tabelada de todos os produtos, em ordem alfabética, com suas respectivas alíquotas, constando o percentual de imposto incidente sobre cada um deles.

Após sua publicação no "Diário do Legislativo" de 21/12/2007, vem a matéria à Mesa da Assembléia para receber parecer, nos termos do art. 79, VIII, "c", do Regimento Interno.

Fundamentação

O requerimento em tela pretende que a Secretaria de Estado de Fazenda – SEF – envie a esta Casa a relação, em forma de tabela, de todos os produtos e serviços tributados pelo Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS –, com suas respectivas alíquotas. De acordo com o autor do requerimento, tal medida permitirá maior clareza e objetividade nas informações sobre o percentual de ICMS cobrado de cada produto ou serviço, possibilitando uma maior transparência dessas informações.

As alíquotas do ICMS estão previstas em regulamento próprio – RICMS –, aprovado pelo Decreto nº 43.080, de 13/12/2002. Em seu art. 42 são previstas todas as alíquotas que devem ser aplicadas no caso das operações e prestações internas e interestaduais. Como regra geral, as alíquotas de ICMS existentes no Estado são de 7%, 12%, 18% e 25%. No entanto, existe uma gama de produtos que são beneficiados com redução de alíquota, além de diversos outros que são isentos. Esses benefícios podem ser por prazo indeterminado ou não.

Analisando o "site" da Receita Estadual (<http://www.fazenda.mg.gov.br>), verificamos que, apesar de conter toda a legislação que institui e altera as alíquotas de ICMS, não existe uma consolidação dessas informações, o que dificulta a busca da alíquota aplicada a cada produto ou serviço. Dessa forma, a discriminação em ordem alfabética dos produtos e serviços sujeitos ao ICMS facilitaria essa identificação por parte dos contribuintes.

Não obstante, entendemos que o envio físico de um documento à Assembléia Legislativa, ordenando todos produtos e serviços, com suas respectivas alíquotas, além de dispendioso, teria menor eficácia que sua divulgação no "site" da SEF. Assim, apresentamos ao final deste parecer substitutivo propondo que tal relação seja publicada pela SEF em seu "site" na internet.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Requerimento nº 1.720/2007 na forma do Substitutivo n.º 1, a seguir apresentado.

SUBSTITUTIVO Nº 1

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O Deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja solicitado à Secretaria de Estado de Fazenda – SEF – a inclusão em seu "site" de uma tabela com a relação de todos os produtos e serviços tributados pelo Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS –, em ordem alfabética, com suas respectivas alíquotas, constando o percentual de imposto incidente sobre cada um deles.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 12 de maio de 2008.

Alberto Pinto Coelho, Presidente - José Henrique, relator - Doutor Viana - Roberto Carvalho - Dinis Pinheiro - Tiago Ulisses - Alencar da Silveira Jr.

Parecer sobre o Requerimento Nº 1.757/2008

Mesa da Assembléia

Relatório

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 277/2007, solicita, por meio da proposição em análise, seja encaminhado ofício ao Secretário de Defesa Social e ao Chefe da Polícia Civil, solicitando informações quanto à previsão de implantação de delegacias especializadas de atendimento à mulher nas regiões do Estado que ainda não possuem esse serviço.

Após sua publicação no "Diário do Legislativo" de 9/2/2008, vem a matéria à Mesa da Assembléia para receber parecer, nos termos do art. 79, VIII, "c", do Regimento Interno.

Fundamentação

Às Comissões, em razão de matéria de sua competência, cabe encaminhar, por intermédio da Mesa da Assembléia, pedido escrito de informação a Secretário de Estado, a dirigente de entidade da administração indireta, ao Comandante-Geral da Polícia Militar e a outras autoridades estaduais.

A proposição em análise tem por objetivo solicitar informações ao Secretário de Defesa Social e ao Chefe da Polícia Civil quanto à previsão de implantação de delegacias especializadas de atendimento à mulher nas regiões do Estado que ainda não possuem esse serviço.

É de extrema relevância implantar delegacias especializadas em todas as regiões do Estado, pois trata-se de medida que objetiva contribuir para o combate a um dos mais graves problemas enfrentados pela sociedade brasileira: a violência contra a mulher. São inúmeras as ocorrências registradas na Delegacia Especializada de Crimes contra a Mulher de Belo Horizonte.

Os nossos legisladores, preocupados em minorar os casos de agressão contra a mulher, editaram a Lei nº 11.340, de 2005, que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Segundo essa lei, serão asseguradas às mulheres as condições para o exercício efetivo dos direitos à vida, à segurança, à saúde, ao acesso à justiça, entre outros.

É dever do Estado instituir medidas que visem garantir o respeito aos direitos das mulheres no âmbito das relações domésticas e familiares, a fim de resguardá-las de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Assim, diante da competência do Poder Legislativo para fiscalizar e acompanhar as atividades desenvolvidas por órgãos ou instituições públicos, sempre que considerar conveniente, julgamos oportuna a solicitação de informação proposta no requerimento em análise.

Conclusão

Em face do exposto, somos pela aprovação do Requerimento nº 1.757/2008.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 12 de maio de 2008.

Alberto Pinto Coelho, Presidente - Dinis Pinheiro, relator - Doutor Viana - José Henrique - Roberto Carvalho - Tiago Ulisses - Alencar da Silveira Jr.

Parecer sobre o Requerimento Nº 1.828/2008

Mesa da Assembléia

Relatório

Por intermédio da proposição em epígrafe, o Deputado Alberto Pinto Coelho requer seja inserido nos anais da Casa a matéria intitulada "Ausência de José Aparecido", do colunista Aristóteles Drummond, publicada no jornal "Hoje em Dia", edição de 10/2/2008.

Requer, ainda, que desse ato se dê ciência à Sra. Maria Leonor Gonçalves de Oliveira, viúva do colunista.

O requerimento foi publicado no "Diário do Legislativo" de 21/2/2008 e encaminhado a este órgão colegiado para receber parecer, nos termos dos arts. 79, VIII, "b" e 234, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Requerimento nº 1.828/2007 pretende seja consignada nos anais da Assembléia Legislativa a matéria intitulada "Ausência de José Aparecido", publicada no jornal "Hoje em Dia", edição de 10/2/2008, por intermédio da qual Aristóteles Drummond ressalta as qualidades do saudoso Embaixador José Aparecido de Oliveira, lembrando que ele completaria 79 anos de idade no dia 27 de fevereiro do corrente ano.

O inciso XIII do art. 233 do Regimento Interno prevê a inserção nos anais desta Casa de documento ou pronunciamento não oficial, especialmente relevante para o Estado. Assim, a matéria a ser transcrita deve narrar um fato ou exprimir uma manifestação política ou cultural que sejam relevantes para o estudo histórico de Minas Gerais.

A aludida matéria jornalística constitui justa e oportuna homenagem prestada pelo jornalista a uma das figuras mais emblemáticas do cenário político mineiro e nacional, com forte presença, durante 50 anos, na nossa história política e cultural. Com efeito, essa personalidade destacou-se como jornalista e ocupou os cargos de Deputado Federal, Secretário de Estado, Ministro, Governador, Embaixador, prestando relevantes serviços à Nação, tendo como marcas inconfundíveis a lisura, a defesa da democracia, o espírito humanista e uma fantástica habilidade para construir consensos.

Isso posto, a publicação em referência se nos afigura oportuna homenagem a uma das mais ilustres figuras do nosso Estado e, por isso, deve ser inserida nos registros oficiais desta Casa.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Requerimento nº 1.828/2008.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 12 de maio de 2008.

Alberto Pinto Coelho, Presidente - José Henrique, relator - Doutor Viana - Roberto Carvalho - Dinis Pinheiro - Tiago Ulisses - Alencar da Silveira Jr.

Parecer sobre o Requerimento Nº 1.895/2008

Mesa da Assembléia

Relatório

Por meio da proposição em tela, a Comissão de Saúde pleiteia junto ao Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais sejam solicitadas à Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa-MG – informações sobre o programa de saneamento no Município de Pedra Azul, especialmente nos bairros periféricos.

O requerimento foi publicado no "Diário do Legislativo" de 3/3/2008 e encaminhado à apreciação deste órgão colegiado, ao qual cumpre sobre ele emitir parecer, nos termos do art. 79, VIII, "c", do Regimento Interno.

Fundamentação

O requerimento em análise se deve à epidemia de dengue que assola várias regiões do País, com significativo número de casos na cidade de Pedra Azul.

A dengue é uma doença infecciosa causada por um arbovírus que ocorre principalmente em áreas tropicais e subtropicais do mundo. O mosquito transmissor da doença ("Aedes aegypti") é originário da África e se reproduz na água.

As epidemias geralmente ocorrem no verão, durante ou imediatamente após períodos chuvosos. Não há vacina para prevenir a doença. A melhor forma de evitá-la é o combate a focos de acúmulo de água, que propiciam a reprodução do mosquito transmissor.

No momento, em todo o País ocorrem graves epidemias de dengue, sendo a do Rio de Janeiro a mais grave da história, segundo especialistas da Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz.

Relatório de notificação da doença, apresentado pela Secretaria de Saúde de Pedra Azul, datado de 11/3/2008, dá conta da ocorrência de 743 casos, desde dezembro de 2007. Destes, 42 foram confirmados pela Fundação Ezequiel Dias – Funed.

Uma das formas de se evitarem os criatórios de "Aedes aegypti" é o saneamento básico. Tendo-se em vista o fato de que a Copasa é concessionária do serviço na cidade de Pedra Azul, consideramos oportuno o envio de ofício àquela instituição, em face da crise epidêmica em curso naquela cidade, a fim de obtermos informações que permitam o acompanhamento da execução do serviço de esgotamento sanitário, especialmente nos bairros periféricos do Município, onde ocorre o maior número de casos.

Conclusão

Diante do exposto, somos pela aprovação do Requerimento nº 1.895/2008.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 12 de maio de 2008.

Alberto Pinto Coelho, Presidente - Tiago Ulisses, relator - Doutor Viana - José Henrique - Roberto Carvalho - Dinis Pinheiro - Alencar da Silveira Jr.

Parecer sobre o Requerimento Nº 2.023/2008

Mesa da Assembléia

Relatório

Por meio da proposição em epígrafe, o Deputado Vanderlei Miranda pleiteia junto ao Presidente da Assembléia Legislativa de Minas Gerais sejam solicitadas ao Secretário de Estado de Fazenda informações sobre quando e de que forma será implementada a redução do ICMS incidente sobre a prestação do serviço de transporte de passageiros.

Após sua publicação no "Diário do Legislativo" em 13/3/2008, vem a matéria à Mesa da Assembléia para receber parecer, nos termos do art. 79, VIII, "c", do Regimento Interno.

Fundamentação

De autoria do Governador do Estado, que o encaminhou por meio da Mensagem nº 99/2007, publicada no "Diário do Legislativo" em 20/9/2007, o Projeto de Lei nº 1.585/2007 tinha como objetivo promover alterações na legislação tributária do Estado, consolidada na Lei nº 6.763, de 1975, motivo pelo qual ficou conhecido como "pacote tributário". Basicamente, tal projeto autorizava o Poder Executivo a reduzir o ICMS de vários produtos e serviços, ao passo que, como compensação, aumentava a carga desse imposto sobre os solventes e unificava em 25% a alíquota para os serviços de comunicação.

Após observar todas as etapas do processo legislativo, o projeto foi aprovado no Plenário desta Casa em 18/12/2007, na forma do Substitutivo nº 4, que buscou aperfeiçoar o texto original, incorporando algumas das modificações que foram sugeridas ao longo da tramitação por meio de mais de uma centena de emendas, além de subemendas e substitutivos. A norma que se originou é a Lei nº 17.247, de 27/12/2007, a que o requerimento em análise faz menção.

No que tange ao serviço de transporte de passageiros, é imperativo frisar que nunca foi objeto da redução tributária tratada nessa lei, devendo ser reconhecido que houve um equívoco na divulgação de tal notícia na imprensa.

Com efeito, conforme ressalva contida no "site" desta Casa, a notícia veiculada, relativa à redução de até 60% no ICMS incidente sobre a prestação do serviço de transporte de passageiros, era oriunda da Assessoria de Imprensa do governo estadual, que deve ter sido responsável também pelo fornecimento de tal informação equivocada ao jornal "Estado de Minas", que a veiculou em reportagem anexada à proposição.

Em consulta ao "site" da Assembléia (no endereço www.almg.gov.br/not/bancode_noticias/Not_674791.asp), realizada nesta data, o relator da matéria verificou que nele não consta mais tal informação errada, fruto, seguramente, de um equívoco da Assessoria de Imprensa do governo, como deve ser ressaltado.

Assim, a redução tributária desejada deve ser objeto de requerimento apropriado, que se oferece nesta oportunidade como Substitutivo nº 1.

Vale frisar que o Deputado autor da proposição em comento também apresentou requerimento à Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo da Casa, solicitando a realização de audiência pública para discutir tal redução tributária, o qual foi aprovado por essa Comissão em 5/3/2008.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Requerimento nº 2.023/2008 na forma do Substitutivo nº 1, a seguir apresentado.

SUBSTITUTIVO Nº 1

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O Deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 103, III, "a", do Regimento Interno, sejam solicitadas ao Secretário de Estado de Fazenda providências para a elaboração de estudos visando à redução do ICMS incidente sobre a prestação do serviço de transporte de passageiros.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 12 de maio de 2008.

Alberto Pinto Coelho, Presidente - Dinis Pinheiro, relator - Doutor Viana - José Henrique - Roberto Carvalho - Tiago Ulisses - Alencar da Silveira Jr.

Parecer sobre o Requerimento Nº 2.100/2008

Mesa da Assembléia

Relatório

Por intermédio da proposição em tela, a Comissão de Participação Popular, atendendo às Propostas de Ação Legislativas nºs 431, 433, 434 e 455/2007, pleiteia sejam solicitadas à Secretaria de Estado de Educação informações quantitativas e qualitativas sobre a implementação da Lei Federal nº 10.639, de 2003, que torna obrigatória a introdução da temática História e Cultura Afro-Brasileira nos currículos do ensino fundamental e médio; e sobre o atendimento educacional nas comunidades indígenas e áreas remanescentes de quilombos do Estado.

Publicada no "Diário do Legislativo" de 23/3/2008, a proposição foi distribuída a este órgão colegiado para receber parecer, nos termos do art. 234, combinado com o art. 79, VIII, "c", do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposição em tela visa a obter informações sobre o ensino da história e cultura afro-brasileira e sobre o atendimento educacional nas comunidades indígenas e remanescentes de quilombos.

A inserção dos temas História da África e Cultura Afro-Brasileira nos currículos das escolas de ensino fundamental e médio é regulamentada pela Resolução nº 704, de 2005, da Secretaria de Estado de Educação, que promoveu seminários regionais de capacitação de professores para a oferta do conteúdo nas escolas.

A rede estadual de ensino fundamental e médio se estende por todos os Municípios do Estado e atende também as comunidades indígenas e os quilombolas. No entanto, a divulgação de seus resultados é deficitária. A divulgação dessas informações por parte dos órgãos competentes possibilita ao Poder Legislativo e à sociedade acompanhar o desenvolvimento das ações e avaliar sua efetividade.

Somos, portanto, favoráveis à aprovação da proposição.

Conclusão

Diante do exposto, concluímos pela aprovação do Requerimento nº 2.100/2008.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 12 de maio de 2008.

Alberto Pinto Coelho, Presidente - Roberto Carvalho, relator - Doutor Viana - José Henrique - Dinis Pinheiro - Tiago Ulisses - Alencar da Silveira Jr.

Parecer sobre o Requerimento Nº 2.139/2008

Mesa da Assembléia

Relatório

A proposição em tela, de autoria dos Deputados André Quintão e Carlin Moura, requer seja encaminhado ofício à Secretaria de Governo solicitando informações sobre os procedimentos adotados para a criação e implementação das atividades do Conselho do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb –, conforme disposto no art. 24 da Lei Federal nº 11.494, de 20/7/2007.

Publicada no "Diário do Legislativo" de 3/4/2008, a proposição foi distribuída a este órgão colegiado para receber parecer, nos termos do art. 234, combinado com o art. 79, VIII, "c", do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposição em tela visa a obter informações sobre a implantação do Conselho do Fundeb no Estado.

O Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb é um colegiado cuja função principal, segundo o art. 24 da Lei nº 11.494, de 2007, é proceder ao acompanhamento e controle social sobre a distribuição, a transferência e a aplicação dos recursos do Fundo, no âmbito municipal, estadual ou federal. O Conselho não é uma unidade administrativa do Governo; assim, sua ação deve ser independente e, ao mesmo tempo, harmônica com os órgãos da administração pública local.

Nos termos do § 10 do artigo citado, o Poder Executivo deve oferecer ao Conselho o necessário apoio material e logístico, cedendo, se necessário, local para reuniões, meio de transporte, materiais e equipamentos, de forma a assegurar a realização periódica das reuniões de trabalho e garantir, assim, condições para que o colegiado desempenhe suas atividades e efetivamente exerça suas funções.

É importante destacar que o trabalho do Conselho do Fundeb se soma ao trabalho das tradicionais instâncias de controle e fiscalização da gestão pública. Entretanto, o Conselho é uma nova instância de representação social, não devendo, por conseguinte, ser confundido com o controle interno, executado pelo próprio Poder Executivo, nem com o controle externo, executado pelo Tribunal de Contas, a quem compete a apreciação das contas do Poder Executivo.

O Conselho do Fundeb representa a sociedade no controle que exerce, apontando falhas ou irregularidades eventualmente cometidas, para que as autoridades constituídas, no uso de suas prerrogativas legais, adotem as providências que cada caso venha a exigir.

Por meio de legislação específica – decreto ou lei –, editada no pertinente âmbito governamental – Estado ou Município –, o Conselho do Fundeb deveria ser criado até 60 dias contados da vigência do Fundo, ou seja, 1º/3/2007, conforme previsto no art. 34 da Lei nº 11.494, de 2007.

Dessa forma, julgamos pertinente a proposição em comento, que visa a obter as informações necessárias sobre os procedimentos adotados, até o presente momento, pela Secretaria de Educação para a instalação do Conselho Estadual do Fundeb.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Requerimento nº 2.139/2008.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 12 de maio de 2008.

Alberto Pinto Coelho, Presidente - Dinis Pinheiro, relator - Doutor Viana - José Henrique - Roberto Carvalho - Tiago Ulisses - Alencar da Silveira Jr.

Parecer sobre o Requerimento Nº 2.189/2008

Mesa da Assembléia

Relatório

Por meio da proposição em análise, a Comissão de Saúde requer ao Presidente da Assembléia Legislativa seja enviado ofício ao Secretário de Saúde solicitando informações sobre o programa de urgência e emergência, principalmente no que se refere ao apoio à região Norte de Minas e aos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

Publicada no "Diário do Legislativo" de 11/4/08, vem a matéria à Mesa da Assembléia para receber parecer, nos termos do art. 79, VIII, "c", do Regimento Interno.

Fundamentação

O pedido de informações do Poder Legislativo às autoridades estaduais integra as ações de controle externo sobre as atividades da administração pública e é amparado constitucionalmente pelos arts. 54, § 2º, e 62, XXXI, da Carta mineira.

O requerimento foi motivado pelo interesse do Deputado Carlos Pimenta em acompanhar a implementação do referido programa, manifesto por meio de requerimento à Comissão de Saúde, principalmente no que se refere à região Norte de Minas e aos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

No Programa 044 – Regionalização da Atenção à Saúde – do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG –, a Ação 4340 – Sistema Estadual de Regulação e Gestão em Saúde – tem como finalidade regular, em co-gestão com os Municípios, o acesso aos serviços hospitalares e ambulatoriais de média e alta complexidade, de urgência e emergência, e eletivos credenciados no Sistema Único de Saúde. Além disso, a Ação 4638 – Rede de Urgência e Emergência – tem como finalidade a implantação da rede de urgência e emergência no Estado. Cada uma das ações citadas anteriormente tem previsão orçamentária de 10 milhões de reais para 2008.

A Secretaria de Saúde – SES – editou, em 2004, a Portaria nº 393, que aprova o Plano Estadual de Atenção Integral às Urgências, cria comissão paritária para análise de projetos de Samu e para apresentação de proposta para estruturação do Comitê Gestor Estadual do Sistema de Atenção às Urgências e dá outras providências. A rede estadual de urgência e emergência deve ser organizada de acordo com as diretrizes da Portaria GM/MS nº 2.048, de 12/11/2002, que aprova o regulamento técnico dos Sistemas Estaduais de Urgência e Emergência.

Segundo informações obtidas no "site" da SES, a Superintendência de Regulação está instalando um programa de informática chamado SUSFácil, para possibilitar a implementação do sistema de regulação assistencial no Estado. Para tanto, prevê o funcionamento de uma Central de Regulação em cada uma das 13 macrorregiões de saúde até julho deste ano.

Diante disso, parece-nos oportuno solicitar que a SES informe sobre a situação atual da implantação e do funcionamento da rede de urgência e emergência em Minas Gerais. Entretanto, há um ajuste a ser realizado no texto e por isso apresentamos substitutivo ao requerimento, visto que a rede de urgência e emergência não é um "programa", como constava na proposição original.

Conclusão

Em face do exposto, somos pela aprovação do Requerimento nº 2.189/2008, na forma do seguinte Substitutivo nº 1.

SUBSTITUTIVO Nº 1

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Saúde, atendendo a requerimento do Deputado Carlos Pimenta aprovado na 6ª Reunião Ordinária da 2/4/2008, requer a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ofício ao Secretário de Estado de Saúde, solicitando informações sobre a organização, implantação e funcionamento da rede de urgência e emergência em todo o Estado e, em especial, na região Norte de Minas e nos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 12 de maio de 2008.

Alberto Pinto Coelho, Presidente - José Henrique, relator - Doutor Viana - Roberto Carvalho - Dinis Pinheiro - Tiago Ulisses - Alencar da Silveira Jr.

Parecer sobre o Requerimento Nº 2.195/2008

Mesa da Assembléia

Relatório

De autoria do Deputado Getúlio Neiva e outros, a proposição em epígrafe requer ao Presidente da Assembléia Legislativa de Minas Gerais seja encaminhado ofício ao Tribunal de Justiça do Estado solicitando o envio a esta Casa de informações sobre as ações por ela efetivadas quanto ao levantamento detalhado de valores de depósitos judiciais para o pagamento de precatórios devidos pelo Estado, suas autarquias e fundações.

Após sua publicação no "Diário do Legislativo" em 12/4/2008, vem a matéria à Mesa da Assembléia para receber parecer, nos termos do art. 79, VIII, "c", do Regimento Interno.

Fundamentação

Trata-se de requerimento firmado por 39 parlamentares, sendo primeiro signatário o Deputado Getúlio Neiva, solicitando ao Tribunal de Justiça do Estado que informe detalhadamente as ações que tomará com o objetivo de efetivar o levantamento de depósitos judiciais, conforme facultado pela Lei Federal nº 11.429, de 2006, cujos recursos serão utilizados para o pagamento de precatórios judiciais, conforme informado na 2ª Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária deste Casa, realizada em 2/4/2008, pelo assessor especial dessa Secretaria, Sr. Osmar Teixeira de Abreu.

Com efeito, consultando as notas taquigráficas da referida reunião, realizada para debater a quitação de créditos tributários do Estado com precatórios judiciais estaduais, verificamos que assim se pronunciou o Sr. Osmar Teixeira de Abreu, representante, naquela ocasião, do Secretário Simão Cirineu Dias:

O Sr. Osmar Teixeira de Abreu - Sr. Presidente, demais Deputados, presentes, em nome do Dr. Cirineu Dias, agradeço o convite.

(...)

Vou deixar um registro para os senhores. Na reunião passada, isso foi dito. Não aprofundamos no assunto porque não tinha dados a respeito dos depósitos judiciais. Sua utilização está prevista na Lei nº 11.429, e toda a operacionalidade está muito bem encaminhada, por meio de acordo entre a Secretaria de Fazenda, o Tribunal de Justiça e a instituição bancária. Acreditamos que agora, para o mês de maio, esses recursos relativos aos depósitos judiciais – 70%, como dispõe a lei – possam estar disponíveis para somar àqueles já destinados ao pagamento de precatórios, o que é uma grande contribuição para reduzirmos esse estoque; a implementação e a operacionalização daquilo que dispõe a Lei nº 11.429.

(...) (Grifo nosso.)

Já a Lei Federal nº 11.429, de 2006, prevê o seguinte:

Art. 1º Os depósitos judiciais em dinheiro referentes a tributos e seus acessórios, de competência dos Estados e do Distrito Federal, inclusive os inscritos em dívida ativa, serão efetuados em instituição financeira oficial da União ou do Estado, mediante a utilização de instrumento que identifique sua natureza tributária.

§ 1º Os Estados e o Distrito Federal poderão instituir fundo de reserva destinado a garantir a restituição da parcela dos depósitos referidos no

caput deste artigo que lhes seja repassada nos termos desta Lei.

§ 2º Ao Estado e ao Distrito Federal que instituir o fundo de reserva de que trata o § 1º deste artigo será repassada pela instituição financeira referida no "caput" deste artigo a parcela correspondente a 70% (setenta por cento) do valor dos depósitos de natureza tributária nela realizados.

§ 3º A parcela dos depósitos não repassada nos termos do § 2º deste artigo será mantida na instituição financeira recebedora, que a remunerará segundo os critérios originalmente atribuídos aos depósitos.

(...)

Art. 3º Os recursos repassados na forma desta Lei aos Estados ou ao Distrito Federal, ressalvados os destinados ao fundo de reserva de que trata o § 1º do art. 1º desta Lei, serão aplicados, exclusivamente, no pagamento:

I – de precatórios judiciais de qualquer natureza;

II – da dívida fundada do Estado ou do Distrito Federal.

Parágrafo único. Na hipótese de previsão na lei orçamentária estadual ou distrital de dotações suficientes para o pagamento da totalidade das despesas referidas nos incisos I e II do "caput" deste artigo exigíveis no exercício, o valor excedente dos repasses de que trata o caput deste artigo poderá ser utilizado para a realização de despesas de capital. (Grifo nosso.)

Portanto, a referida lei federal veio possibilitar aos Estados e ao Distrito Federal, observada uma série de requisitos, a utilização de recursos depositados judicialmente em banco oficial. Tal utilização é vinculada preferencialmente ao pagamento de precatórios e da dívida fundada do Estado, nos termos do art. 3º acima transcrito.

Trata-se de instituto recente no ordenamento, restrito aos depósitos judiciais, em dinheiro, referentes a tributos e seus acessórios de competência estadual, condicionado principalmente à instituição de um fundo de reserva, por parte do Estado, destinado à restituição dos ditos depósitos.

Com relação à constituição do citado fundo de reserva, não foi encontrada no "site" oficial do governo, bem como nos do Tribunal de Justiça do Estado, da Secretaria de Estado de Fazenda e da Advocacia-Geral do Estado, nenhuma informação.

A Constituição do Estado, no seu art. 54, § 3º, confere a este Parlamento a prerrogativa de encaminhar pedido de informação a autoridade estadual. A recusa ou o não-atendimento ou a prestação de informação falsa constituem infração administrativa, sujeita a responsabilização.

Os precatórios judiciais são provenientes de dívida do Estado com empresas, servidores públicos e pessoas físicas. Os motivos variam desde indenização por desapropriação a concessões de benefícios a servidores. São títulos executivos contra o Estado.¹

A matéria se insere na órbita das funções primárias desempenhadas pelo Poder Legislativo. Trata-se de exercer o controle sobre a ação dos demais Poderes do Estado, zelando a mecânica institucional dos freios e contrapesos, pelo respeito às leis, especialmente na prática da ação discricionária, que deve ser fundamentada em motivos concretos e finalidades socialmente relevantes, jamais resvalando no abuso, no arbítrio. Além dos procedimentos ordinários de fiscalização e controle do poder público, deve o Legislativo, sempre que necessário, acompanhar de perto a edição de atos administrativos, o trâmite de procedimentos na administração e a realização de políticas públicas pelo Estado.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Requerimento nº 2.195/2008.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 12 de maio de 2008.

Alberto Pinto Coelho, Presidente - José Henrique, relator - Doutor Viana - Roberto Carvalho - Dinis Pinheiro - Tiago Ulisses - Alencar da Silveira Jr.

<<https://www.mg.gov.br/portalmg/do/noticias?op=estruturaConteudo&opMenu=&coConteudo=36875&coSeqPagina=18&coSeqOrigemAcesso=1>>

Parecer sobre o Requerimento Nº 2.196/2008

Mesa da Assembléia

Relatório

De autoria do Deputado Getúlio Neiva e outros, a proposição em epígrafe requer ao Presidente da Assembléia Legislativa de Minas Gerais seja encaminhado ofício à Secretaria de Estado de Fazenda solicitando o envio a esta Casa de informações sobre as ações por ela efetivadas quanto ao levantamento de valores de depósitos judiciais para o pagamento de precatórios devidos pelo Estado, suas autarquias e fundações.

Após sua publicação no "Diário do Legislativo" em 12/4/2008, vem a matéria à Mesa da Assembléia para receber parecer, nos termos do art. 79, VIII, "c", do Regimento Interno.

Fundamentação

Trata-se de requerimento firmado por 46 parlamentares, sendo primeiro signatário o Deputado Getúlio Neiva, solicitando à Secretaria de Fazenda que informe detalhadamente as ações que tomará com o objetivo de efetivar o levantamento de depósitos judiciais, conforme

facultado pela Lei Federal nº 11.429, de 2006, cujos recursos serão utilizados para o pagamento de precatórios judiciais, conforme informado na 2ª Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária deste Casa, realizada em 2/4/2008, pelo assessor especial dessa Secretaria, Sr. Osmar Teixeira de Abreu.

Com efeito, consultando as notas taquigráficas da referida reunião, realizada para debater a quitação de créditos tributários do Estado com precatórios judiciais estaduais, verificamos que assim se pronunciou o Sr. Osmar Teixeira de Abreu, representante, naquela ocasião, do Secretário Simão Cirineu Dias:

O Sr. Osmar Teixeira de Abreu - Sr. Presidente, demais Deputados, presentes, em nome do Dr. Cirineu Dias, agradeço o convite.

(...)

Vou deixar um registro para os senhores. Na reunião passada, isso foi dito. Não aprofundamos no assunto porque não tinha dados a respeito dos depósitos judiciais. Sua utilização está prevista na Lei nº 11.429, e toda a operacionalidade está muito bem encaminhada, por meio de acordo entre a Secretaria de Fazenda, o Tribunal de Justiça e a instituição bancária. Acreditamos que agora, para o mês de maio, esses recursos relativos aos depósitos judiciais – 70%, como dispõe a lei – possam estar disponíveis para somar àqueles já destinados ao pagamento de precatórios, o que é uma grande contribuição para reduzirmos esse estoque; a implementação e a operacionalização daquilo que dispõe a Lei nº 11.429.

(...) (Grifo nosso.)

Já a Lei Federal nº 11.429, de 2006, prevê o seguinte:

Art. 1º - Os depósitos judiciais em dinheiro referentes a tributos e seus acessórios, de competência dos Estados e do Distrito Federal, inclusive os inscritos em dívida ativa, serão efetuados em instituição financeira oficial da União ou do Estado, mediante a utilização de instrumento que identifique sua natureza tributária.

§ 1º - Os Estados e o Distrito Federal poderão instituir fundo de reserva destinado a garantir a restituição da parcela dos depósitos referidos no caput deste artigo que lhes seja repassada nos termos desta Lei.

§ 2º - Ao Estado e ao Distrito Federal que instituir o fundo de reserva de que trata o § 1º deste artigo será repassada pela instituição financeira referida no "caput" deste artigo a parcela correspondente a 70% (setenta por cento) do valor dos depósitos de natureza tributária nela realizados.

§ 3º - A parcela dos depósitos não repassada nos termos do § 2º deste artigo será mantida na instituição financeira recebedora, que a remunerará segundo os critérios originalmente atribuídos aos depósitos.

(...)

Art. 3º - Os recursos repassados na forma desta Lei aos Estados ou ao Distrito Federal, ressalvados os destinados ao fundo de reserva de que trata o § 1º do art. 1º desta Lei, serão aplicados, exclusivamente, no pagamento:

I – de precatórios judiciais de qualquer natureza;

II – da dívida fundada do Estado ou do Distrito Federal.

Parágrafo único - Na hipótese de previsão na lei orçamentária estadual ou distrital de dotações suficientes para o pagamento da totalidade das despesas referidas nos incisos I e II do "caput" deste artigo exigíveis no exercício, o valor excedente dos repasses de que trata o caput deste artigo poderá ser utilizado para a realização de despesas de capital. (Grifo nosso.)

Portanto, a referida lei federal veio possibilitar aos Estados e ao Distrito Federal, observada uma série de requisitos, a utilização de recursos depositados judicialmente em banco oficial. Tal utilização é vinculada preferencialmente ao pagamento de precatórios e da dívida fundada do Estado, nos termos do art. 3º acima transcrito.

Trata-se de instituto recente no ordenamento, restrito aos depósitos judiciais, em dinheiro, referentes a tributos e seus acessórios de competência estadual, condicionado principalmente à instituição de um fundo de reserva, por parte do Estado, destinado à restituição dos ditos depósitos.

Com relação à constituição do citado fundo de reserva, não foi encontrada no "site" oficial do governo, bem como nos do Tribunal de Justiça do Estado, da Secretaria de Estado de Fazenda e da Advocacia-Geral do Estado, nenhuma informação.

A Constituição do Estado, no seu art. 54, § 3º, confere a este Parlamento a prerrogativa de encaminhar pedido de informação a dirigente de entidade da administração indireta. A recusa ou o não-atendimento ou a prestação de informação falsa constituem infração administrativa, sujeita a responsabilização.

Os precatórios judiciais são provenientes de dívida do Estado com empresas, servidores públicos e pessoas físicas. Os motivos variam desde indenização por desapropriação a concessões de benefícios a servidores. São títulos executivos contra o Estado.¹

A matéria se insere na órbita das funções primárias desempenhadas pelo Poder Legislativo. Trata-se de fiscalizar a ação do Poder Executivo, zelando, segundo a mecânica institucional dos freios e contrapesos, pelo respeito às leis, especialmente na prática da ação discricionária, que deve ser fundamentada em motivos concretos e finalidades socialmente relevantes, jamais resvalando no abuso, no arbítrio. Além dos procedimentos ordinários de fiscalização e controle do poder público, deve o Legislativo, sempre que necessário, acompanhar de perto a edição de atos administrativos, o trâmite de procedimentos na administração e a realização de políticas públicas pelo Estado.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Requerimento nº 2.196/2008.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 12 de maio de 2008.

Alberto Pinto Coelho, Presidente - José Henrique, relator - Doutor Viana - Roberto Carvalho - Dinis Pinheiro - Tiago Ulisses - Alencar da Silveira Jr.

<<https://www.mg.gov.br/portalmg/do/noticias?op=estruturaConteudo&opMenu=&coConteudo=36875&coSeqPagina=18&coSeqOrigemAcesso=1>>

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 1.893/2007

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 1.893/2007, de autoria do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que declara de utilidade pública a Associação Municipal de Arte, Esporte e Cultura de Córrego do Bom Jesus – Amaec –, com sede no Município de Córrego do Bom Jesus, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 1.893/2007

Declara de utilidade pública a Associação Municipal de Arte, Esporte e Cultura de Córrego do Bom Jesus – Amaec –, com sede no Município de Córrego do Bom Jesus.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Municipal de Arte, Esporte e Cultura de Córrego do Bom Jesus – Amaec –, com sede no Município de Córrego do Bom Jesus.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 7 de maio de 2008.

Gláucia Brandão, Presidente - Antônio Júlio, relator - Eros Biondini.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 2.154/2008

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 2.154/2008, de autoria do Deputado Luiz Humberto Carneiro, que declara de utilidade pública a Associação de Proteção e Assistência aos Condenados – Apac de Canápolis, com sede do Município de Canápolis, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 2.154/2008

Declara de utilidade pública a Associação de Proteção e Assistência aos Condenados – Apac – de Canápolis, com sede nesse Município.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação de Proteção e Assistência aos Condenados – Apac – de Canápolis, com sede nesse Município.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 29 de abril de 2008.

Lafayette de Andrada, Presidente - Rosângela Reis, relatora - Gláucia Brandão.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 2.160/2008

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 2.160/2008, de autoria do Deputado Roberto Carvalho, que declara de utilidade pública a Associação Dramática de Baependi, foi aprovado em turno único, com a Emenda nº 1.b

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 2.160/2008

Declara de utilidade pública a Associação Dramática de Baependi – Quadro Vivo, com sede no Município de Baependi.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Dramática de Baependi – Quadro Vivo, com sede no Município de Baependi.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 7 de maio de 2008.

Gláucia Brandão, Presidente - Antônio Júlio, relator - Eros Biondini.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

36ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 7/5/2008

O Deputado Doutor Viana - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, quero cumprimentar a comitiva da Unale com os colegas Deputados de vários Estados que nos visitam nesta tarde, a imprensa, os funcionários da Casa, os telespectadores da TV Assembléia e o público das galerias.

Quero iniciar falando um pouco sobre a Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira, uma empresa com 136 anos de existência, que nos últimos anos vem sofrendo enormes perdas com a concorrência desleal dos produtos importados, especialmente os da China. Apesar de ainda continuar no vermelho, a Cedro e Cachoeira vem lutando bravamente para retomar o seu crescimento, o que está conseguindo a duras penas. Com administração vencedora, a empresa reduziu de maneira digna, no final do ano passado, 75,3% do seu prejuízo em relação a 2006. Segundo a coluna do jornalista Nairo Alméri do jornal "Hoje em Dia", a receita líquida da companhia avançou 14,4%, para R\$352.300.000,00, mas com perdas nas exportações de R\$41.500.000,00. O Diretor-Presidente da Cedro, Agnaldo Diniz Filho, antecipa que a empresa voltará a ser lucrativa ainda neste exercício, pois está com a produção vinculada às vendas e acompanhando melhor a tendência do mercado da moda. Parabéns à empresa, à sua diretoria e a seus funcionários. Que continuem assim. São atitudes desse porte que fazem Minas Gerais e o nosso país crescerem juntos.

Felicito também outra empresa têxtil, a Estamparia, que reagiu à demanda do mercado mundial realizando investimentos em suas unidades localizadas nos Municípios de Diamantina, Gouveia e Contagem, a fim de aumentar a eficiência geral da empresa, objetivo este vitoriosamente alcançado, pois ela conseguiu atingir uma liquidez esperada.

Gostaria também de parabenizar a Fetaemg pelos seus 40 anos de existência. Fundada em 27/4/68, a Fetaemg tem o compromisso de defender os interesses dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, contemplando políticas sociais para jovens, mulheres, a terceira idade, assalariados rurais, agricultores familiares, assentados da reforma agrária e meio ambiente. Segundo a Federação, suas ações estão voltadas para o Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, visando ao bem-estar social de trabalhadores rurais, assalariados, assentados e agricultores familiares. Por essas e outras razões que pretendem beneficiar os trabalhadores rurais, a Fetaemg é digna e merecedora de todas as nossas congratulações, dos nossos aplausos a todos os seus funcionários, na pessoa do seu Presidente, meu amigo Wilson Luiz da Silva.

Também quero dizer uma palavra à Emater-MG, outra entidade do meio rural que também é digna de todas as nossas homenagens, que está completando 60 anos de existência. Criada em 1948, a Emater foi a primeira experiência brasileira direcionada para a introdução de novas técnicas de agricultura e economia doméstica, o incentivo à organização e à aproximação do conhecimento gerado nos centros de ensino e de pesquisa aos produtores rurais. Ela tinha como símbolo o jipe e era dotada de equipes de trabalho em Municípios de Minas Gerais, as quais prestavam assistência técnica aos agricultores que a solicitassem.

No decorrer dos anos, a Emater cresceu surpreendentemente e, hoje, está presente em 785 Municípios mineiros. Felizmente, a empresa também tem inovado ao adquirir uma maturidade ainda rara nas entidades de nosso país, pois abriu o leque de negociações com os seus funcionários, através do Sindicato dos Trabalhadores em Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais – Sinter-MG. A Emater e o Sinter estão discutindo a tabela salarial dos funcionários, buscando chegar a um consenso na elaboração de uma única proposta de plano de cargos, salários e carreira da Emater-MG, que será encaminhado ao Executivo.

Parabéns por tão relevante e madura atitude dos funcionários, dos sindicalizados e da diretoria da Emater, hoje presidida pelo ilustre Sr. José Silva Soares, a quem cumprimentamos, como também ao Sr. Lúcio Passos Ferreira, Diretor-Geral do Sinter.

Quero também, Sr. Presidente e Srs. Deputados, relatar um fato que vem acontecendo hoje na cidade de Sete Lagoas, mas que poderá acontecer em qualquer outra cidade do nosso Estado e do nosso país. Ontem, eu e quatro colegas Deputados estivemos em Sete Lagoas, na reunião de preparação do seminário "Minas de Minas". A Assembléia está itinerante visitando as comunidades e as cidades. Lá, cumprindo o papel de todos nós, Deputados, ouvimos as lideranças dos vários setores de produção mineral, em que a região é muito rica, e pudemos colher as informações que nos trarão subsídios para, entre 9 e 12 de junho próximo, na Assembléia, discutirmos e debatermos, num seminário de grande importância para Minas Gerais, a consecução de uma política minerária madura para o Estado.

Para nossa surpresa, constatamos uma preocupação enorme do Prefeito e das lideranças de Sete Lagoas. A Prefeitura, com muito trabalho, está conseguindo encaminhar e implantar na cidade a Ambev, que irá fazer um investimento na montagem de uma indústria de bebidas - cervejaria principalmente -, firmando ainda mais a instalação do distrito industrial da cidade de Sete Lagoas.

Para nossa surpresa, após a Secretaria de Meio Ambiente fornecer a certificação para a implantação ou o início da construção desse

empreendimento de grande porte, com investimento de aproximadamente R\$500.000.000,00 em Sete Lagoas, o que trará emprego para 1.200 pessoas - aliás, serão 1.200 famílias amparadas, trabalhando e tendo seus direitos a partir da implantação dessa empresa -, a Prefeitura também dando as autorizações e os licenciamentos, assim como o IEF, a Sudam e o órgão ambiental municipal, enfim, após tudo pronto para o início do empreendimento, o Ministério Público Estadual bloqueou a iniciativa, pondo em risco a sua implantação em Sete Lagoas. Isso trará um prejuízo social extraordinário para o Município e o Estado, além de prejuízo financeiro para o seu desenvolvimento.

Gostaria de dizer que já estamos procurando solucionar esse problema. Espero que consigamos a partir da interlocução com o Dr. Jarbas Soares, nosso Presidente da Procuradoria do Estado, para que o Dr. Alex Santiago, nosso Promotor, com sua sensibilidade, permita, segundo um entendimento, que esse empreendimento se instale definitivamente para o desenvolvimento e o progresso de Sete Lagoas e da sua gente e o engrandecimento de Minas Gerais.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva (em aparte)* - Muito obrigado, Deputado Doutor Viana. Gostaria de parabenizá-lo pelo pronunciamento. Dentro do nosso contexto, pela admiração que temos pelo seu trabalho, colocamo-nos inteiramente à sua disposição nessa empreitada visando a esse grande empreendimento para Minas Gerais. V. Exa. já tem debatido esse assunto. Faça coro com V. Exa. por suas manifestações.

Aproveito o ensejo para registrar que hoje, às 15h30min, o Governador Aécio Neves estará no Expominas para participar de um encontro com todos os Prefeitos Municipais, quando serão assinados convênios junto à Sedru. Quero ressaltar, neste momento, o trabalho do Deputado Dílzon Melo liberando recursos para obra de saneamento e de esgotamento sanitário nos Municípios mineiros. Sem dúvida nenhuma, é um grande momento para os Municípios e, particularmente, para o governo Aécio Neves. Nesse encontro, juntamente com o nosso Secretário Dílzon Melo, estarão presentes todos os Prefeitos, participando desse grande momento para a melhoria do saneamento básico do Estado. Obrigado pelo aparte.

O Deputado Doutor Viana - Este Deputado faz coro com o Deputado Dalmo Ribeiro Silva, a fim de reforçar o belo trabalho que vem prestando para Minas Gerais o Deputado Dílzon Melo, nosso colega de Assembléia, por várias vezes Deputado e que atualmente é Secretário da Sedru. Hoje ele assinará com o Governador um número extraordinário de convênios com várias cidades, principalmente atendendo aos bairros de periferia e às comunidades rurais carentes na área de saneamento, em todos os sentidos - saneamento básico, conforme a palavra diz, tão necessário à vida e ao desenvolvimento dos municípios e dos Municípios. Parabenizo o Deputado Dílzon Melo, atualmente Secretário, pelo trabalho que vem desenvolvendo no segundo mandato do Governador Aécio Neves.

Portanto, Sr. Presidente, para finalizar, quero falar da preocupação, na minha fala na tarde de hoje, em dar uma solução para a questão da implantação da Ambev em Sete Lagoas. Convoco a sensibilidade humana do Promotor Alex Santiago a fim de superar algumas pequenas dificuldades que são perfeitamente solucionáveis e acatáveis e de permitir o licenciamento final, para que Sete Lagoas obtenha esse empreendimento e busque o desenvolvimento não só para o Município, mas também para a população e a comunidade. Essas eram as minhas considerações na tarde hoje, Sr. Presidente e Deputados.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Carlos Mosconi* - Sr. Presidente, senhoras e senhores parlamentares, representantes da imprensa, platéia que se encontra presente, telespectadores da TV Assembléia. Gostaria, Sr. Presidente, de fazer com muita satisfação um relato sumário a respeito de uma viagem feita na última segunda-feira a Andradas e a Poços de Caldas com o nosso Deputado Marcus Pestana, Secretário de Saúde. Foi uma viagem extremamente produtiva, muito importante não só para as duas cidades, mas também para todo o Sul de Minas, especificamente muito importante para a saúde da população dessas duas cidades. O Secretário Marcus Pestana foi primeiramente a Andradas para inaugurar o pronto-socorro municipal e uma unidade básica de saúde, que fica em um bairro periférico da cidade e, na realidade, congrega vários bairros da região, com uma grande população. Será implantada nessa unidade básica de saúde primeiramente três, depois quatro equipes do Programa Saúde da Família - PSF -, e sua inauguração contou com a presença de Margot Pioli, Prefeita Municipal; Delvo Stivanin, Vice-Prefeito; Paulo Diogo Rosa, Presidente da Câmara Municipal; Deputado Federal Geraldo Tadeu, majoritário na cidade; e diversas autoridades do nosso Município. Essa unidade básica de saúde foi muito elogiada pelo Secretário Marcus Pestana por seu projeto, pelo esmero de sua construção, um prédio moderno, amplo, muito bem projetado e construído, enfim, em condições de dar um bom atendimento à população da região, e recebeu o nome de um ilustre médico andradense falecido há alguns anos, o Dr. Leopoldo Pio Magalhães, que por muitos anos exerceu em Andradas, com competência e zelo, a profissão de médico, com um caráter profundamente humanitário, sendo, portanto, muito justa a homenagem que se fez a essa figura ilustre.

Portanto, Sr. Presidente, é uma satisfação anunciar aqui desta tribuna a inauguração de uma unidade de saúde básica dessa importância, que terá um papel fundamental na saúde da população da minha terra, Andradas, que fica, a partir de agora, com uma estrutura de saúde mais completa, mais definida, em condições de dar o atendimento que a nossa população precisa e merece ter, apenas com a dificuldade que não ocorre somente naquela cidade, mas que há em todo o Estado, a dificuldade de se encontrar o médico especialista em PSF, o médico generalista, que, infelizmente, falta hoje em nosso país.

O País está fazendo um esforço gigantesco para mudar a situação, com as dificuldades da saúde e a falta de recursos. Esse programa está sendo tão bem trabalhado em nosso Estado pela Secretaria de Saúde e tem a aceitação plena dos Prefeitos, mas esbarra nesse obstáculo. Montam-se as equipes, os agentes comunitários são escolhidos de uma forma muito correta e adequada, entretanto, infelizmente, vivemos a dificuldade de encontrar o chefe da equipe: o médico generalista. Essa - espero eu - é uma dificuldade momentânea, que deve ser corrigida para que a unidade básica de saúde possa funcionar em sua plenitude.

O Deputado Fahim Sawan (em aparte)* - Sr. Presidente, Deputado Carlos Mosconi, a quem agradeço o aparte, estava ouvindo atentamente as palavras de V. Exa. quanto à visita do nosso ilustre Secretário Marcus Pestana a sua cidade para inaugurar mais uma sede de unidade básica de saúde que abriga os PSFs e lembrei-me de que realmente esse Secretário tem feito, com apoio do Governador Aécio Neves, uma repaginação dos PSFs, investindo nessas sedes próprias. Lembro-me muito bem de que, quando montamos as primeiras equipes em Uberaba, alugávamos casas pequenas em que abrigávamos os PSFs. Agora, essas cidades passaram a investir, por meio do governo do Estado e do Secretário, nessas sedes. Sei que ainda faltam muitas a serem feitas, mas o perfil começa a ser mudado exatamente por meio da atuação do governo do Estado.

Gostaria, Deputado Carlos Mosconi, de dizer da alegria de ter aqui, em nosso meio, uma figura tão ilustre como V. Exa., sempre preocupado com os problemas da saúde. É um médico e já ocupou vários cargos nessa área, inclusive no governo federal, e está sempre contribuindo com os governos estadual e federal. Hoje, empresta a esta Casa, como Presidente da Comissão de Saúde, seu nome e sua experiência e ainda nos enriquece sempre com suas palestras, visitas e conhecimentos. Queria parabenizá-lo. Com certeza, sua participação nesta Casa tem trazido caminhos muito interessantes. Deixo esse abraço a V. Exa. e meu reconhecimento, de público, e o do nosso partido por sua experiência em saúde e pela contribuição que tem trazido a esta Casa. Muito obrigado.

O Deputado Carlos Mosconi* - Agradeço muito ao Deputado Fahim Sawan o seu aparte que, sem dúvida alguma, enriquece meu pronunciamento. Faço aqui uma lembrança: V. Exa., em suas participações nas reuniões da Comissão de Saúde, por diversas vezes fez relatos, abordando questões da sua cidade, Uberaba - que V. Exa. tanto preza -, e trazendo experiências vitoriosas, como a questão do PSF, montado lá pelo Estado, pela Secretaria Estadual. Agradeço muito o aparte de V. Exa.

Sr. Presidente, além de inaugurar a Unidade Básica de Saúde, o Secretário inaugurou o pronto-socorro do Município de Andradadas, com um prédio novo, bastante amplo, adequado, que faz uma conexão interessante com a Santa Casa do nosso Município e, portanto, complementarará o atendimento oferecido naquele hospital. Isso é muito importante. Estava lá presente o Provedor da Santa Casa, o ex-Prefeito Valdemar de Souza Franco e toda a sua equipe, com profissionais de saúde que já estão trabalhando no local. Quero registrar também o empenho da Prefeita Margot Pioli para que essas duas obras fossem feitas na cidade e também para que tivessem seu mobiliário e equipamentos. Tanto para a Unidade Básica de Saúde quanto para o pronto-socorro, já foram licitados e adquiridos pela Prefeitura Municipal. Parte já foi entregue, e o que falta estará lá nos próximos dias para que a população possa ser atendida.

Fico muito satisfeito, porque isso dá uma estrutura, como nunca houve, ao setor da saúde no Município de Andradadas, uma estrutura com condições de atender plenamente a população, que já conta com algumas unidades em pleno funcionamento, como o Centro de Atenção à Saúde da Mulher e da Criança. Na cidade, já havia um posto de saúde em pleno funcionamento, com os equipamentos e em condições de atender a população daquela cidade, como também as de Albertina e Ibitiúra de Minas, cidades vizinhas do Município de Andradadas e que agora terão um local mais amplo e adequado de atendimento.

Sr. Presidente, o pronto-socorro tem, nas suas instalações, dois amplos salões de observação médica, tanto masculino como feminino, quase que substituindo uma unidade semi-intensiva. Portanto dando aos pacientes condições de ali ficar, sem o drama que ocorre hoje com a transferência de pacientes, especialmente para as UTIs das nossas cidades, as quais são raras e não atendem, nem sequer de longe, a demanda da população.

Em seguida, Sr. Presidente, dirigimo-nos a Poços de Caldas, onde o Secretário Marcus Pestana foi recebido pelo Vice-Prefeito da cidade, Paulinho Couro Minas, uma vez que o Prefeito Sebastião Navarro se encontrava em Belo Horizonte para assinatura de convênios e para audiências em algumas secretarias. Portanto o Vice-Prefeito recebeu o Secretário, e ficamos em uma reunião, também com o Deputado Federal Geraldo Tadeu, na Santa Casa de Poços de Caldas - maior hospital da região do Sul de Minas -, para que alguns projetos de reformulação daquele nosocômio pudessem ser apresentados ao Secretário Marcus Pestana. E isso foi feito pela direção técnica da Santa Casa, pela superintendência e pelos médicos que ocupam algumas posições, como a chefia de oncologia, o Dr. Romeu Nacarato; pela chefia da UTI, o Dr. José Tasca; e outros que ali se manifestaram. Eles levaram ao Secretário a necessidade de uma reformulação e uma readequação do hospital a fim de atender à demanda, que é grande naquela região. No que diz respeito à ampliação da UTI de adultos, de 10 leitos, passaria para 12; e a UTI neonatal passaria, dos 4 leitos atuais, para 10. Queria dizer que realmente essa é uma necessidade da cidade, uma vez que faltam na região leitos para o atendimento de pacientes graves, daqueles que necessitam de um atendimento que só pode ser realizado nesses locais, nas UTIs.

O Secretário recebeu muito bem as propostas, mas naturalmente isso fica na dependência da questão orçamentária. Sabemos que os recursos para a saúde não são fáceis. Podemos louvar, e falo isso com muita satisfação na presença do Deputado João Leite - que aqui nos está ouvindo - e dos Deputados Doutor Rinaldo e Hely Tarquínio, a iniciativa do Estado, que tem procurado aumentar o seu orçamento para a saúde, com repasses feitos de forma suplementar, já feitos pela Secretaria de Planejamento. Nos meses iniciais do ano, chegou a aproximadamente R\$150.000.000,00, o que aumenta, portanto, o percentual de gastos com saúde do governo do Estado no seu orçamento, definido para o setor saúde.

É interessante fazer essa observação no momento em que, lamentavelmente, temos o corte do orçamento federal para a saúde de R\$2.600.000.000,00. Além da apresentação desse projeto, para uma readequação da UTI no hospital, da maternidade e da pediatria, portanto no atendimento da mulher e da criança, foi também apresentado ao Secretário um novo projeto para a construção de um serviço de oncologia, um centro de especialização de atendimento oncológico, o qual podemos chamar de Cacon. Seria um atendimento completo, em laboratório, quimioterapia e radioterapia, portanto dotando a cidade de Poços de Caldas e toda a região do Sul de Minas de condições para o atendimento oncológico, que é, sem dúvida alguma, uma enorme prioridade do setor de saúde, porque os pacientes com esse problema não podem ficar esperando atendimento de maneira incompleta e inadequada, com grande risco para a condição de vida.

O Secretário também recebeu esse projeto de uma maneira muito positiva, por isso acredito que teremos êxito na condução dessas solicitações feitas pela comunidade de Poços de Caldas.

Para finalizar, Sr. Presidente, quero dizer que saímos dali e fomos ver a construção do Hemocentro de Poços de Caldas, que está sendo realizado pelo governo do Estado. Foi feita a doação de um imóvel pela Prefeitura Municipal, e o Estado está colocando lá recursos da ordem de R\$2.000.000,00 para a construção do Hemocentro, que será acrescido de um centro de atendimento à saúde da mulher e da criança. Foi um dia bastante laborioso, mas enormemente produtivo, com benefícios reais para a população não só a das minhas queridas cidades de Andradadas e Poços de Caldas como também a de toda a região do Sul de Minas.

Então, para encerrar minhas palavras, quero deixar consignado o meu agradecimento e os agradecimentos da nossa região pela atenção que o Secretário Marcus Pestana tem dado à região e pela atenção do Governador Aécio Neves à região Sul de Minas, que realmente tem sido muito beneficiada, como todas as outras regiões do nosso Estado, por suas ações positivas e competentes. Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Weliton Prado* - Gostaria de cumprimentar a todos e todas e dizer que está sendo realizado no Expominas um importante evento, o 25º Congresso Mineiro dos Municípios. Esses congressos são importantes para que o poder público municipal possa debater o que já estamos discutindo na Assembléia há algum tempo, que é o repasse dos recursos para os Municípios. Sou Presidente da Comissão de Assuntos Municipais, e realmente a distribuição do bolo é muito injusta. Os Municípios ficam com uma fatia muito pequena. Na Comissão de Assuntos Municipais fizemos um levantamento, temos os dados de todas as regiões do Estado e detectamos que de 10% a 20% de tudo que o Município gasta é atribuição do Estado e da União. Na área da segurança pública, por exemplo, se o Município não fizer convênio com as Polícias Civil e Militar, dando manutenção ao veículo, colocando combustível, praticamente a segurança pára. Além disso, os Municípios cedem funcionários para as áreas da saúde e da educação, para o Judiciário, para o Ministério Público, para o TRE, e aí do Prefeito se não fizer isso. Se o Prefeito não fizer isso, é perseguido. A questão da autonomia e da fragilidade é muito séria. Os Municípios têm que ter uma fiscalização firme e rígida de forma a garantir sua autonomia e sua independência, sem fragilizar as ações do poder público municipal, que, de certa forma, fica totalmente fragilizado ao assumir atribuições que não são suas. O Município tem que cooperar, mas não pode assumir atribuições do Estado e da União. A cada dia tanto o Estado quanto a União jogam mais e mais responsabilidades para os Municípios. Só para dar um exemplo, o ICMS, imposto tipicamente municipal, tem 75% do seu total destinado para o Estado, restando apenas 25% para ser distribuído entre 853 Municípios. Vinte e cinco por cento do ICMS é distribuído entre 853 Municípios, e 75%, que é o grande bolo, fica com o Estado. Com isso, o transporte escolar, inclusive dos alunos do ensino médio, tem que ser garantido pelo Município. O Prefeito é sempre cobrado pela população em relação ao atendimento a todas as áreas, e várias dessas áreas são de atribuição do Estado e da União. Temos, então, de rever o pacto federativo.

O Deputado Elismar Prado apresentou uma emenda à reforma tributária justamente fazendo essa modificação, aumentando a participação dos Municípios na fatia do ICMS. Ele apresentou também uma outra emenda muito importante, a que estabelece uma alíquota máxima do ICMS para a energia elétrica, que é um bem público essencial, em 25%. Em Minas Gerais, o ICMS da conta de luz chega a 42% com a cobrança por dentro. É o mais caro do Brasil no que se refere às contas de energia elétrica para residências. Esperamos que os Deputados Federais tenham sensibilidade e aprovelem essa emenda. Falando em conta de luz, temos a grata satisfação de ver, em 56 anos, uma redução nas contas de luz. Depois de mais de cinco décadas, é o primeiro ano em que não há o aumento. Melhor ainda, houve uma redução de 17,11% para as

residências, para o pequeno comércio e para a pequena indústria. A população já está recebendo essa conta de luz com desconto. Sentirá de forma integral quando as contas deste mês de maio chegarem. Por outro lado, apesar de ter havido a redução, que foi uma grande vitória, a conta de luz continuará cara, por isso é muito importante a população, as crianças e os estudantes economizarem. É fundamental também não deixar os aparelhos ligados na tomada, pois há o sistema "stand-by", que continua consumindo energia. Portanto essa conscientização por parte da sociedade é de extrema importância. Assim travaremos essa luta em relação ao ICMS. Se a reforma tributária não definir o percentual, poderemos resolver aqui mesmo, na Casa. Um dos primeiros projetos apresentados foi o que apresentei propondo a redução da alíquota do ICMS para 25% da conta de luz. Basta o governo ter sensibilidade, e poderemos aprová-lo, independentemente das ações federais. A Assembleia Legislativa tem total autonomia para definir essa alíquota. Já foi provado que isso é totalmente possível. A população de Minas Gerais terá uma redução em torno de R\$900.000.000,00, quase R\$1.000.000.000,00, em benefícios para quase 800 Municípios em que a Cemig atua. Esse é o valor que a população pagará a menos neste ano. A Cemig, os acionistas, o governo, de uma forma em geral, proporcionarão uma redução para a população nesses valores a que me referi. Tenho um documento em mãos no qual a Dra. Joiza, Diretora da Aneel, relatora do processo de revisão tarifária da Cemig, reconhece que a participação dos Deputados Estaduais e Federais, das entidades, das associações, bem como as campanhas com mais de 500 mil assinaturas contribuíram significativamente para a decisão de reduzir a tarifa. Além disso, vale lembrar que Minas Gerais teve o maior número de propostas encaminhadas à Aneel em relação a todas as revisões tarifárias de todos os Estados do Brasil. A relatora, inclusive, colocou em seu parecer que um dos pontos que a ajudou a definir esse índice de 17% foi justamente toda essa campanha, o abaixo-assinado, a participação popular nos outros dias e no dia da audiência pública, bem como as contribuições recebidas. É um documento histórico. Serve até mesmo para as pessoas acreditarem que é possível lutar e é possível vencer. Estamos aqui anunciando uma nova luta, a do Seguro Obrigatório. Continuaremos com a discussão relativamente à tarifa de energia, principalmente quanto à tributação, aos encargos que, ao todo, chegam a mais de 60% do valor da conta. Só o ICMS deste Estado chega a 42%. O projeto continuará tramitando na Assembleia.

O Deputado Federal Elismar Prado está com um projeto em tramitação na Câmara dos Deputados, e já estamos lançando uma nova campanha. Da mesma forma que a Igreja tem suas campanhas, cada ano discutindo um assunto, escolheremos um tema e iremos até o fim com ele. Inicialmente, faremos uma devassa relativamente ao seguro obrigatório, o DPVAT, cujo valor é absurdo. Se compararmos os valores, veremos que o proprietário de uma moto que pagava de seguro obrigatório, até há poucos anos, R\$36,00, hoje está pagando R\$254,00. Já estamos fazendo levantamento de vários casos. Quereria que as pessoas que pudessem encaminharem ao nosso gabinete exemplos de casos por elas vividos. Se a pessoa sofrer algum acidente, para receber o valor do seguro obrigatório enfrentará uma burocracia, uma dificuldade enorme. Trata-se de uma maldade, de uma injustiça. A papelada é exagerada. O cidadão tem direito de receber indenização do seguro obrigatório, pelo qual paga muito caro. Todavia, ele fica, por anos, enrolado com a burocracia. Às vezes nem recebe o valor a que tem direito. No período em que houve o aumento do valor pago do seguro obrigatório, houve aumento, na mesma proporção, do valor da indenização a ser paga? Não aumentou. O proprietário de veículo pagava R\$36,00 pelo seguro obrigatório há alguns anos, mas hoje tem de pagar R\$87,00. Esse dinheiro vai para a Federação Nacional das Seguradoras - Fenaseg. Nós, desta Casa, estaremos atuando nessa frente, em conjunto com o Deputado Federal Elismar Prado. Faremos uma série de levantamentos, e já foi realizada uma CPI com esse escopo. Nós nos debruçaremos sobre o tema, analisaremos toda a documentação. Faremos uma devassa, uma investigação completa, o que não será realizado da noite para o dia. O processo de investigação será longo, demorará cerca de um ano, dois anos para começar a surtir efeito. Concederei aparte ao Deputado Délio Malheiros, que já vem debatendo esse tema há algum tempo. Recentemente entrou com ação na Justiça e poderá dar-nos importante contribuição, significativo subsídio em relação ao DPVAT, ao seguro obrigatório.

O Deputado Délio Malheiros (em aparte) - Deputado Weliton Prado, fico satisfeito por saber que V. Exa. também ingressou nessa luta. Nesses últimos 10 anos, tenho-me empenhado contra uma quadrilha que opera, de forma oculta, a administração do DPVAT. Lamentavelmente, os órgãos que nos deveriam ajudar nessa batalha estão todos silentes neste momento. Em quase todos os anos desta última década, tenho entrado na Justiça, ou contra o aumento do DPVAT, ou contra o congelamento das indenizações, ou contra as fraudes cometidas pelas seguradoras no que diz respeito ao DPVAT e também relativamente aos intermediários. Hoje o principal responsável pelos aumentos exagerados do DPVAT é a União. Em 2003 estive em Brasília com o Ministro Palocci, que parecia ter a boa intenção de moralizar o DPVAT. Passei a ele todas as informações necessárias, até mesmo a minuta de um decreto, e qual não foi nossa surpresa quando o Ministro baixou novas resoluções, dessa vez aumentando o valor do DPVAT, beneficiando as seguradoras. Existe, Deputado, um órgão neste país - e digo "órgão" porque este possui entranhas no poder público - chamado Fenaseg, que é a instituição responsável pela arrecadação do DPVAT, que agora repassou tal competência para a Seguradora Líder, que pertence a todas as suas seguradoras acionistas. Se fossem feitas gestões junto ao governo federal, principal arrecadador do DPVAT, pois fica com cerca de 58% da arrecadação, talvez nossa voz tivesse eco. V. Exa., sendo do PT, e o governo Federal do mesmo partido talvez nos ajudem a moralizar o DPVAT. Não digo que estou cansado, já que não me canso de lutar contra esse golpe que prejudica o cidadão brasileiro. Para se ter uma idéia, são arrecadados anualmente cerca de R\$4.000.000.000,00, menos de R\$700.000.000,00 são utilizados para pagamento das indenizações, R\$3.400.000.000,00 são pulverizados entre várias instituições públicas e privadas, muitas das quais não têm nada a ver com o interesse público. As famílias que dependem da arrecadação do DPVAT estão à mingua, têm de cumprir verdadeira via-crúcis para receber R\$13.200,00, valor inferior aos 40 salários mínimos previstos na Lei nº 6.194, de 1974. Portanto, este Deputado tem lutado e será um parceiro de V. Exa. nessa luta referente ao DPVAT. Temos interesse em moralizar esse seguro e acabar com a verdadeira quadrilha que opera por trás dele.

O Deputado Weliton Prado - Com certeza, Deputado Délio Malheiros, seu apoio será fundamental, considerando-se o subsídio que possui. São 10 anos de luta. Entraremos na campanha, de cabeça, lutaremos para valer. Sabemos que a batalha será pesada, pois temos informações de que se trata de uma verdadeira máfia. Vamos fazer uma investigação profunda. O Deputado Elismar Prado comprometeu-se em acompanhar todas as ações em nível federal. Então, ele solicitará todas as informações e procedimentos necessários. Certamente, obteremos sucesso, assim como obtivemos na luta pelo fim da taxa de incêndio referente às residências. Muitas pessoas não acreditavam que conseguiríamos isso, mas fomos lá, insistimos e, depois de mais de dois anos de briga, conseguimos revogá-la. Ademais, conseguimos impedir a cobrança da taxa para chamar a polícia. No tocante à Cemig, muitos não acreditavam que conseguiríamos reduzir a conta, já que isso nunca havia acontecido. Em 56 anos, é a primeira vez que a conta é reduzida.

No tocante ao seguro obrigatório, as pessoas já estão pensando em como participar da campanha. Quando há mobilização, participação e união, saímos vitoriosos. Portanto, vamos realizar uma grande campanha envolvendo as entidades, associações, enfim, a população em geral. Vamos realizar todos os levantamentos necessários. Como já disse, a luta não será fácil nem dará resultados da noite para o dia, mas, em médio prazo, saberemos quanto a população gasta e quanto é realmente aplicado. Lutaremos para que se promovam modificações na legislação, bem como para que se impeçam novos aumentos. Não sei se conseguiremos fazer com que o valor seja reduzido, mas pretendemos impedir que ocorram novos aumentos. Como se sabe, nos últimos anos o valor passou de R\$36,00 para R\$254,00. Todos os anos esse valor está aumentando. Então, queremos pelo menos impedir que, nos próximos anos, esse valor seja aumentado. Além disso, continuaremos com a campanha pela redução do ICMS da conta de energia elétrica em Minas Gerais, que é de 42%. Agradeço ao Presidente em exercício, Deputado Carlos Mosconi. Fiquei muito feliz ao conhecer de perto o trabalho de V. Exa., que é reconhecido como o pai do SUS no Estado e no País. Eu não sabia disso. É muito importante tomarmos conhecimento de fatos como esse. Sinto-me muito feliz por conhecer sua trajetória, sua luta, principalmente em defesa da saúde em nosso país.

O Sr. Presidente (Deputado Carlos Mosconi) - Agradeço-lhe as gentis palavras a meu respeito, Deputado Weliton Prado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Getúlio Neiva - Caro Presidente, Deputado Carlos Mosconi, é uma honra poder falar em uma sessão comandada por V. Exa., especialmente em um momento em que recebemos uma boa notícia vinda de Brasília. A Câmara dos Deputados acaba de aprovar a Medida Provisória nº 418, que é a penúltima fase para a implantação da Zona de Processamento de Exportação - ZPE - de Teófilo Ottoni, única de Minas e do Leste brasileiro e uma das duas únicas que estão prontas para receber investimentos, as empresas. Tudo está prontinho, arrumadinho, asfaltado, com prédios, e a administração está toda certinha.

Sr. Presidente, gostaria de fazer um comentário sobre a ZPE. Na minha terra, dizem que a ZPE tem um monte de pais e mães. Todo o mundo tomou conta da ZPE. Mas, Sr. Presidente, por uma questão de gratidão, preciso - e na minha terra falamos que a gratidão é a memória do coração - lembrar aqui na Assembléia que esse trabalho foi iniciado, ainda na gestão do Presidente José Sarney, pelo seu amigo e então Deputado Federal Luiz Leal, que conseguiu, quando Ibsen Pinheiro era Presidente da Câmara dos Deputados, aprovar o primeiro projeto que criava as ZPEs no Brasil.

Posteriormente, Luiz Leal deixou a política e eu fui eleito Deputado Federal. Agradeço ao Presidente Itamar Franco, que, substituindo o Presidente Collor, em outubro, na reta final do seu governo, assinou decreto autorizando as obras para as instalações da ZPE de Teófilo Otôni.

Sr. Presidente, agradeço ao ex-Governador Eduardo Azeredo, que, a meu pedido, investiu US\$5.000.000,00 na infra-estrutura de bairros e da ZPE de Teófilo Otôni. Agradeço também ao Prefeito Dr. Samir, que desapropriou os primeiros 11ha do terreno para fazer a obra da ZPE. Agradeço, sobretudo, ao Deputado Federal Ademir Camilo, porque todo esse processo andou, aprovamos na Câmara e no Senado Federal. O Presidente da República deu autorização.

Infelizmente, no governo Fernando Henrique, sob pressão do José Serra e do Aloísio Mercadante, houve uma marcha a ré porque havia um detalhezinho. Os dois primeiros projetos estavam encaminhados para Brasília, mas precisavam da aprovação do Conselho Nacional da ZPE, formado por seis Ministros. Esses seis Ministros foram convencidos pelo José Serra e pelo Mercadante de que isso seria um grande prejuízo para São Paulo, que já deteve 60% do PIB nacional, mas que hoje só detém 45%. Os dois achavam que São Paulo não poderia perder mais e convenceram os seis Ministros do Conselho de que não deveriam aprovar os dois projetos iniciais das ZPEs.

Sr. Presidente, com muita tranqüilidade, continuamos essa busca da implantação da ZPE. Chegamos a entrar na Justiça, quando ganhamos a ação no STF contra o governo, que não aprovou os projetos que foram apresentados depois de dois anos. Aí, veio o governo Lula, e todo esse processo recomeçou do zero.

O Deputado Federal Ademir Camilo realizou um belíssimo trabalho e conseguiu aprovar novamente a lei que criava as ZPEs, regulamentando-as na Câmara dos Deputados. Fomos ao Senado. Se não fossem o Sarney e o Jereissati, não teríamos essa nova lei que está sendo finalizada no Congresso Nacional. O então Presidente Sarney, que começou o processo em 1988, hoje Senador, agora nos propiciou a condição de o Senado Federal aprovar, trabalhando junto com o Senador Tasso Jereissati.

Tudo de bom, maravilhoso, e aprovou. E o Presidente Lula vetou 21 artigos da lei e demorou seis meses para enviar a Medida Provisória nº 418, que há dois meses e meio está tramitando.

Mais uma vez, Sr. Presidente, quero agradecer ao Deputado Federal Ademir Camilo seu excelente trabalho de conseguir, na tarde de ontem, fazer a conversão da Medida Provisória nº 418 em lei, para que, em seguida, ela seja encaminhada ao Senado.

A maioria das pessoas não sabem o que é Zona de Processamento de Exportação - ZPE -, mas todos acham muito bom a Zona Franca de Manaus. Na verdade, a ZPE é o instrumento mais vigoroso de desenvolvimento econômico das regiões deprimidas. Aliás, ela foi feita na Coreia do Sul, na Tailândia, em Hong Kong, em Barcelona, na Espanha, que era o país mais pobre da Europa, e em todos os lugares, como é o caso dos Estados Unidos da América, que são a Capital mundial do poder financeiro e têm mais de 200 ZPEs. A China explodiu o seu crescimento com mais de 500 ZPEs. Da mesma forma a Índia, que, até a década de 90, tentou fazer um modelo diferenciado que não funcionou, mas, do século passado para cá, isto é, de 1990 em diante, começou a modificar o seu sistema, mais ou menos como é o modelo brasileiro, e hoje ela conta com um crescimento de 7% ao ano. Aliás, a Índia está tirando da pobreza absoluta mais de 100 milhões de pessoas por ano e as incorporando à sociedade ativa, justamente em decorrência das mais de 200 ZPEs.

Enquanto isso, nós queremos criar no Brasil, desde 1988, apenas 18 ZPEs. Mas essa briga danada com São Paulo continua tentando impedir que o resto do Brasil cresça. Muito me preocupa que venhamos a ter um dia mais um dos muitos Presidentes paulistas que já tivemos, para poder puxar a brasa para a sardinha de São Paulo.

Então, Sr. Presidente, essa notícia dos Vales do Mucuri e do Jequitinhonha e também do Norte de Minas é muito importante. As pessoas não têm a menor idéia do que venha a ser uma ZPE, mas nós tentamos explicar-lhes por meio de um jornalzinho que fiz e distribuí, em 20 mil exemplares, mas isso ainda foi pouco, por isso ocupo esta tribuna para dizer isso aos empresários. Aliás, no dia em que fiz uma entrevista com o jornalista João Carlos Amaral, um empresário telefonou para ele para saber como isso funciona. Temos todas as informações, mas não podemos fazer uma divulgação sistemática porque essa matéria ainda está pendente, já que temos de esperar o Senado apreciar a Medida Provisória nº 418 para depois convertê-la em lei.

Sinteticamente, a ZPE se parece com a Zona Franca de Manaus, mas há dois diferenciais. No sistema brasileiro, existem duas formas de isenção para exportação. A ZPE abarca essas duas formas e acrescenta mais uma, que é a isenção de Imposto de Renda por cinco anos. Isso se caracteriza por uma liberação que foi feita na nova lei, que estabeleceu que 20% de todo produto ali constituído poderá ser vendido no mercado interno, o que impossibilita o investimento com um pouquinho mais de tranqüilidade.

O Presidente da Associação Brasileira da ZPE, Elson Braga, tem acompanhado esse assunto desde 1988, e vejam que, de 1988 para 2008, são 20 anos. Ele tem todas as avaliações necessárias, após contatos feitos nas várias ZPEs do mundo, especialmente na de Dubai, para afirmar que teremos garantias de investimentos no Brasil. Vou dizer agora um número que as pessoas não estão acostumadas a ouvir: US\$10.000.000.000,00 poderão ser investidos nas 18 ZPEs do Brasil em apenas cinco anos. Há recursos disponíveis e empresas internacionais que já trabalham em ZPEs em todo o mundo e que estão dispostas a vir para o Brasil no momento em que o Senado terminar de apreciar a Medida Provisória nº 418. Alguns amigos dizem que pareço o D. Quixote, porque luto por idéias que só vão acontecer daqui a 10 anos, algumas delas só depois que eu morrer. Lutamos por uma estrada para nossa região, não porque sou sonhador, mas porque já tivemos uma. No século XIX, tivemos a estrada de ferro com 575km de extensão, que dava suporte à produção da nossa região, carregando café, milho, cacau, pimenta-do-reino e poaia para o porto de Caravelas, por meio do navio Peruípe, comprado por Theóphilo Benedicto Ottoni para atender a população do Rio de Janeiro com a produção dos Vales do Mucuri e do Jequitinhonha. As pessoas não conhecem a história do Brasil e não sabem que existiu um certo Visconde de Mauá, grande figura, que fez 157km de estrada de ferro e ficou famoso no Brasil. Theóphilo Benedicto Ottoni fez 575km e foi afastado da história porque fazia oposição ao governo imperial, porque não beijava a mão do Imperador, porque era um liberal lutando contra a estrutura do império. Um precursor da luta pela república, que pegou em armas e foi preso em Santa Luzia por Duque de Caxias. Na minha cidade, havia uma praça que se chamava Duque de Caxias, e quando me elegi Prefeito, a primeira coisa que fiz foi pedir aos Vereadores que mudassem o seu nome para Praça Germânica, em homenagem à colonização alemã. Por que temos de fazer uma homenagem a Duque de Caxias na minha cidade, se Theóphilo Ottoni foi preso por ele? Não havia como, e tiramos o nome dele para colocar o nome que homenageia os colonos que forjaram aquela colonização preparada por Ottoni.

A ZPE, Sr. Presidente, sei que V. Exa. entende. Sonhar é absolutamente necessário. Perquirir as autoridades para que elas também não pensem só no hoje ou nos 4 anos deste mandato, mas pensem nos 8, 10, 20 anos que virão, fazendo com que haja possibilidade de crescimento. A pobreza das Regiões Nordeste e Norte de Minas é também do Noroeste por tabela, pois hoje já chega até à região da Deputada Elisa, o Polígono da Seca já está chegando a Governador Valadares e ao Vale do Rio Doce. Por incúria administrativa, por não prevenirem, por não sonharem, por não acreditarem. Um dia, cheguei à Alemanha, e, conversando com algumas pessoas e mostrando como era nossa região,

eles diziam que não poderia ser possível haver tanta riqueza e as pessoas viverem em tanta miséria. Nossa região está assentada sobre a maior província pegmatítica das Américas, mas as pessoas não sabem o que é silício, água marinha, topázio, alexandrita, não sabem o valor de uma pedra. Vimos esse esforço fantástico para exportar US\$1.000.000.000,00, e só o setor de gemas tem uma parcela pequena do potencial mineral da nossa região. Só ele sonha US\$3.000.000.000,00 de exportação por ano no Brasil. Porque a burocracia dificulta tanto, e ainda vem o meio ambiente atrapalhar o cidadão que fura um buraco para fazer uma lavrinha. Em 10 dias, ele fura 200m debaixo da terra para fazer um túnel, com quase zero de dano ambiental, mas a perseguição é total, sendo a menor multa de R\$3.458,00. O cidadão que está passando fome arrisca na ousadia de sonhar em buscar uma pedra preciosa, sofre, envelhece precocemente buscando essa pedra preciosa, mas a "burocracia" do meio ambiente o prejudica. A falta de estímulo do governo o prejudica. E estamos com milhares e milhares de pessoas vivendo na mais absoluta pobreza humana, sentadas em cima de alexandritas, águas marinhas, topázios, quartzos, cristais de rocha - importantes -, silício, minério de ferro, calcário, cauim, etc. Estamos assentados em cima de um pote de ouro, mas morrendo de fome.

Sr. Presidente, minha fala sobre a ZPE é um registro histórico, porque tenho certeza que, como já tive notícias hoje, pela manhã, vão tentar usar politicamente as ZPEs nas próximas eleições. Mas não posso aceitar que isso aconteça sem que me pronuncie: quem criou a Zona de Processamento de Exportação foi o ex-Deputado Federal Luiz Leal. A ele é que devemos homenagear. Como Deputados, apenas demos seqüência e fizemos o que era nossa obrigação, nada além disso. Os Prefeitos Édson Soares e Samir e os Deputados Getúlio Neiva e Ademir Camilo cumprimos nossa obrigação de acompanhar a luta desse cidadão que marcou a vida de Teófilo Ottoni. Minha homenagem sincera, Presidente, ao ex-Deputado Luiz Leal.

O Sr. Presidente (Deputado Carlos Mosconi) - Deputado Getúlio Neiva, quero associar-me às suas palavras em homenagem ao Deputado Luiz Leal, uma vez que sou testemunha do trabalho desempenhado por V. Exa. e por ele na Câmara dos Deputados, pela criação das ZPEs. Lembro-me de uma audiência pública realizada em Teófilo Ottoni há muitos anos, com a presença do então Presidente da Câmara, Deputado Ibsen Pinheiro, e com a participação de toda a bancada federal de Minas Gerais, em apoio à criação da ZPE naquela cidade.

O Deputado Paulo Guedes* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, mineiros que nos acompanham pela TV Assembléia, público presente, voltamos à tribuna para tratar de um assunto antigo, mas até hoje sem resposta por parte do governo de Minas. Refiro-me a quase um ano de cobrança da tribuna desta Casa, durante nosso primeiro ano de mandato; passados mais de 12 meses, o problema voltou a aparecer.

Fato é que a Cemig, a Companhia Energética de Minas Gerais, comprometeu-se junto ao Governador, em reunião com a bancada do Norte de Minas, em dezembro do ano passado, que em 30 dias iria ligar a energia elétrica desses poços artesanais em dezenas de Municípios da nossa região. Mas a promessa não foi cumprida, e as pessoas continuam sem abastecimento de água em centenas de comunidades da nossa região. Ainda ontem recebi um telefonema de um líder comunitário da cidade de Itacambira, que me relatou: "Deputado Paulo Guedes, há três anos, quando você ainda não era nem Deputado, o DNOCS perfurou e equipou 10 poços artesanais em Itacambira; mas até hoje, Deputado, a Cemig não ligou a energia desses poços". O mesmo está acontecendo em Manga, São Francisco, Mirabela, Varzelândia, Pedras de Maria da Cruz, Ibiracatu, Icarai de Minas, Luislândia e tantas outras cidades da nossa região.

Fico impressionado com a falta de sensibilidade por parte da diretoria da Cemig. Não quero fazer crítica aos servidores da Cemig, pelo contrário, mas ao comando. Está faltando ordem. A diretoria da Cemig não cumpre ordem nem do Governador, que fez uma determinação numa reunião com mais de oito Deputados da nossa região, e, até hoje, não tomou nenhuma providência. Da mesma forma, o Programa Luz para Todos está paralisado em nosso Estado, durante um ano. Há um ano o Luz para Todos não faz uma ligação porque a Cemig não produz nada. A empresa só pensa em lucrar e vender energia para as grandes empresas, para outros Estados e outros países e se esquece de que é uma empresa pública do povo mineiro, sustentada por nós.

Portanto, fica aqui, mais uma vez, a nossa indignação e o nosso repúdio contra a atual diretoria da Cemig, insensível, gente que parece não ser mineira, que não tem o espírito de Minas, parece que não corre em suas veias o sangue do povo mineiro. É impressionante, até uma vergonha, este Deputado e tantos outros virem a esta tribuna falar por dezenas de vezes, parece que estamos falando para o vento. Ninguém ouve, ninguém toma providência. Teremos que ir à Justiça ou fazer como alguns segmentos da sociedade, procurando resolver de outra forma. Teremos que reunir as comunidades do Norte de Minas, os Presidentes de associações, as pessoas que estão sem água, colocá-las num ônibus e invadir a Cemig, acampar aqui para ver se a diretoria toma alguma atitude.

É impressionante a falta de sensibilidade dos Diretores. Como se perfura um poço artesiano que atenderá dezenas de famílias, põe-se a caixa d'água, a bomba e a tubulação, e as pessoas continuam a ter que beber água de carro-pipa, andar 3km, 4km, 5km, 10km, para pegar água? E a nossa Companhia Energética de Minas Gerais, que é concessionária única do Estado, que tem responsabilidade, obrigação e dever de resolver as ligações de poços artesanais, que são prioritários, nada faz. Sem energia, até conseguimos viver, mas, sem água, ninguém consegue. Para que o abastecimento de água chegue a essas comunidades, precisamos da energia. Temos poços artesanais, Deputada Elisa Costa, a 30m da rede, e a Cemig não faz a ligação, há mais de três anos. Não podemos mais aceitar essa morosidade, esse desrespeito com o povo do Norte de Minas.

Fica aqui, mais uma vez, registrada a indignação do nosso povo, da nossa gente, das nossas comunidades rurais, dos nossos líderes comunitários. Daremos prazo e, se não resolverem, teremos que fazer talvez como o MST: trazer aqui centenas de pessoas que estão sem água por causa da ligação da energia, que está há três anos na fila de espera.

Se fosse uma empresa deficitária, até entenderíamos, poderia estar faltando dinheiro. Mas, só no ano passado, a Cemig lucrou R\$2.000.000.000,00. O povo mineiro paga a conta de energia mais cara do mundo, então não há justificativa para essa morosidade. Não estamos pedindo favor, é um direito dessas comunidades.

Como concessionária pública, a Cemig tem a responsabilidade de honrar o seu papel e de fazer a ligação da energia desses poços artesanais nos Municípios e nas comunidades rurais do Norte de Minas. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão orador.

A Deputada Elisa Costa - Deputado Carlos Mosconi, Presidente em exercício, gostaria de cumprimentar V. Exa. por esta reunião, e Minas Gerais, ou seja, todos os que nos acompanham. Quero fazer um agradecimento à TV Assembléia pela importante iniciativa de hoje, que coincide com a Presidência do Deputado Carlos Mosconi. Convidados por toda a equipe da TV Assembléia, abordamos um debate, uma reflexão sobre a imigração no Vale do Rio Doce, em Minas Gerais e no Brasil. O Deputado Carlos Mosconi participou conosco desse debate, juntamente com o Prof. Durval, da PUC, que também faz estudos nessa área, e o Sr. Antônio Linhares, Coordenador do Centro de Apoio e Assistência Técnica - Ciat -, uma agência de desenvolvimento de Governador Valadares que trouxe uma experiência para contribuir com as alternativas de desenvolvimento para políticas de emigração. Quero registrar a importância desse debate para Minas, pois a emigração é um fenômeno não só do Brasil, mas também mundial. Falei no debate sobre quantas pessoas já migraram do Nordeste para o Sul e para o Sudeste, de Minas Gerais para o Norte e para o Sul do País. Temos de destacar que há uma grande movimentação há alguns anos em algumas áreas de Minas Gerais. O Deputado Carlos Mosconi também abordou esse tema em relação ao Sul de Minas, especialmente Poços de Caldas, onde já há uma forte emigração para diversos países da Europa. No Vale do Rio Doce, ao longo das últimas décadas, há uma grande emigração, especialmente de valadarenses, para as regiões dos Estados Unidos, para os diversos Estados, países da Europa como Portugal, Austrália, enfim, para muitos países no exterior.

A grande discussão desse momento, abordada nesse debate, é que há hoje um grande retorno das famílias para o Vale do Rio Doce e Governador Valadares, e quais são as alternativas que a cidade e a região podem oferecer às famílias que estão retornando, as que permaneceram e que possuem familiares no exterior e as que continuam, ou parte dessas famílias, ainda no exterior, especialmente nesses países. Considero várias frentes de atuação. Primeiro, políticas de desenvolvimento que devem ser pensadas para as famílias que continuam em Governador Valadares, no Vale do Rio Doce e em tantas outras cidades, cuja parte de familiares migrou para esses países. Se, por um lado, essa migração soluciona um problema e uma busca de oportunidades econômicas, por outro, na remessa de dólares para essas famílias, traz problemas sociais no dia-a-dia das famílias. Se os pais emigram, as crianças, os adolescentes e os avós muitas vezes ficam. Essas crianças às vezes apresentam problemas, dificuldades na escola, em virtude da separação familiar. Às vezes as famílias ficam endividadas porque, quando enviam os seus familiares, precisam contrair dívidas para a passagem e para os primeiros meses de estada nesses países. Da mesma forma, isso acontece com a própria cidade, pois a remessa de recursos acaba inflacionando determinados setores da economia, como, por exemplo, o setor imobiliário, a construção de moradias, terrenos que se tornam mais caros na região. Então temos problemas sociais e econômicos. Se, por um lado, ir para o exterior traz algumas soluções para quem vai, por outro, deixa dificuldades sociais para quem fica. Para esses, temos algumas alternativas já em andamento. O coordenador do Ciat, uma ONG não governamental, tem recebido recursos do governo federal por meio da Fundação Banco do Brasil e da Fundação FC Union, que é americana e tem investido no Brasil em alternativas de geração de emprego e renda para as famílias dos brasileiros, especialmente dos mineiros da cidade de Governador Valadares. Essas alternativas passam pela organização das famílias em grupos, detectando-se suas habilidades, potencialidades e vocações. Por meio de estímulos, incentivos e qualificação e formação profissionais, são desenvolvidos projetos na indústria de confecção, de sabão e de fruticultura, e, para a nossa juventude, nas pequenas fábricas de bambu. Vários grupos hoje se estão organizando para buscar soluções, especialmente as mulheres, as mães e os jovens, a fim de permanecer em Governador Valadares e no Vale do Rio Doce. Essa experiência se expande para vários Municípios da região. Somente nos dois anos de experiência do Ciat, já foram criados por esses grupos organizados aproximadamente 400 postos de trabalho gerando renda para essas famílias.

Para as famílias que permanecem no exterior, é muito importante o acompanhamento, pois encontram dificuldades, especialmente no reconhecimento de seu trabalho, de seus direitos sociais, de sua aposentadoria, da educação para seus filhos e da necessidade de acompanhamento de sua saúde. Todos os que estão no exterior precisam receber, por parte do governo brasileiro, da Embaixada, do Ministério das Relações Exteriores, um acompanhamento para que seus direitos sociais e humanos sejam reconhecidos e atendidos. Eles precisam ser bem recebidos, e aproveitamos para questionar a maneira como os brasileiros foram recebidos na Espanha e tiveram de retornar ao Brasil. Isso acontece com muitos valadarenses, que muitas vezes são presos porque não têm documentos e ficam em prisões, maltratados. E eles têm muita dificuldade de retornar, pois não possuem recursos para tal. Além disso, muitas famílias que perdem seus entes queridos enfrentam dificuldades no traslado para o Brasil, que é muito caro e difícil. Basta citar aqui - e estou vendo o João, que coordenou um debate sobre o tema na TV Assembléia - o caso do Jean Charles, nosso grande cidadão, que foi assassinado em Londres: sua família enfrentou dificuldades para receber seu corpo. E lembro ainda que ele foi assassinado pela polícia londrina. Isso acontece em todos os traslados. Quero registrar, portanto, essas dificuldades de quem está lá e das famílias que sofrem diariamente, pois, além de seus familiares estarem lá, eles enfrentam dificuldades no trabalho, no reconhecimento de seus direitos humanos e, principalmente, no tratamento como ser humano. Agora, há esse grande fenômeno que estamos acompanhando: o retorno de uma grande maioria das famílias para o Vale do Rio Doce, para o Sul de Minas, para Governador Valadares, uma vez que, com o real bastante valorizado diante do dólar, já não recebem o mesmo salário de antes, ao mesmo tempo em que há o bom desempenho da economia brasileira, que hoje já oferece alternativas de melhores salários e empregos a fim de que os brasileiros retornem a suas residências e a sua terra natal. Além disso, as leis americanas e dos demais países estão muito duras com os imigrantes.

Mas a região do Vale do Rio Doce e Governador Valadares precisam oferecer alternativas neste momento e sair da sua encruzilhada. Precisam oferecer alternativas socioeconômicas e desenvolvimento sustentável às famílias que estão voltando, às que residem e permanecem na cidade, para que tenham oportunidade, principalmente para a nossa juventude.

Quero falar aqui de algumas políticas de desenvolvimento, algumas iniciativas públicas e algumas iniciativas de investimento privado que já iniciam um ciclo de desenvolvimento, mas é preciso articular ações desde as iniciativas locais da organização das famílias para, com a sua vocação, empreenderem alternativas. É preciso articular recursos e iniciativas públicas. É preciso um investimento maciço do governo federal, do Presidente Lula, nessa região. Essa região tem de ser destaque nos investimentos a serem recebidos do governo, das políticas federais. Estamos recebendo, na região, investimentos do PAC, nas várias administrações, Teófilo Otôni, no Mucuri, Mantena, no Vale do Rio Doce, Governador Valadares e tantas cidades, como Dom Cavati e Tarumirim. Há também iniciativas da criação da Universidade Federal do Mucuri e do Jequitinhonha e a extensão universitária que deverá chegar a Governador Valadares através da UFMG. Essa universidade vem, por meio do conhecimento, da pesquisa e das novas alternativas de vagas no ensino superior, garantir formação profissional, ética e humana para a nossa região. Há também a chegada do Cefet, que também terá vocação regional. Trata-se de uma iniciativa de toda a região do Vale do Rio Doce para que os nossos jovens tenham formação técnica, profissional e busquem alternativas de emprego, com melhor disputa no mercado de trabalho e tenham, seja no campo, seja na sede da cidade, garantia de melhores condições e melhor escolha para a sua própria vida.

Governador Valadares fará parte da região do Vale do Rio Doce do Territórios da Cidadania no próximo 2009. Aí sim, um conjunto de políticas serão destinadas, através de vários Ministérios, para implantação de políticas públicas na área da saúde, de geração de trabalho e renda, de emprego e de oportunidades para os que se encontrarem no campo ou na cidade. Há o Pronaf, com o fortalecimento da agricultura familiar, pois a nossa região tem de, além de melhorar a produtividade da agropecuária, garantir as experiências positivas e de produção da agricultura familiar no Vale do Rio Doce.

Há outras alternativas, uma delas agora passa pela industrialização, Deputado Carlos Mosconi: a região poderá receber uma unidade industrial da Aracruz Celulose, que, junto às fábricas que já existem na região, junto às indústrias que existem em Governador Valadares, no Vale do Rio Doce, as pequenas e médias, somam-se para expandir a indústria. A industrialização pode ser um passo importante para a geração de trabalho e renda para nossa região. E essa industrialização precisa do conhecimento e da educação para garantir a formação profissional na nossa região.

Precisamos de alternativas de investimentos no turismo, de investimento e fortalecimento do comércio. São todas possibilidades, com recursos do Estado de Minas Gerais, com projetos que venham a reduzir a violência, a criminalidade, como o Fica Vivo, o Travessia, o Poupança Jovem.

São projetos que estão chegando a Governador Valadares e ao Vale do Rio Doce para buscar soluções de curto, médio e longo prazos.

Então deixo aqui, mais uma vez, a voz do Vale do Rio Doce em todas essas necessidades apresentadas pelos seus 101 Municípios. Quero destacar que a nossa região deve oferecer alternativas para fixar sua população em sua terra, em Governador Valadares, no Vale do Rio Doce, em Minas e no Brasil. Nosso apelo é para que o Estado brasileiro ofereça condições para que todos permaneçam aqui. Temos um país cheio de potencialidades, de água, de terra, de um povo trabalhador. Nosso PIB cresce, nesse momento, mais de 5%, tendo gerado, em 2007, 1.700.000 empregos e podendo gerar, neste ano, 2 milhões de empregos. O desemprego tende a cair na nossa região. Haverá mais empregos, e nossas famílias, nossas comunidades, nossa população, terão alternativas de permanecer em sua terra com a família, com espaços de lazer e oportunidades de escolha.

Quero agradecer esse debate à TV Assembléia, coordenada pelo jornalista João Carlos; ao Deputado Carlos Mosconi e a todos que participaram, porque este é o momento de dar visibilidade ao que está acontecendo na nossa região.

Deixo aqui o nosso apelo ao Governador de Minas, Aécio Neves, e ao Presidente Lula para que somem esforços junto aos Deputados de todo o

Rio Doce, às forças empresarias, sociais e políticas. Essa região precisa de um olhar especial, de atendimento e um investimento maciço em políticas públicas. Muito obrigada.

O Deputado Getúlio Neiva - Meu querido Presidente, Deputado Carlos Mosconi, para mim é uma honra poder retornar à tribuna sob a Presidência de V. Exa.

Aproveitando, vou fazer uma pequena prestação de contas dos resultados alcançados pela visita da Comissão de Saúde desta Assembléia, comandada por V. Exa., a Teófilo Otôni, quando os problemas de saúde daquela cidade-pólo foram levantados de forma tranqüila. Posteriormente tivemos uma reunião com o Secretário de Saúde, Dr. Marcus Pestana, que definiu investimentos em Teófilo Otôni, na área da saúde, da ordem de R\$16.000.000,00. Então, neste momento, Sr. Presidente, gostaria de prestar contas.

Quanto ao Hospital Santa Rosália, os recursos do Pró-Hosp já foram acertados, estão sendo pagos, não existe nenhum problema. O Hospital Vera Cruz, fechado na atual administração petista de Teófilo Otôni, será transformado, e as obras já começaram. Na porta de entrada para o Hospital Santa Rosália, teremos leitos e algumas especialidade médicas. O Hospital São Vicente de Paulo, que também estava praticamente fechado, começou a atender, e lá está sendo implantado um serviço de oncologia, ainda não autorizado. O Hospital Municipal, que tinha sido fechado pela administração petista, finalmente voltou a funcionar. O Pronto-Socorro Municipal, que também tinha sido fechado pela administração petista, foi reaberto com recursos do Estado, graças ao resultado das visitas feitas por V. Exa. a Teófilo Otôni com a Comissão de Saúde, e também ao Secretário de Saúde, é claro, com o nosso pedido e a nossa presença.

Entendemos que saúde é um bem maior. A despeito das disputas políticas, não podemos perpassar por nossas vidas apenas com picuinhas e delgadezas paraquianas. É preciso que sejamos altaneiros para cuidar das coisas mais importantes da política.

Por isso, Deputado Carlos Mosconi, Presidente desta reunião e da Comissão de Saúde, fazemos esta prestação de contas breve. Quero dizer que havia apenas 3 equipes do Programa Saúde da Família - PSF - dos 14 que existiam em 2005. Fecharam 11; funcionavam 3. Depois da visita de V. Exa. e com o apoio - é preciso agradecer - da Promotoria da Justiça do Ministério Público, com determinação e termo de ajustamento de conduta, foi possível refazer o programa que existia em dezembro de 2004. Voltamos a ter todos os PSFs e mais um.

O governo do Estado já está licitando, Sr. Presidente, as obras de reforma e ampliação de seis postos para transformá-los em postos de PSFs também. Então não está faltando dinheiro nem esforço do Estado, que compensa o nosso trabalho de parlamentares, como o de V. Exa., que gastou tempo aqui, na Comissão, viajou para Teófilo Otôni com os companheiros da Comissão, gastou tempo comigo indo ao Secretário, pedindo ao Governador investimentos para socorrer o povo sofrido da nossa querida Teófilo Otôni.

É preciso fazer o registro que o desastre que existia já não é tão grave, está sendo compensado com investimentos e recursos do Estado de Minas Gerais.

O que me arrepia, Sr. Presidente, é a cara-de-pau da Prefeitura em colocar lá, nas ruas da cidade, vários "outdoors", dizendo que, com recursos próprios, a Prefeitura melhora a saúde. Isso não é apenas inverdade, mas uma baita mentira. Os recursos que estão sendo aplicados na saúde em Teófilo Otôni, bem como os investimentos todos, estão sendo bancados pelo governo do Estado, graças a esse olhar magnânimo do nosso Governador Aécio Neves, da postura em defesa dos cidadãos do Secretário Marcus Pestana e do esforço de Deputados que não são da minha região, como V. Exa., mas que foram lá nos socorrer naquele momento de dificuldades em que a população estava desesperada por falta de atendimento médico.

Ainda há problemas. A dengue está lá espalhando-se. Temos problemas seriíssimos ainda no atendimento de pronto socorro, mas, graças a Deus, não está tão mal como a Somália, como era em 2005 e até o final de 2006. As coisas começaram a mudar em 2007, com a participação nossa. Temos de dar graças a Deus de termos, no governo do Estado, um homem que não olha diferenças partidárias, mas que olha o povo, olha diretamente as pessoas, sem se preocupar com partido político para outorgar uma ajuda quando é necessária.

Esse é um breve relato, Sr. Presidente, a fim de registrar aqui a minha gratidão a V. Exa. e a todos os membros da Comissão de Saúde.

Temos uma outra notícia muito boa que atinge também a área da saúde. Ontem foi publicado um edital para atender a nada mais, nada menos que 460 localidades dos Vales do Mucuri e do Jequitinhonha e o Norte de Minas com esgoto e água tratados. Os recursos que o governo havia destinado, na ordem de R\$200.000.000,00, pela licitação, passaram para R\$390.000.000,00. A Copanor, que esta Assembléia criou, que votamos, que tem sede em Teófilo Otôni por benevolência dos companheiros Deputados do Norte de Minas, que comigo ajudaram a pedir que a sede fosse para aquela cidade, para gerar emprego, riqueza para o nosso povo e melhorar o mercado de trabalho, já está funcionando a todo o vapor. O edital já foi publicado. Estamos aguardando agora o inícios das obras. Em virtude de prazos para edital, para contrato, há uma demora. As coisas públicas têm de ser muito transparentes, e o Governador Aécio Neves não abre mão disso. As obras devem começar no princípio de agosto. Tenho certeza, Sr. Presidente, que, no prazo máximo de um ano e meio, essas 460 localidades já estarão plenamente atendidas com redes de esgoto e de água, com água e esgoto tratados.

A entrega das obras do novo presídio de Teófilo Otôni, as quais custaram R\$11.000.000,00, estava prevista para 15 de abril. Cabe-me aqui confessar, Sr. Presidente, meu desalento, porque a empreiteira que pegou a obra a realizou sem se preocupar com o esgoto sanitário para 298 detentos, mais os funcionários. Não é possível jogar tal esgoto simplesmente no meio do mato. Seria necessário haver uma captação, uma estação de tratamento de esgoto. Lamentavelmente, ou não colocaram isso no projeto, ou a empreiteira falhou, ao não revelar, ao longo de quase dois anos de obras, que havia necessidade dessa estação de tratamento de esgoto para mais de mil pessoas daquele presídio.

Na semana passada, graças ao apoio do Dr. Márcio Kangussu, que está capitaneando e dirigindo a Copanor, foi feita a liberação para que a própria Copasa fizesse o trabalho num prazo máximo de 30 dias. Assim, teremos, até o final de maio, prazo para que seja feita uma obra provisória do sistema de esgoto a fim de que os presos possam ser recambiados daquele cadeião infecto e imundo de Teófilo Otôni para o presídio que fica ao lado da penitenciária agrícola, na região do Alto do São Jacinto.

Muitas coisas boas estão acontecendo em Teófilo Otôni. Lamentável é que, da parte da gestão municipal, as coisas não estejam evoluindo. Eles não estão conseguindo acertar. Anunciam milhões de PACs para lá, de PACs para cá, e as obras não acontecem, o que deixa as pessoas desalentadas. Gostaríamos de pedir a essas pessoas que tivessem um pouco mais de paciência. Temos certeza de que, no futuro, as coisas podem mudar. O governo do Estado está empenhado em participar do processo de ajuda a Teófilo Otôni. Temos outras notícias além das ZPEs já anunciadas no primeiro tempo desta nossa reunião e que talvez sejam o investimento mais importante da história da cidade, levando para lá as indústrias pelas quais o povo tanto reclamou a vida inteira.

Eu perguntava, quando Prefeito pela primeira vez, em 1983; quando Deputado Federal e quando Prefeito pela segunda vez, quando o povo nos apertava pedindo indústrias: como fazer indústrias em um lugar distante de Belo Horizonte, de Salvador, do Rio, que não possuía mercado consumidor? Estávamos isolados no meio do mato, perdidos em uma região completamente desassistida. Como pedir a um Prefeito que levasse indústrias para uma cidade que não tinha pessoas para comprar os produtos ali fabricados? A própria população não compraria o que ali fosse produzido. Existem na região algumas pequenas indústrias cujos produtos são exportados. Não há capacidade de compra. É necessário, assim,

haver um sistema de exportação, seja para o resto do País, seja para o exterior.

Para exportar, no entanto, há o problema do cobertor curto. Caso fossem trazidas as indústrias, não haveria como exportar o produto. Aliás, esse é um problema não só de nossa região, mas também do País. O grande gargalo da economia brasileira é a falta de infra-estrutura, a falta de estradas, a falta de portos, a falta de aeroportos e a falta de esquemas de logística capazes de proporcionar aos produtores tranquilidade para produzir e vender.

A minha Teófilo Otôni está recebendo do governo do Estado o que merece e até um pouco mais. O Governador Aécio Neves não falhou conosco, assim como não falhou o Presidente Lula. O grande drama é que a Prefeitura fica uma semana inadimplente, uma semana adimplente, da mesma forma como ocorre com o cidadão, relativamente ao SPC. Ninguém sabe o que é Siafi, o que é Cagec. Quando falamos esses nomes aqui, as pessoas pensam que são palavrões. São simplesmente o SPC, a Serasa das Prefeituras. Se a Prefeitura está devendo, não consegue recursos de parte alguma. Ninguém consegue recursos, embora o Presidente Lula, no ano passado, tenha feito uma medida provisória permitindo até que recursos do PAC fossem investidos ao longo da campanha eleitoral, liberados a qualquer instante, como se fossem recursos obrigatórios. A lei eleitoral não permite o repasse voluntário, mas o Lula inventou uma forma, no ano passado, de resolver o problema. Talvez nosso Presidente possa nos ajudar, passando por cima das exigências legais - SPC ou Serasa das Prefeituras, Siafi ou Cagec. Talvez assim possamos conseguir alguns recursos ainda neste ano.

Pergunto-me se vale a pena nos preocuparmos com isso, visto que já se passaram três anos e três meses. Faltam nove meses; a campanha eleitoral inibe a administração. Restam três meses de trabalho. Então, mesmo que haja dinheiro, penso que não será possível executar as obras de que precisamos em Teófilo Otôni, o que é lamentável. Gostaria que a administração petista, em Teófilo Otôni, tivesse acertado. Venderam muita esperança, muita ilusão.

A universidade federal foi um grande ganho político, mas, na verdade, já estava negociada por mim, quando Prefeito, e pela Reitora Mirelle. Tudo já estava negociado; apenas foi realizado depois. Além disso, o convênio com a UFMG, com o qual vários cursos já estão funcionando em Teófilo Otôni e na universidade de Diamantina, também foi negociado por mim e pela Secretária Vanessa. Estão lá a Unipac, a Iesfato e a Doctum, e oferecemos mais um curso na Fenord. Sr. Presidente, hoje Teófilo Otôni é uma cidade universitária. Por incrível que pareça, entre as cidades-pólo de Minas, é a que detém maior percentual da população com nível universitário. Hoje 3% de sua população tem nível universitário, graças aos investimentos que fizemos ao longo dos anos, levando para lá entidades capazes de manter os cursos superiores. Ao final, Sr. Presidente, sinto grande alegria ao saber das boas notícias veiculadas pelo governo do Estado. Diante disso, afirmo a V. Exa. que a luta valeu a pena e certamente valerá daqui para a frente.

O meu mais profundo e sincero agradecimento ao Deputado Carlos Mosconi. Teófilo Otôni rende-lhe homenagens pelo grande trabalho realizado, que ajudou o Estado a fazer o investimento de R\$16.000.000,00 na infra-estrutura da área da saúde. Obrigado.

O Sr. Presidente (Deputado Carlos Mosconi) - Somos nós que devemos agradecer-lhe, Deputado Getúlio Neiva, a detalhada e cuidadosa prestação de contas que faz, referente às modificações ocorridas no setor de saúde em Teófilo Otôni, depois da profícua visita da Comissão de Saúde à referida cidade, no início do ano passado. Aliás, essa visita, que contou com sua presença, foi possível graças à sua intervenção. V. Exa. esteve lá, demonstrando grande interesse. Temos de agradecer-lhe o importante relato que fez, mostrando-nos as modificações ocorridas a partir desses recursos financeiros, que realmente contribuíram para a melhoria da área de saúde de Teófilo Otôni, cidade tão bem representada por V. Exa.

Aproveito para cumprimentar também a Deputada Elisa Costa por ter tratado, na tribuna, do debate realizado hoje sobre a questão da migração, tema tão importante para nós. Ela abordou a situação dos brasileiros que foram para o exterior e agora estão voltando, em virtude de várias modificações que estão ocorrendo em nosso país e fora dele. Cumprimento o jornalista João Carlos Amaral, não só pela realização desse debate tão importante, mas principalmente porque hoje é seu aniversário.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 12/5/08, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Vanderlei Jangrossi

tornando sem efeito o ato publicado no Minas Gerais - Diário do Legislativo, edição de 7/5/08, que nomeou Francisco Miranda Silva para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete, padrão VL-45, 8 horas.

Nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, e 5.179, de 23/12/97, c/c as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

exonerando Aline Cristina Lopes do cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do BSD;

nomeando Thaíza de Oliveira Figueiredo para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do BSD.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 3/2008

PREGÃO PRESENCIAL Nº 3/2008

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia 28/5/2008, às 14h30min, pregão presencial, do tipo menor preço global mensal, tendo como finalidade a contratação de empresa especializada, pelo período de 12 meses, prorrogável na forma da lei, para a execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva e assistência técnica em sistema de irrigação e prestação de serviços de jardinagem na ALMG.

O edital encontra-se à disposição dos interessados no "site" www.almg.gov.br, bem como na Comissão Permanente de Licitação da ALMG, na Rua Rodrigues Caldas, 79, Ed. Tiradentes, 14º andar, onde poderá ser retirado, no horário de 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha ou, gratuitamente, em meio eletrônico. Neste caso o licitante deverá portar disquete próprio.

Belo Horizonte, 13 de maio de 2008.

Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 32/2008

LEILÃO Nº 1/2008

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar, no dia 29/5/2008, às 14h30min, leilão tendo por finalidade a alienação de diversos veículos automotores.

O edital encontra-se à disposição dos interessados no "site" www.almg.gov.br, bem como na Comissão Permanente de Licitação da ALMG, na Rua Rodrigues Caldas, nº 79, Ed. Tiradentes, 14º andar, onde poderá ser retirado, no horário de 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha ou gratuitamente em meio eletrônico. Neste último caso o licitante deverá portar disquete próprio.

Belo Horizonte, 13 de maio de 2008.

Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral.